

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO**

PÁGINA 10 E PT

**JORNALISMO E POLÍTICA NA
SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado

Marco Antonio Franzmann Schuster

Porto Alegre
2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO**

PÁGINA 10 E PT

**JORNALISMO E POLÍTICA NA
SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO**

Marco Antonio Franzmann Schuster

**Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Informação**

Orientador:

Profa. Dra. Christa Berger

Porto Alegre

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação PÁGINA 10 JORNALISMO E POLÍTICA NA SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO, elaborada por Marco Antonio Franzmann Schuster, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Comissão Examinadora:

Prof.Dr. José Luiz Braga (UNISINOS)

Prof.Dra. Maria Helena Weber (PPGCOM- UFRGS)

Prof.Dra. Márcia Benetti Machado (PPGCOM-UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mulher, Ana Lúcia, aos meus filhos Mariana e Rodrigo, pela compreensão da importância dele para mim, nunca se negarem a ter paciência e pelo incentivo desde o primeiro dia até hoje. Aos meus pais, Garter e Nair, pela boa orientação dada nos passos fundamentais da minha vida; aos meus sogros, Nilson e Vera, pela amizade e total apoio que me dedicam.

AGRADECIMENTOS

Pela dedicação, pelo esforço permanente, pela paciência e pelos sólidos indícios durante todo este trabalho, faço um agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Christa Berger.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
1. SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO	15
1.1. A Comunicação no Brasil	24
1.2 Salto no século 20	27
1.3 Quem agenda quem?	32
2. O COLUNISMO E A COLUNA POLÍTICA	35
2.1 Consolidação	42
2.2 Barrionuevo	52
3. A PÁGINA 10	64
3.1 A primeira PÁGINA 10	70
3.2 A coluna se vê	75
4. O PT	83
4.1 O PT no RS	96
4.2 A comunicação e o PT	98
5. PT e PÁGINA 10: INFORMAÇÃO E REPERCUSSÃO	105
5.1 Disputa interna – 1995	106
5.2 Relação amistosa – 1995-1997	112
5.3 Prévias – 1996	116
5.4 Disputa interna – 1997	121
5.5 Confidenciais – 1997	133
5.6 Conflito direto-1998	136
5.6.1 Confronto se acirra	144
5.6.2 A crise da troca de candidato	149
6. CONCLUSÃO	164
BIBLIOGRAFIA	171

RESUMO

Esta dissertação observa como se dá a relação entre a coluna política PÁGINA 10, do jornal *Zero Hora*, e o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, num período de três anos e meio até as eleições de 1998, quando o PT conquistou o governo do Estado. Neste período, em diferentes oportunidades, muitos textos da coluna motivaram manifestações de integrantes do PT, contestando a informação do colunista ou aproveitando-a para fazer críticas a adversários.

A análise considera que a política e a comunicação – e dentro desta o jornalismo - são dois campos representados por PT e PÁGINA 10, respectivamente. Por isso, relata-se a formação da sociedade de comunicação, detalhando a formação do colunismo político no Rio Grande do Sul e seu posicionamento político e a formação do Partido dos Trabalhadores. Toma-se a hipótese de agenda-setting, que diz que os meios de comunicação têm capacidade de agendar a pauta da sociedade.

Para ilustrar a tese, são reproduzidos tópicos da coluna que originaram manifestações de integrantes ou da direção do PT e suas respostas, como demonstração da importância dos meios de comunicação na política. Conclui-se que o PT movimenta-se para contestar muitas das manifestações do colunista – ou apenas corrigi-las, utiliza o espaço de imprensa para realizar seus embates internos ou comunicar-se com filiados e simpatizantes, que o colunismo político gaúcho tem características específicas diferentes do praticado no resto do País e que tem um perfil ideológico conservador.

ABSTRACT

This dissertation complies how occurs the relation between politics column (editorial section) “PÁGINA 10” of the newspaper *Zero Hora* and the Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul in a period of three years and a half until the 1998 election, when the government of the state (Rio Grande do Sul) was overcome by PT. In this period, in many opportunities, a lot of the column texts motivated gathering of PT members, contesting the columnist.

The analysis considers that the policy and the communication – and inside this one the journalism – are two fields represented by PT and PÁGINA 10, respectively. Because of this, reports the formation of mass media society, detailing the formation of politic columnism in Rio Grande do Sul, its politic position and the building of Partido dos Trabalhadores. Taking the agenda-setting hypothesis, which says that the mass media have the ability to organize public agenda.

To illustrate the thesis, are reproduced subjects of the column that originated manifestations of members and management of PT and theirs answers, as demonstration of how important are the mass media in politics. It concludes that PT makes its movements to contest many manifestations from the columnist – or, at least, to correct them - utilizes the press space to realize its internal fight or to communicate with affiliates and electors, that “gaúcho” political columnism has specific features distinct of the one that is made in the rest of de country and that it has a conservative ideological profile.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é observar a relação entre colunismo político de jornal e política partidária com a intenção de compreender o lugar que Meios de Comunicação de Massa ocupam na sociedade atual. Para compreender esta relação toma-se como objeto de pesquisa empírica a cobertura da PÁGINA 10, coluna de política do jornal Zero Hora, sobre o Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (PT), e as reações do Partido à coluna.

A PÁGINA 10 utiliza diversos recursos do jornalismo - informações exclusivas, frases polêmicas, fotos, charges, ironias – para agendar o debate político. O PT aceita, muitas vezes, o agendamento e responde, seja através de telefonemas e cartas de seus representantes em cargos públicos ou dirigentes, seja através de notas oficiais. As respostas, no entanto, nem sempre encerram o assunto levantado num tópico da coluna, ao contrário, motivam uma nova questão. A importância da coluna política também a transforma por vezes em veículo de iniciativas partidárias. Ou seja, personalidades do partido passam informações ao colunista para serem publicizadas e gerarem debates. Desta maneira, vamos constatar a existência de proposta de agendamento por parte da coluna e também proposições do PT em agendar a PÁGINA 10.

Configura-se assim uma relação entre mídia e política, onde não há supremacia permanente de um pelo outro, mas sim um debate constante, em diversos níveis, do amistoso ao totalmente adverso. Ambos estão se dirigindo ao público, que para o jornalismo é formado por leitores e para a política é formado por eleitores e militantes.

Parte-se da compreensão que política e comunicação são dois campos sociais constituídos historicamente e que PÁGINA 10 e PT, além de pertencerem a campos sociais diferenciados, também têm diferenças ideológicas entre si, o que intensifica o debate.

O PT se apresenta, ideologicamente, como partido de esquerda, democrático, herdeiro de outros partidos e entidades de esquerda nacionais e internacionais. A imprensa brasileira, embora se apresente como “politicamente independente”, tem um comportamento conservador ao longo da história nacional, e permanece assim, como constata Bernardo Kucinski (1998) em “A Síndrome da Antena Parabólica”:

“A estrutura de propriedade das empresas jornalísticas no Brasil reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e familiar. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil os jornais, propriedade desta oligarquia, compartilham uma ideologia comum, variando apenas em detalhes não significativos. Por seu caráter documental os jornais são as bases de partida dos processos de definição da agenda de discussões e de produção de consenso”.
(Kucinski, 1998, p. 16).

Sodré (1983) considera que o jornalismo brasileiro já nasceu conservador, com o *Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, já que os pasquins contestadores sempre foram perseguidos. Maria Helena Weber (2000) e Antonio Albino Rubim (1995), (1999), realizaram pesquisas nos anos 90, sobre o comportamento da imprensa brasileira nas eleições presidenciais posteriores à

ditadura militar que corroboram esta compreensão. Christa Berger (1998), ao analisar a relação entre *Zero Hora* e o Movimento Sem Terra demonstra que a postura conservadora permanece também na cobertura de episódios não ligados diretamente a campanhas eleitorais. Perseu Abramo, ao analisar a evolução do jornalismo no Brasil – que iniciou como “um dado essencialmente político” (Abramo, 1997) quando se confundiam o proprietário do jornal e o jornalista e chegou ao estágio empresarial, onde proprietário e jornalista são duas pessoas diferentes – conclui que o jornal no Brasil defende:

“a) Os interesses econômicos específicos do grupo a que está ligado seu proprietário; b) interesses econômicos dos anunciantes que sustentam o jornal; c) interesses gerais da burguesia e do capitalismo; d) interesses políticos ligados a todos esses interesses econômicos, tanto gerais quanto específicos”. (Abramo, 1997, p.283).

Agregue-se a isso a concentração de jornais de cobertura nacional e temos uma noção da potencialidade do agendamento conservador da imprensa brasileira. Os principais grupos jornalísticos do País são sete empresas familiares e apenas quatro (*O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*) “são os jornais responsáveis pela definição da agenda de discussões” (Kucinski, 1998). Todos têm agências de notícias fornecendo materiais para os demais veículos de comunicação. *Zero Hora*, que publica a coluna PÁGINA 10, pertence ao grupo RBS, também uma empresa familiar, reproduz a programação televisiva da **Rede Globo** e as informações da agência noticiosa de *O Globo*. Esta ligação nacional potencializou a RBS até transformá-la no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, conforme analisa Rüdiger:

“A RBS não domina o mercado de comunicação e jornalismo gaúcho como simples empresa local, mas agente do movimento da indústria cultural, que contribui para nossa inserção, desigual e contraditória, no mundo moderno”. (Rüdiger, 1993, p.80).

Não foi a RBS, porém, a criadora deste jornalismo praticado no Estado. Para Rüdiger (1993), o único jornal que aproximou-se de uma “especificidade regional” foi *A Federação*, dirigido por Júlio de Castilhos, os demais enquadraram-se num modelo universal:

“A compreensão do jornalismo gaúcho se confunde com a do jornalismo brasileiro e este com a do jornalismo em geral, à medida em que os dois primeiros fazem parte do movimento geral deste último, em suas condições históricas particulares”. (Rüdiger, 1993, p.82).

Desta forma, o perfil do jornalismo no Rio Grande do Sul é também conservador, pois sua prática “embora contribua para a mediação de diversas esferas sociais, está vinculada diretamente ao modo de vida de apenas algumas classes” e, mais adiante, complementa: “Não há outro modo de compreender corretamente como o jornalismo integra o processo de construção, manutenção e transformação da hegemonia de uma classe ou fração de classe sobre a sociedade” (Rüdiger, 1993, p.81).

O colunismo político, que começou nos anos 1950 no Rio Grande do Sul, construiu-se dentro destes parâmetros gerais de comprometimento do jornalismo: algum espaço de divulgação das iniciativas de diferentes classes e setores sociais, mas majoritariamente atendendo aos interesses dominantes, inclusive auxiliando na formulação de seus discursos.

É o “papel duplo” do jornal, identificado por Perseu Abramo: “Participa indiretamente do poder político (através da tentativa de exercer influências)” e “promove a divulgação de informações e orientações necessárias ao funcionamento do sistema social” (Abramo, 1997).

Este duplo papel é facilmente identificável no colunismo político, onde estão informações não só dos partidos políticos defensores dos interesses dominantes, mas também de seus partidos adversários. O PT, então, busca utilizar o mesmo espaço de circulação dos interesses dominantes para veicular os seus, fornecendo informações ou respondendo notas que julgue prejudiciais.

Além disso, os meios de comunicação – nacional e internacionalmente – aumentaram sua importância na sociedade, a ponto de criarem-se diferentes conceitos como “Sociedade de Comunicação” (Vattimo, 1991) ou “Idade Mídia” (Rubim, 1995) para designá-la. Maxwell McCombs e Donald L. Shaw (1972) consideraram que a mídia tem capacidade de agendar a discussão pública e apresentaram a hipótese de agenda-setting para aferir esta capacidade. Tomo emprestada a hipótese, que corrobora meu ponto de vista teórico sobre a pretensão dos meios de comunicação em agendar e pautar a sociedade. No caso, representada pela coluna política PÁGINA 10 agendando a política no RGS.

Esta capacidade da mídia em pautar a discussão pública sobre política não é absoluta. Rubim (2000) propõe uma abordagem que considere a participação ativa do campo da política no agendamento. Isto quer dizer que nem todo o debate que os meios de comunicação propõem torna-se necessariamente tema de discussão e também que os partidos políticos propõem discussões que conquistam a imprensa e mobilizam a sociedade. Estes debates podem surgir através de ações

que passem por fora da mídia (reuniões, comícios ou materiais próprios de grupos políticos) e mesmo através dos meios de comunicação.

O que vamos examinar é como estes campos se relacionam quando seus representantes são a PÁGINA 10 pelo campo do jornalismo e o PT pelo campo da política. Ambos dirigem-se ao público, outro conceito construído historicamente e assim referido no trabalho, que são leitores e ao mesmo tempo eleitores.

Definimos um período para análise que envolve anos eleitorais e não eleitorais e neste interregno identificamos fatos que ilustram a tese. Além de notas pagas, de direitos de resposta, são analisadas notícias e notas publicadas a partir de fatos gerados pelo partido que demonstram, de alguma forma, sua relação com o divulgado pela coluna.

Além de verificar esta relação tensionada, este trabalho procura contar a história do colunismo político no Rio Grande do Sul, gênero jornalístico surgido a partir dos anos 1950, tendo se consolidado em pouco tempo e atingido importância, como retratado na pesquisa.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, analisa-se a importância dos meios de comunicação na sociedade e sua capacidade de agendamento público; no segundo, resgata-se a história do colunismo político no Rio Grande do Sul, como seqüência das transformações do jornalismo desde o final do século 19 até hoje; no terceiro, analisa-se a formação da PÁGINA 10 e sua importância na política gaúcha; no quarto, é descrita a formação do PT no Rio Grande do Sul e sua relação com a imprensa; no quinto, relata-se a repercussão através da reprodução de episódios (tópicos da coluna que geraram algum tipo de resposta do Partido dos Trabalhadores) que servem como exemplos demonstrativos

da

relação.

1 - A SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO

A eleição de 2000 para a presidência dos Estados Unidos foi um episódio que demonstrou a importância dos meios de comunicação de massa na sociedade atual. Antes de terminada a apuração, emissoras de TV, seguidas por rádios e jornais, anunciaram a vitória do candidato do Partido Republicano, George W. Bush. Minutos depois, Al Gore, candidato do Partido Democrata, telefonava parabenizando o adversário. Seguiram o exemplo os mandatários da França, Inglaterra e outros países. Poucas horas mais tarde, tudo teve que ser desdito. A apuração não havia terminado, havia suspeita de fraude e a vitória de Bush não estava assegurada. Al Gore retirou os parabéns, televisões e rádios retificaram a notícia e jornais imprimiram novas capas.

Errar acontece. O erro, neste caso, decorreu da pressa em ser o primeiro - tanto em noticiar quanto em cumprimentar o vencedor - e pelo método de apuração de informações utilizado pela rede de TV. O episódio demonstra a necessidade de se avaliar melhor as condições de produção de notícias, mas também demonstra a importância dada pela sociedade à veiculação destas notícias. No caso, houve dois movimentos de políticos (congratulações a Bush e posteriores retiradas) motivados pelo noticiário de TV, rádio, jornal e internet - os chamados “meios de comunicação de massa”.

Eles são tão importantes atualmente que, para Albino Rubim (1995), vivemos na “Idade Mídia” e, para Gianni Vattimo (1991), numa “sociedade de comunicação generalizada, a sociedade dos *mass media*” (Vattimo, 1991). Isto é, as informações, as discussões e as opiniões transitam e legitimam-se através dos meios de comunicação.

Nem sempre foi assim: há uma trajetória histórica cujo início é de improvável definição, mas com episódios marcantes que determinam a atual formatação. Comunicar-se, alerta Antônio Albino Canelas Rubim, é uma tarefa que a humanidade faz desde seu início: “Sem linguagem/comunicação, não existe homem ou sociedade humana em sua nomeação como tal” (Rubim, 1995). Um dos episódios marcantes que construíram a “sociedade de comunicação generalizada” de Vattimo, foi a invenção da imprensa, nos últimos anos da década de 1460. Com ela, foi possível imprimir-se as histórias orais, a Bíblia, o surgimento do livro como conhecemos atualmente e o hábito da leitura - em grupos e depois individualmente- se multiplicou. Passou-se a impressão de folhetos com horários de partidas e chegadas de navios e informações comerciais.

Os jornais, os primeiros veículos de comunicação de massa, surgiram mais tarde, relata Jorge Carlos Ribeiro: “As primeiras gazetas impressas (semanais) só vieram a surgir em 1609, na Alemanha, sendo imitadas na Inglaterra, França e Itália... Em 1702, Daily Courant, Londres, foi primeiro diário do mundo” (Ribeiro, 1994, p.20).

Os agrupamentos políticos, sociais ou culturais perceberam a potencialidade da imprensa e passaram a editar pequenos jornais para circular suas idéias. Também nesta época estava iniciando a Idade Moderna, “quando começou a se desenvolver o culto ao novo, ao original, e passou-se a conceber a história como uma realização progressiva da humanidade” (Vattimo, 1991).

Na Revolução Francesa de 1789, a presença desta dupla Imprensa-Idade Moderna é notável. Um trabalho de Robert Darnton, originalmente publicado na New York Review of Books - e transcrito em 30 de julho de 2000 no jornal *Folha de*

S. Paulo, destaca a importância da imprensa na movimentação política. Com as proibições de jornais com notícias, os opositores do regime utilizavam panfletos anônimos, canções populares e até manuscritos contando fofocas da corte.

“Para descobrir o que realmente estava acontecendo, as pessoas iam à *Árvore de Cracóvia*”, (Darnton, 2000, p.6)), um castanheiro onde se reuniam os transmissores orais de notícias. Mas a preocupação em diferenciar a notícia da fofoca motivou a procura de selecionar a informação, como Madame M.-A.L. Doublet, proprietária de um salão, que reunia apontamentos em cadernos, alguns obtidos através de um criado que freqüentava residências de pessoas bem relacionadas com o Palácio, para serem lidos pelos freqüentadores do salão.

Havia diferentes formas de fazer circular informação, mas com pouca variedade de temas:

“Os textos podem ser reduzidos a alguns poucos ‘leitmotivs’ que reaparecem ao longo de todo o conjunto das obras. A corte está sempre se afundando cada vez mais na devassidão, os ministros estão sempre enganando o rei, o rei está sempre deixando de cumprir seu papel de chefe de Estado, sempre está abusando do Estado e o povo está sempre pagando pelas injustiças que lhes são infligidas: impostos maiores, sofrimento aumentando, mais insatisfação e maior impotência diante de um governo arbitrário e todo-poderoso” (Darnton, 2000, p. 13).

Estavam nascendo a imprensa - ainda não com as características de hoje - e também - assinala Gabriel Tarde, em *A Opinião e as Massas* - o público. O primeiro alimentando o segundo e apresentando um cenário completamente inovador nas revoluções sociais: “O que caracteriza 1789, o que o passado jamais havia visto, é esse pulular de jornais, avidamente devorados, que eclodem na época” (Tarde, 1992, p.35).

Gabriel Tarde distingue multidão de público. A multidão se une por contato físico, o público, por identificação espiritual. O limite do tamanho de uma multidão unida é o alcance da voz ou do olhar de quem a lidera.

Os integrantes de um público, e pode-se fazer parte de vários públicos ao mesmo tempo (enquanto que só se faz parte de uma multidão cada vez), podem estar em distantes locais entre si, mas possuem uma espécie de consciência que os identifica. A formação de um público “supõe uma evolução mental e social bem mais avançada do que a formação das multidões” (Tarde, 1992, p. 35). Assim como um líder une os integrantes de uma multidão, a imprensa estabelece o vínculo que integra os componentes de um público:

“Este vínculo é, juntamente com a simultaneidade de sua convicção ou de sua paixão, a consciência que cada um deles possui de que esta idéia ou esta vontade é partilhada num mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado, estes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido, e, por isso mesmo, ainda mais fascinante”.(Tarde, 1992, p.31).

Esta seria a razão, e não a preocupação com a atualidade, das pessoas gostarem de ler o jornal do dia, pela sensação de estar partilhando uma informação com outras pessoas ao mesmo tempo. O público, para Tarde, nasceu com a invenção da imprensa, teve seu primeiro grande momento na Revolução Francesa, e foi crescendo de importância na mesma proporção da imprensa. Estas suas características – não há limites geográficos entre os integrantes, maior capacidade de organizar-se social e mentalmente – deram ao público, segundo Tarde, capacidade de influenciar as ações das multidões, como saques, barricadas, mobilizações sociais e muitas ações violentas, classificadas de crimes. Mas o público não é algo palpável,

permanece na sombra. Quem mobiliza o público é a imprensa, redigida pelos publicistas, que no texto é sinônimo de jornalista:

“Na maioria das vezes, quando uma multidão comete crimes – a começar pelos parlamentos, multidões semicorporativas que se mostram cúmplices de tantos déspotas – existe atrás dela um público que a move (...)

“Regra geral, ou quase: por trás das multidões criminosas há públicos mais criminosos ainda e, à frente destes, publicistas que o são ainda mais”. (Tarde, 1992, p.73).

Ou seja, haveria um procedimento encadeado: jornais publicizando opiniões e idéias, tornando-as conhecidas e influenciando as opiniões das pessoas e de grupos de pessoas, não importando a distância física ou etária entre elas, com pensamentos semelhantes. Estes diferentes grupos de opiniões influenciam grupos maiores e disputam opinião entre si. Como cada grupo político ou literário tinha seu jornal, normalmente liderado por alguém, haveria constante disputa de opiniões.

Devemos citar, também, que Tarde estabelece uma distinção entre opinião e conversação. A primeira é “o conjunto dos juízos” e uma das “parcelas do espírito social”, situada entre a razão e a tradição. A tradição seria o “resumo condensado e acumulado do que foi a opinião dos mortos, herança de necessários e salutareis preconceitos, onerosos para os vivos” e a razão, “juízos pessoais, relativamente racionais, embora muitas vezes insensatos de uma elite pensante que se isola e se retira da corrente popular a fim de represá-la ou dirigi-la” (Tarde, 1992, p.80). A opinião estaria entre as duas e deveria divulgar para tornar-se tradição. Já a conversação seria “todo diálogo sem utilidade direta ou imediata, em que se fala, sobretudo, por falar, por prazer, por distração, por polidez” (Tarde, 1992, p.95). A

conversação, assim, seria a comunicação interpessoal, sem a interferência da imprensa, a opinião pública teria total influência do jornalismo:

“O jornalismo é uma bomba aspirante-premente de informações que, recebidas de todos os pontos do globo pela manhã, são no mesmo dia propagadas a todos os pontos do globo no que elas têm ou parecem ter de interessante ao jornalista, tendo em vista o objetivo que ele persegue e o partido da qual é a voz. Suas informações, na realidade, são impulsos gradativamente irresistíveis. Os jornais começaram por exprimir a opinião, inicialmente a opinião local de grupos privilegiados, uma corte, um parlamento, uma capital, dos quais reproduziam os mexericos, as discussões, os discursos; acabaram por dirigir e modelar a opinião quase a seu bel-prazer, impondo aos discursos e às conversações a maior parte dos seus temas cotidianos”. (Tarde, 1992, p.89).

Darnton identifica semelhante capacidade da imprensa ao afirmar, no relato, que “cada era foi, a sua maneira, uma era da informação” (Darnton, 2000, p.5) e certamente a eclosão da Revolução Francesa entra como argumento para justificar sua frase: “Os sistemas de comunicação sempre moldaram os acontecimentos” (Darnton, 2000, p.). Embora tenha detectado a presença da imprensa como mobilizadora de opinião pública num episódio marcante da história (A Revolução Francesa) a sua universalização parece apressada. Não havia, como Vattimo destaca haver hoje, uma influência tão grande da economia de mercado (afinal, essa foi, justamente, a revolução burguesa) e esta é a diferença fundamental: “A própria lógica do ‘mercado’ da informação requer uma contínua dilatação deste mercado e exige, conseqüentemente, que ‘tudo’ se torne, de certo modo, objeto de comunicação” (Vattimo, 1991).

Para chegar a este estágio foi necessário um novo passo no final do século 19. Até as últimas décadas daquele século, a imprensa caracterizou-se por ser veículo divulgador de interesses e opiniões de grupos políticos, econômicos, intelectuais ou sociais, comportamento extremamente criticado pela literatura, como fez Balzac em *As Ilusões Perdidas* e *Os Jornalistas*. O passo que a imprensa começou a dar no século 19 foi a mudança de linha editorial. Ao contrário de declararem-se partidários de algum agrupamento político ou interesse econômico, os jornais novos anunciavam-se como “independentes”, “em defesa do interesse público”, relatam o cotidiano e não manifestam claramente suas preferências políticas. Buscam, como a Justiça e a ciência positivista, a “neutralidade”.

Schudson (1978), citado por Albuquerque (1998), situa a mudança ainda nos anos 1830, influenciada por uma lógica de mercado: “As fontes de rendimento dependentes dos laços sociais ou do sentimento de proximidade política foram substituídas pelo rendimento baseado no mercado, proveniente de vendas e publicidade” (Schudson in: Albuquerque, 1998, p.18).

Albuquerque (1998) refere que outros estudos têm demonstrado que os estilos de jornalismo podem variar em diversas sociedades. Tarde registrou surgimento de uma imprensa “dedicada a interesses de ofício, judiciários, industriais, agrícolas” porém menos lida e “menos interessante, menos atuante, salvo quando se trata de greve ou de política sob a aparência de trabalho” (Tarde, 1992, p. 47).

Também faz referência ao “jornal-anúncio” como alternativo ao “jornal-tribuna”, mas não acredita no seu futuro, preconizado por contemporâneos: “Eu me apressaria em apagar tudo o que escrevi acima sobre as transformações sociais

levadas a cabo pelo jornalismo” (Tarde, 1992, p.54) se o jornal-anúncio viesse a superar o jornal-tribuna.

Esta disputa entre dois tipos de jornalismo é paralela à existência de dois públicos, um estável e outro flutuante, que por sua vez podem condicionar a imprensa. Isto é, o poder do jornal é enorme, não absoluto:

“Para os velhos periódicos, os velhos órgãos de partidos, o segundo tipo (flutuante) não conta ou conta muito pouco, e concordo que aqui a ação do publicista é particularmente travada pela intolerância da casa onde trabalha e da qual uma dissidência manifesta o expulsaria (...) Notemos, de resto, que os públicos fiéis e tradicionalmente ligados a um jornal tendem a desaparecer, substituídos cada vez mais por públicos mais móveis, sobre os quais a influência do jornalista de talento é bem mais fácil, se não mais sólida. Pode-se lamentar, com razão essa evolução do jornalismo, pois os públicos firmes fazem os publicistas honestos e convictos, assim como os públicos caprichosos fazem os publicistas levianos, versáteis, inquietantes; mas parece que tal tendência é hoje irresistível, irreversível”. (Tarde, 1992, p.44).

Tarde testemunhava - e seu livro, datado de 1901, é uma coletânea de diferentes textos seus, publicados entre 1894 e 1897 em jornais - o surgimento de uma nova imprensa e do público. Em seus textos estavam implícitos, como fizeram Pierre Bourdieu nos anos 80 e Patrick Chapagne nos anos 90 do século 20, questionamentos sobre a legitimidade do conceito “opinião pública”.

Todos estes elementos viabilizaram, como propõe Pierre Bourdieu (1997) em *A Influência do Jornalismo*, o surgimento do campo jornalístico:

“O campo jornalístico constituiu-se como tal, no século 19, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam antes

de tudo ‘notícias’, de preferência ‘sensacionais ou, melhor, ‘sensacionalistas’, e jornais que propunham análises e ‘comentários’, aplicados em marcar sua distinção com relação aos primeiros afirmando abertamente valores de ‘objetividade’; ele é o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto, na cifra de venda (*best-sellers*) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredicto do mercado”. (Bourdieu, 1997, p.104/105).

Os jornais, assim, com os anunciados princípios de neutralidade e objetividade deixavam de ser veículos oficiais de grupos políticos, econômicos e culturais e passaram a buscar “um veredicto de mercado” (Bourdieu, 1997). A imprensa dos Estados Unidos é a que mais se destaca nesta mudança. Para Fraser Bond, até aproximadamente 1870, os jornais eram órgãos de um indivíduo:

“O jornalismo era pessoal, no sentido de que o diretor, como indivíduo, mais do que o jornal, expressava idéias e opiniões. Mas quando o jornal cresceu e tornou-se um grande negócio e sua organização cresceu em complexidade, e o campo para o comentário editorial expandiu-se, o diretor foi multiplicado por uma equipe editorial, que escrevia para uma página anônima. O leitor não mais podia indicar a fonte individual das opiniões. Lia o que o *The Sun* ou o *Star* tinham a dizer”. (Bond, 1959, p.207).

Estará aí a origem do colunismo, como se verá adiante.

1.1 A Comunicação no Brasil

Oficialmente, a imprensa foi proibida no Brasil até 1808. Antes circularam publicações clandestinas, precárias, com linha editorial ligada a grupos políticos, conforme registra Jorge Ribeiro (1994): “Textos panfletários foram usados na Revolução dos Alfaiates, em 1798, na Bahia, e na Inconfidência Mineira, com as *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga” (Ribeiro, 1994, p.21). Publicações como estas eram sistematicamente perseguidas, as gráficas eram proibidas e, reduzindo ainda mais o espaço de ação para a imprensa no País, o índice de analfabetismo atingia 80% da população, segundo informa Nelson Werneck Sodré (1983), em *História da Imprensa Brasileira*.

A chegada da família real portuguesa, por causa da invasão napoleônica, determinou mudanças na situação da imprensa brasileira. Em 1º de junho de 1808, surgiu o *Correio Braziliense*, editado em Londres pelo gaúcho Hipólito José da Costa, e em 10 de setembro foi lançada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial. Já o *Correio* era oposição, ambos conservadores, constata Sodré (1983), apesar das diferenças editoriais: “O *Correio* era doutrinário, a *Gazeta* era um jornal informativo” (Sodré, 1983, p.21).

A imprensa gaúcha surgiu através de *O Diário de Porto Alegre*, em 1827, por decisão do Conselho Administrativo da Província. Era um frente e verso com características de um boletim oficial do governo da Província. Esta foi a época imediatamente anterior à Revolução Farroupilha (1835-1845) quando diferentes grupos políticos reuniam-se em torno de jornais para mobilizar a população contra o governo central do Império.

Rüdiger classifica esta fase do jornalismo brasileiro e gaúcho como a do pasquim. Ela entrou em declínio na metade do século com o surgimento do

jornalismo independente literário, que procurava especializar-se na “difusão de notícias e na discussão de assuntos de atualidade sem compromissos doutrinários” (Rüdiger, 1993, p.44). No início do século 20, como aconteceu nos Estados Unidos e na Europa, também no Brasil e no Rio Grande do Sul houve um processo de transição na imprensa, “através do qual se formou um novo regime jornalístico em detrimento não só da imprensa político-partidária, mas da própria imprensa literário-noticiosa” (Rüdiger, 1993, p.57). Este novo estilo é o jornalismo noticioso.

Galvani (1995) ilustra bem a situação gaúcha ao descrever o jornalismo gaúcho no ano de lançamento do *Correio do Povo*:

“*A Federação* era positivista e defendia o governo, enquanto *A Reforma* alinhava pelas posições liberais e *O Mercantil* apresentava-se como ‘católico’. Nenhum jornal deixava de ostentar publicamente a defesa de algum interesse político ou preceito filosófico” (Galvani, 1995, p.45/46).

Fundado em 1º de outubro de 1895, o *Correio do Povo* apresentava-se com uma postura diferente neste panorama. Galvani relata que o fundador do jornal, Francisco Antônio Caldas Júnior, ditou, na véspera do lançamento, o texto publicado na primeira página que seria “o espírito, nosso farol”:

“O *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinando seus intuitos às inspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente.

(...)

“Como seu título indica, será uma folha essencialmente popular...

“Em política – somos pela República...”

“Independente, nobre e forte – procurará sempre sê-lo, o *Correio do Povo*, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de origem subalterna.

(...)

“Este jornal vai ser feito par toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção.

“Emancipado de convencionalismos retrógrados, e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião, apreciando com isenção e espírito os sucessos que se forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, para aplaudi-los quando meritórios” (*Correio do Povo*, **apud** Galvani, 1995, p.47/48)

A Federação, fundado em 1884 para divulgar as idéias republicanas, é um exemplo do jornal político partidário que não resistiu ao século 20, pois “desde meados dos anos 10, o jornalismo político partidário de fato encontrava-se na defensiva frente ao jornalismo noticioso” (Rüdiger, 1993, p.43). *A Federação*, em editorial de início de 1917, critica o jornalismo emergente:

“... não é com a fraseologia dos numerosos verbomanos que se acotovelam nas salas de redação do jornalismo industrial moderno, atravancando a vida social, que se faz a grandeza da missão jornalística da *Federação*” (*A Federação*, **apud** Rüdiger, 1993, p.43).

Havia, portanto, uma convivência entre o jornalismo político-partidário e o literário-independente. Ambos, no entanto, foram perdendo espaço para o jornalismo noticioso. *A Federação* fechou em 1937.

1.2 Salto no século 20

As invenções do rádio e do cinema na virada para o século 20 representaram novos veículos de comunicação para a humanidade. Além dos jornais, as pessoas podiam ser informadas por emissoras de rádio e filmes em cinema. A televisão, na primeira metade do século 20 foi a nova invenção a fortalecer a importância dos meios de comunicação na sociedade.

Datam dos anos 1920, inicialmente nos Estados Unidos, os primeiros estudos sobre a importância dos meios de comunicação (jornais e rádios, principalmente) no comportamento da Humanidade. Um dos pioneiros é o jornalista norte-americano Walter Lippmann que lançou, em 1922, o livro *Public Opinion* no qual conta a história de uma ilha tão isolada que o único contato com o mundo era viabilizado por um navio que ali aportava a cada 60 dias. Lá viviam pacificamente alguns ingleses, franceses e alemães, durante a Primeira Guerra Mundial. Tudo mudou no meio de setembro, quando chegou o navio trazendo correio e jornais com a notícia que iniciara uma guerra entre Alemanha, França e Inglaterra. A última frase do primeiro parágrafo do livro indica a importância que Lippman dá aos meios de comunicação: “Por seis singulares semanas eles agiram como se fossem amigos, quando de fato eram inimigos” (Lippmann, 2000, p.3).

Lippmann foi jornalista, assessor de políticos, incluindo um presidente dos Estados Unidos e nos últimos 30 anos de sua vida foi um destacado colunista político. Neto de imigrantes judeus-alemães, nasceu em New York em 23 de setembro de 1889, graduou-se com as mais altas notas no colegial e aos 17 anos entrou na Universidade de Harvard. Fluente em alemão e francês, leu autores socialistas, como Karl Marx, George Bernard Shaw e H.G. Wells, tornou-se socialista e foi co-fundador do Clube Socialista de Harvard e editou um mensário chamado Harvard Montly.

Abandonou as idéias socialistas quando publicou *Drift and Mastery* (1914), e em 1916 apoiou a candidatura de Woodrow Wilson, do Partido Democrata. Trabalhou com Wilson quando foi secretário da Guerra e presidente dos Estados Unidos e voltou ao jornalismo no final dos anos 20. A partir de 1931 começou a trabalhar no *Herald Tribune* onde assinou, até 1967, a coluna política *Today and Tomorrow*. Distribuída nacionalmente para 250 jornais e mais 25 países - no Brasil, na cadeia **Diários Associados**, em Porto Alegre, no *Diário de Notícias* - a partir de 1962, também foi publicada no *Washington Post*. Através dela, combateu o mcarthismo, a Guerra da Coréia e a do Vietnã e apoiou seis candidatos a presidente republicanos e sete democratas. Recebeu dois prêmios Pulitzer (1958, 1962) e a medalha Presidencial da Liberdade (Presidential Medal of Freedom) em 1964.

Em *Public Opinion*, Lippmann afirma que as pessoas conhecem o mundo através da imprensa. O título do primeiro capítulo (*O mundo externo e as imagens em nossas mentes*) resume sua intenção: demonstrar que há uma discrepância entre o mundo real e aquele que as pessoas percebem. Ele ressaltou que a maioria da população conhece o mundo indiretamente e “por mais que se acredite ser uma imagem, nós a tratamos como se fosse o próprio ambiente” (Lippmann, 2000. p.4).

Para Lippmann, o mundo real é complexo e seria necessário “traduzi-lo” numa representação que as pessoas pudessem entendê-lo. São a propaganda, a literatura, os artigos e notícias de jornais, em tempos de guerra e em tempos de paz, que traçam uma representação do mundo real, criam uma imagem simbólica (“*symbolic picture*”) que torna o mundo real compreensível pelas pessoas. Este livro e *The Phantom Public* (1925) são os mais importantes dos 21 de Lippmann, e considerados os mais influentes. Em 1927, John Dewey polemizou com Lippmann

em *The Public and its Problems* e também deste ano é o livro *Propaganda Technique in the World War*, de Harold Lasswell. Em todos, constata Rubim, “a comunicação comparece entremeada de problemáticas políticas” (Rubim, 2000, p.16).

Naquela década, fortaleceu-se a indústria cinematográfica, o rádio conquistou espaços e, com isso, a comunicação não estava mais restrita aos jornais e impressos. Também passou a acontecer nas telas de cinema e nos aparelhos de rádio, o que significava que a qualquer hora do dia o cidadão poderia estar recebendo informações através dos meios de comunicação. Assim, nos anos 30 e 40, principalmente nos Estados Unidos, onde a guerra não teve o efeito destrutivo que teve na Europa, começaram os estudos sobre a importância da comunicação na política.

“Datam deste período o Instituto Gallup (1935), inaugurando as sondagens de opinião em perspectiva contemporânea, a revista *Public Opinion Quarterly* (1937), e os clássicos estudos eleitorais de Paul Lazarsfeld e colaboradores, referentes às eleições acontecidas em 1940, 1944 e 1948, fundamentais como contribuições às teorias da comunicação e para o desenvolvimento dos estudos de comunicação e política”. (Rubim, 2000, p.16).

Nas últimas décadas do século 20, a comunicação tornou-se objeto de pesquisas nas ciências sociais, na ciência política, na sociologia, na psicologia. As mudanças iniciadas no século 19 geraram uma nova situação:

“A comunicação, na sua modalidade mais atual, não surge como coisa à margem, como algo simplesmente agregado ao novo mundo. Ela se apresenta não como simples ‘mensagens’ e/ou ‘efeitos’, antes aparece como momento instituinte e

instituído da atualidade. Seu poder não se circunscreve a transportar/ ‘inculcar’ ideologias, mas tem expressiva abrangência, abarcando alterações fundantes no estar no mundo, de sua percepção sensível e/ou intelectual, enfim, de uma nova sociabilidade e de sua contemporânea dimensão pública engendradas na novidade nomeada *comunicação mediática*”.(Rubim, 1995, p.110).

“Idade Mídia” foi o termo que Rubim (1995) considerou adequado para ressaltar a importância dos meios de comunicação por sua presença praticamente total na sociedade:

“A essência da comunicação mediática - nomeada habitualmente com as problemáticas expressões: social, coletiva ou de massas - não mais se apresenta como publicizar ou dar visibilidade ao social, mas constituir mesmo uma dimensão pública da sociedade contemporânea”. (Rubim, 1995, p.120).

Até aonde vai a ingerência do campo da comunicação no campo da política é uma das preocupações de diversos pesquisadores. Maria Helena Weber (2000) e Antônio Rubim (1995) são dois exemplos de estudos sobre a influência de telenovelas da Rede Globo e a campanha presidencial de 1989.

“A identificação imaginária de Collor com a figura do herói, do caçador de marajás, (...) e a fascinação com a articulação ficção/ ‘realidade’, produzida por *Que Rei Sou Eu?* parecem indicar as razões da apressada e inusitada exibição da telenovela produzida pela Globo ainda antes das eleições”. (Rubim, 1999, p. 26).

A discussão tem gerado duas posições opostas entre os pesquisadores: uma considerando a presença da comunicação numa posição dominante, a ponto de subsidiar e comandar a política. A outra considera a comunicação um instrumento subsidiário da

política. Porém, Rubim propõe uma postura que coloca os dois campos agindo separada e independentemente: “Deve-se propor uma disputa persistente entre a comunicação e a política para assegurar o predomínio de um dos campos sobre o outro” (Rubim, 2.000, p.13). A noção de campos proposta por Bourdieu permite compreender que esta é uma relação dinâmica e sua adoção não deve, como adverte Rubim: “obscurecer que o relacionamento do campo da política e do campo da comunicação realiza-se não só como conflito, mas também como complementariedade, como campos que necessitam interagir com o(s) outro(s) campos para se efetivar socialmente” (Rubim, 2000, p.14).

O “campo do jornalismo”, na concepção de Bourdieu, é a parte do campo da comunicação dirigida exclusivamente à veiculação de notícias, ficando excluída a parte dedicada ao entretenimento. O colunismo político integra o campo jornalístico, que, ao consolidar-se, “impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo a autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes” (Bourdieu, 1997, p.102).

O campo do jornalismo é organizado de maneira semelhante aos outros campos, e para Bourdieu está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência. Como o peso comercial no campo do jornalismo, assim como no campo econômico e no político, é maior que na maioria dos outros campos (artístico, científico ou literário, por exemplo), ele acaba privilegiando mais o interesse comercial dos outros campos.

Ribeiro (1994) apresenta três definições que ajudam a compreender a estrutura do campo jornalístico:

Jornalismo (conjunto de técnicas, saber e ética voltado para a captação de informações), *imprensa* (divulgação periódica de notícias, feita normalmente através de jornais e revistas) e *empresa jornalística* (estrutura econômica destinada à comercialização do material impresso). (Ribeiro, 1994, p.19).

Estes três elementos, alerta Ribeiro, podem assumir significados diferentes e até contraditórios, dependendo do momento histórico.

1.3 Quem agenda quem?

Em 1972, Maxwell McCombs e Donald L. Shaw apresentaram uma proposta para tentar medir a capacidade de influência dos meios de comunicação na sociedade, chamada hipótese de agenda-setting. O objeto foi a campanha presidencial norte-americana de 1968, e a pesquisa foi feita em Chapel Hill, na Carolina do Norte, entre 100 eleitores ainda indecisos, num período de 24 dias anteriores ao pleito. Foram selecionados quatro jornais e definidos critérios para classificação de matérias, a fim de comparar a agenda da mídia com a do público. Os autores basearam sua hipótese nos textos de Walter Lippmann.

O resultado confirmou a suspeita de agendamento da mídia, porém descobriu-se uma novidade, relata Antônio Hohlfeldt:

“Mais do que influenciar o eleitor (em princípio, o receptor que estava sendo pesquisado), verificou-se que a mídia terminara por influenciar os próprios candidatos, fazendo com que muitos deles incluíssem em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam das mesmas”. (Hohlfeldt, 1997, p. 46).

A partir desta, as pesquisas baseadas na hipótese proliferaram-se e também foram agregados novos conceitos (como o da importância da seqüência temporal, já

que o agendamento se dá necessariamente com o passar do tempo) e a interrelação entre diferentes veículos de comunicação. Os trabalhos permitiram Donald Shaw chegar a algumas conclusões:

“As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”. (Shaw, 1979, **apud** Wolf, 1995, p.130).

Outros autores aderiram à hipótese e passaram a aplicar pesquisas fora dos períodos eleitorais, com resultados semelhantes, relata Wolf:

“Não só durante a campanha, mas também nos períodos intermédios, os mass media fornecem perspectivas, modelam as imagens dos candidatos e dos partidos, ajudam a promover os temas sobre os quais versará a campanha e definem a atmosfera específica e a área de relevância e de reatividade que assinala cada competição eleitoral”. (Lang-Lang, **apud** Wolf, 1995, p.128).

As modificações conceituais que a hipótese de agenda-setting recebeu desde o lançamento tornaram o conceito mais flexível e permitiram novas conclusões. Clóvis de Barros Filho (1995) detecta também um movimento do campo político em direção ao campo do jornalismo, tentando agendá-lo. O campo político faria uma seleção de temas que gostaria de ver debatidos que “visa, num primeiro momento o agendamento da mídia e num segundo momento o agendamento dos consumidores de produtos políticos” (Barros Filho, 1995, p.191).

Para medir até que ponto o campo da política e o campo da comunicação, mais especificamente o “campo do jornalismo”, dialogam e se agendam mutuamente

utilizaremos a proposta da hipótese de agenda-setting, que diz que o noticiário de imprensa pauta a agenda pública, comparando as manifestações públicas de referência entre si. Escolhemos como exemplo o debate realizado entre o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul e o colunista José Barrionuevo, na PÁGINA 10 de *Zero Hora* no período de três anos e meio. O PT, por pertencer ao campo político e a *Zero Hora* por pertencer ao campo do jornalismo. O PT, por pertencer à oposição histórica ao poder econômico, social e político. A *Zero Hora*, por pertencer a posição política ligada a este poder conservador. A coluna PÁGINA 10 está integrada a este contexto de *Zero Hora* e à própria corrente conservadora majoritária do colunismo político gaúcho.

O debate se estabelece por que PT e *Zero Hora* disputam praticamente os mesmos públicos – leitores, eleitores, cidadãos – com opiniões seguidamente opostas e um dos espaços desta disputa é justamente o jornal. O PT se vale deste espaço por ter consciência da necessidade do jornalismo, ao reivindicar-se neutro e imparcial, abrir algum espaço para opiniões contrárias as suas.

2. O COLUNISMO E A COLUNA POLÍTICA

Contemporaneamente às mudanças do jornalismo no final do século 19, surgiu o colunismo. Fraser Bond (1959), em *Introdução ao Jornalismo*, afirma que ao deixar de ser um veículo que expressa a opinião do diretor para ser “uma folha anônima”, o jornal perdia um vínculo com o leitor que “não mais podia indicar a fonte individual das opiniões” (Bond, 1959, p. 207). A coluna, então, teria surgido para suprir este espaço, já que, ainda segundo Bond, prefere-se o “individual ao anônimo”.

O jornal *The Republican*, de Springfield, é citado por Bond como o primeiro a ter colunas de opinião, em 1872. Outro indicado é o jornal *Daily News*, de Chicago, no qual Eugene Field criou algo semelhante entre 1890-1900, intitulado ‘Sharps and Flats’”.

No Brasil, o colunismo também surgiu quando os jornais começaram a mudar de estilo. A historiografia da imprensa brasileira ainda não dedicou estudos sobre o tema para afirmações conclusivas. O universo pesquisado (jornalismo porto-alegrense) indica que o colunismo surgiu no início do século 20, entre a disputa por espaço dos estilos jornalísticos. *O Diário*, que circulou em Porto Alegre entre 1911 e 1917, é um exemplo de jornal noticioso e apresentou os primeiros esboços de colunismo. Os textos assinados têm estilos mais próximos à crônica ou narrativa. O que poderia ser caracterizado como embrião de colunas, como **Porto Alegre Elegante**, sobre moda, publicada diariamente em 1911, e **Vida Social**, em 1917, uma precursora da coluna social, não têm assinatura. Eventualmente, MM subscreve **Porto Alegre Elegante**. Já Augusto Sá assina, em 1917, textos comentando e analisando a 1ª Guerra Mundial.

Há artigos políticos de Otávio Rocha no *Diário*, sem periodicidade regular e que se enquadram no estilo praticado pelos jornais político-partidários: não são avaliações sobre ações e conseqüências das iniciativas políticas, mas opiniões claramente engajadas. O *Correio do Povo*, fundado em 1895 e já nos anos 30 do século 20 reconhecido como jornal mais importante do Estado, não tinha colunistas políticos, embora tivesse textos assinados em diferentes editorias¹. O seu principal concorrente, o *Diário de Notícias* de Porto Alegre, manteve postura idêntica: colunas de opinião sobre turfe, moda, cultura, mas a única opinião assinada, diária, era a de seu proprietário, Assis Chateaubriand, residindo no Rio de Janeiro e fazendo avaliações da política nacional.

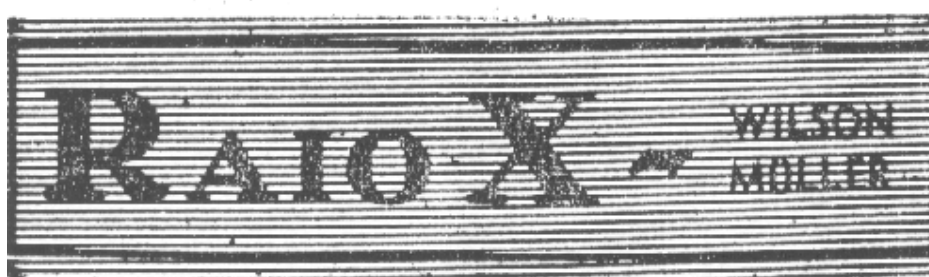
Somente no final dos anos 40 e início dos 50 do século 20, a política começa a ter colunas nos jornais brasileiros. Carlos Castelo Branco (*Jornal do Brasil*), Rafael de Oliveira (*Correio da Manhã* -RJ), Murilo Mello Filho (revista *Manchete*) são os seus precursores. “Tivemos uma ditadura entre 30 e 45”, avalia Carlos Bastos, colunista político do *Jornal do Comércio*, opinião também partilhada pelo jornalista Alberto André: “A coluna política depende da liberdade de imprensa” diz ele, que trabalhou na imprensa gaúcha a partir dos anos 1930, presidiu a Associação Rio-grandense de Imprensa por 40 anos e foi colunista em diferentes publicações no Estado até o fim da vida.

A coluna política apareceu no Rio Grande do Sul na década de 1950. Em agosto de 1952, “Spectator” assinava “Conta-Gotas”, no *Diário de Notícias*. O espaço tinha 4,5cm de largura por 15 cm de altura de um jornal standard. Já apresentava o estilo de notas utilizado hoje por José Barrionuevo na PÁGINA 10. São três textos

¹ Conforme Rüdiger, em *Tendências do Jornalismo* o *Diário de Notícias* imprimia 25 mil exemplares

curtos, separados por três pontos. Não há análise, nem opinião. Apenas informações sobre a Assembléia. Sobreviveu pouco tempo e logo foi substituída por outra, chamada “Raio-X”, assinada por Wilson Muller, conforme ilustração a seguir.

SÁBADO, 19 DE MARÇO DE 1960



Foi contornada a crise que se fazia prever entre UDN e PDC gaúchos: Ferrari poderá comparecer aos comícios de Jânio, junto com Leandro. Essa decisão foi comunicada à imprensa pelo sr. Flôres Soares e referendada por Perachi. O difícil será conseguir que o candidato permita que os dois homens das mãos limpas façam duelo eleitoral em comício seu. Tal êle não permitiu em outros Estados e não será aqui, por certo, a exceção.

x — x — x

Fala-se que San Thiago Dantas irá para o Ministério do Exterior. Em compensação, deixará a candidatura à vice com Tancredo Neves para um candidato do PR.

x — x — x

A presidência da Assembléia está incomodando muita gente. Ao que se vê, não há nada escrito que garanta ao PRP a indicação de um nome agora, podendo o cargo ser entregue ao PSP ou mesmo ao PTB. Se couber ao trabalhismo, a reeleição de Spolidoro seria favas contadas, mesmo porque outra solução implicaria a sua condução a uma secretaria de Estado, provavelmente a de Obras Públicas, deslocando Caruso para a Educação e retornando Quintana à liderança da bancada. A verdade é que nada de concreto existe, pois falta um mês para a eleição e até lá é possível que o acôrdo PTB-PSD esteja em plena vigência, o que alteraria o panorama numérico no legislativo estadual.

x — x — x

Adail Moraes e Favorino Mércio conferenciaram longamente com o sr. Francisco Brochado da Rocha.

x — x — x

O financiamento bancário para a estrada da produção está bem encaminhado. É possível que bancos gaúchos juntamente com o Lavoura de Minas garantam a execução da obra, a «Brasília» de Brizola.

Apesar do noticiário da imprensa, ontem, Mirandola não se exonerou da direção da CEEE. Sua posição, todavia, é delicada, pois sua orientação não colide com a governamental. E a corda rebenta, sempre, no lado mais fraco...

Maior que a antecessora, tinha 11,5 cm de largura por 15 cm de altura, com o mesmo estilo: tópicos curtos, informativos, não analíticos, sem títulos, intercalados apenas por sinais gráficos como letras (xxx) ou traços verticais, as letras podem variar entre normal, **negrito**, e *itálico*. Ele manteve o espaço até 1971, quando o jornal decidiu deslocá-lo para a editoria de Economia e ali criar a coluna “Homens e Negócios” mantida até 1973, quando aceitou o convite para ser o assessor de imprensa do proprietário da RBS, Maurício Sirotsky. Nos exemplos a seguir, percebe-se algumas características das colunas em tópicos como informações de bastidores, agendamento e auto-referência:

“A alta direção trabalhista está tentando trazer para a harmonia partidária os dissidentes dos últimos pleitos municipais, especialmente em Rio Grande, Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo. Inúmeros rebelados voltaram ao aprisco...”. (Müller, 24 de março de 1960).

“O livro de Ferrari não está tendo a vendagem esperada”. (Müller, 24 de março de 1960).

“Como noticiei em primeira mão, Neves da Fontoura chegará esta semana a Porto Alegre para recepcionar Walter Jobim na Academia Sul-Rio-Grandense de Letras” (Muller, 21 de março de 1962).

“Logo mais estarei subindo a serra com destino a Caxias, a ‘capital industrial’ do RGS. No Hotel Real, aguardarei a colaboração dos amigos caxienses para ajudar na maior

divulgação que já se fez da Festa da Uva”.(Müller, 23 de fevereiro de 1963).

Na prática, a criação da coluna de Wilson Müller representava a consolidação da mudança que estava se operando na imprensa. A política já tinha conquistado espaço próprio nos jornais, era uma editoria com notícias, como todas as outras. Wilson Müller lembra como era o noticiário político da época:

“Era uma página inteira do jornal, com reprodução das notas taquigráficas da Assembléia. A gente ia lá e pegava. Quem fazia para o *Correio do Povo* era o Salomão Kirjner, que era taquígrafo da Assembléia. No *Diário de Notícias*, quem fazia era o Ivo Compagnoni, que saiu em 1952”. (Müller, 1999).

Quando Compagnoni saiu, o editor-chefe do jornal, Ernesto Correa, propôs mudanças na cobertura política, queria textos curtos: “Era muita informação. Eu vivia dentro da Assembléia e conseguia informações além das discussões em plenário”, recorda Müller. Era preciso encontrar um espaço para estas informações e superar o *Correio do Povo*, que, como seu repórter funcionário da Assembléia conseguia alguns “furos” que o *Diário de Notícias* não conseguia. Ernesto Correa sugeriu a criação de uma coluna com notas políticas, cuja característica seria fugir do noticiário comum. “Quanto mais notícias fora do jornal, melhor” disse a Wilson Müller. E sugeriu que a coluna deveria ser uma espécie de Raio-X. O nome vingou.

Como os jornais limitavam-se a publicar os discursos da tribuna, “fora do jornal” tinha o significado de noticiar o que acontecia na política além das manifestações oficiais. “A coluna noticiava viagens de deputados, visitas de prefeitos ao governo e a deputados, projetos, conjeturas, negociações de bastidores”, relata Müller.

Outro pioneiro, companheiro de Wilson Müller, foi Jayme Keunecke, que aproveitou a coincidência de suas iniciais com as do presidente Juscelino Kubicheck para assinar Jotaká, quando iniciou sua coluna “Ponto Morto”, do *Diário de Notícias*, em 1958. Uma substituição de férias de Wilson Müller que agradou ao diretor Ernesto Correia deu a Jaime crédito para ter a própria coluna. Assim, “Ponto Morto” estreou depois da volta de Müller, que segundo Jotaká, “também falava de economia e a minha coluna era só política” (Jaime Keunecke, 2001).

Em menos de dez anos, todos os jornais de Porto Alegre tinham pelo menos um colunista político. A função tornou-se fundamental no jornalismo.

Para Luiz Amaral (1978), o sucesso desta “invenção norte-americana” no Brasil, entre outros motivos, deve-se ao “personalismo do brasileiro”, e ao “ritmo trepidante” do Brasil, que permitiria pouco tempo para a leitura. O colunismo é um espaço singular no jornal, assinado, com função diferenciada:

“A coluna não é o resumo dos principais acontecimentos do dia, mas a ‘explicação íntima desses fatos, o dado que faltou ao grande noticiário e que não chegou ao conhecimento do público, o lado pitoresco do acontecimento, o detalhe curioso, a história particular de cada decisão’. O colunista concorre com o repórter, o comentarista e o redator. Do primeiro, há que ter o gosto do furo, da notícia em primeira mão; do segundo, a sagacidade, a agudeza de espírito, a perspicácia, a finura; do terceiro, a prosa ágil e leve, a capacidade de dizer o máximo com o mínimo de palavras. E a tudo isso somar o bom-humor constante e a originalidade, a fim de tornar sua coluna um lugar sempre atraente”. (Amaral, 1978, p.156).

Dizer o máximo com o mínimo de palavras é uma norma seguida à risca no colunismo político gaúcho. O estilo de notas curtas, inaugurado por Spectator no *Diário de Notícias*, seguido por Wilson Müller e praticado atualmente por José Barrionuevo na PÁGINA 10, tornou-se majoritário. “Um coluna em tópicos é mais fácil de ler”, acredita Jotaká. Para ele, é isto que diferencia o colunista do cronista: “O cronista trata de um só assunto, o colunista, de vários” (Jaime Keunecke, 2001). Logo, ele descobriu que estava utilizando um espaço privilegiado:

“Os políticos gostavam de sair na coluna. A maioria pedia para sair. Me chamavam no gabinete para dar informação. Muitas vezes, passavam informação, mas diziam ‘não cita meu nome, mas vai acontecer tal coisa. Põe o meu nome em outro assunto’ Assim vinha muita informação. Muitos perguntavam, brincando, ‘o que houve? não saí na coluna hoje’. (Jaime Keunecke, 2001).

Outra característica iniciada nos anos 50 é a da informação exclusiva: “Muitas vezes, a coluna pautava o jornal. Porque eu noticiava que Fulano seria candidato e no dia seguinte a redação iria entrevistá-lo, para confirmar ou desmentir” (Muller, 1999). Além da pauteira, a coluna política passou a ser vista também como um espaço para balões de ensaio, com os quais Müller teve que aprender a desvencilhar-se rapidamente: “Os próprios políticos me procuravam para dar informações. Então, tinha que cuidar, verificar se era verdadeira a notícia ou não. Aprendi a ser honesto jornalisticamente”. É o que a gíria jornalística chama de “plantar notícia”: lançar uma informação para ver a repercussão que dá.

Difícilmente os colunistas explicitam suas opiniões ou opção político-partidária. “Eu não emitia a minha opinião. Tudo que estava escrito ali era revisto pelo Ernesto Correa. Ele dizia: ‘A coluna não é tua, é do jornal. Não podes emitir

conceitos pessoais’. Somente mais tarde é que o meu texto não era revisto por ele. Mesmo assim, continuei sem dar opiniões” (Müller, 1999). Jaime Keunecke concorda: “A liberdade de opinião não existe. No regime capitalista a liberdade termina aonde começa o interesse do patrão, no regime comunista, termina aonde começa o interesse do Estado”. Mas há espaços de negociação, completa:

“Há uma tolerância, em 90% dos casos o jornalista consegue dar a sua opinião. No *Diário de Notícias*, durante muito tempo o Chateaubriand proibiu publicar os nomes de Paulo Brossard e de Cândido Norberto. O que eu fiz? Passei a utilizar Paulo Pinto, que ele é Paulo Brossard de Souza Pinto, e Cândido Santos que é Cândido Norberto dos Santos”. (Jaime Keunecke, 2001).

O episódio revela também o esforço de informar: além de opinar, o jornalista encontra um modo de dar a notícia.

2.1 Consolidação

Em 1964, o Brasil entrou novamente num regime antidemocrático, instaurado pelo golpe militar de março daquele ano. Ao contrário do Estado Novo, que foi empecilho para o surgimento da coluna política, o regime militar de 64 não proibiu a sua existência. Ao contrário, algumas marcaram época no jornalismo brasileiro – como Castelo Branco – e gaúcho, como a de Hilário Honório, na *Folha da Tarde*. Em 17 de maio 1962, o jornalista Adil Borges Fortes da Silva iniciou, sob o pseudônimo de Hilário Honório, no jornal *Folha da Tarde*, a publicação de uma coluna com informações sobre política chamada **Folha em Tópicos**, reproduzida a seguir:

FÔLHA... em tópicos

Escreve Hilário HONÓRIO

Esta secção passará a ser publicada diariamente. Como verão os leitores, constará ela de informações que, embora interessantes, não têm a suficiente consistência de uma notícia. Serão tópicos, apenas, sobre pessoas, animais e coisas deste mundo agitado em que vivemos. Esperamos, assim, satisfazer nossos leitores, proporcionando-lhes uma leitura leve e não despida de atualidade.

* Os exatores estão eufóricos com o sucesso das reuniões que realizaram em cidades do interior do Estado, quando foram debatidos vários e importantes assuntos de interesse da classe e que ainda dependem de solução governamental. O epílogo das reuniões será domingo, no Restaurante da Reitoria da URS, quando o êxito alcançado será comemorado e bebemorado, com muitos convidados especiais. As 12,30 h.

* O sr. Cesar de Mesquita prepara um amplo "dossier" a respeito do aumento do preço dos automóveis. Conseguiu-o junto a amigos de Sindicatos paulistas. Muitas coisas interessantes estão para vir por aí. A campanha, encetada pelo sr. Célio Marques Fernandes, começa a pegar fogo.

* "Nada mais fácil do que refutar as acusações que o Governador assacou contra o eng. Ildo Meneghetti", disse um político ao ler a entrevista do sr. Leonel Brizola na Fôlha, ontem. O informante foi um dos líderes da campanha que levou o candidato da ADP ao governo, quatro anos atrás, pela Frente Democrática.

* E' a terceira vez que a Cia. Jornalística Caldas Junior tem um de seus cronistas esportivos agraciado com viagem para

assistir a uma Copa do Mundo. Em 1954, na Suíça, foi J. D. Varela, do Correio do Povo. Em 1958, na Suécia, onde o football brasileiro se cobriu de glórias, o felizardo foi Manoel Dias, então integrante da equipe da Fôlha da Tarde (hoje está na Fôlha Esportiva). Agora é Lauro Quadros, do elenco da Rádio Guaíba. Será que Quadros trará para o Brasil o título de campeão mundial como o fez o Manoel?

* Ficou decidido, segundo determinações das altas autoridades educacionais do país, que a promoção dos estudantes para os diferentes cursos da Universidade Católica do RGS não obedecerá, ainda, ao novo sistema ditado pela Reforma. Terão os mesmos que enfrentar as bancas examinadoras em junho e em novembro. As modificações no ensino superior do Brasil, na PUC do RGS, somente entrarão em vigor em 1963, aliás como inúmeras novidades.

* O sr. Otávio Germano, alertado que não deveria trazer para o plenário da Câmara Municipal o caso da propaganda de Valter Pinto, colocada, ostensiva e absurdamente, no Largo de Medeiros, declarou: "Não posso calar. Tenho que atender os meus eleitores..." O sr. Otávio Germano será candidato a deputado em outubro.

DIZEM POR AÍ...

* Andam dizendo por aí que as faixas colocadas em diversos pontos da cidade, exigindo a candidatura do Prefeito Loureiro da Silva pelo PTB, foram mandadas colocar pelos srs. Clay Araujo e Daniel Ribeiro. Será verdade?

Sobreviveu 22 anos como um espaço posicionado politicamente a favor do governo militar. As mudanças foram poucas e restritas à diagramação, que deixou de ser dividida verticalmente em duas colunas – passou a ser uma - e no cabeçalho, que passou a ter a imagem de um cão, consequência de uma desavença com o governador Leonel Brizola (1959-1962) que anunciara ter “perdigueiros” no jornal que lhe revelaram a verdadeira identidade de Hilário Honório. Os tópicos permaneceram sem títulos, mas ele utilizava alguns bordões (“Dizem por aí...”, “neste comenos”, “entrementes”) que marcaram seu texto e serviam como divisor de assuntos a cada novo parágrafo.

Lançado durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal apresentava novidades no mercado editorial: era um tablóide, isto é, seu tamanho de folha era a metade dos outros jornais e saía no meio da tarde, por isso o nome. Nos anos 50 e 60, foi um dos mais importantes da capital. Era da mesma empresa do *Correio do Povo*, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, que mais tarde criaria a *Folha da Tarde Esportiva*, substituída pela *Folha da Manhã* (todos tablóides), e a rádio e a TV *Guaíba*.

Hilário Honório relata precursores do colunismo político na *Folha da Tarde*: “O Roberto Eduardo Xavier, um excelente redator, criou uma coluna chamada ‘Mosaicos pelo Bodoque’. Toda ela em tópicos. Reclamando isso e reclamando aquilo” (Honório, 1999). Mas Eduardo Xavier não era remunerado para fazer a coluna e acabou desistindo para dedicar-se mais à reportagem. Hilário Honório surgiu desta desistência e da aceitação que a coluna tinha. O nome é a conjunção de uma lembrança de infância - da revolução de 1923, quando viu Honório Lemes subir a cavalo a escadaria da igreja de sua cidade - com a sugestão de um colega de

redação: “Devias usar o nome Hilário”. Havia um outro articulista no jornal, João Bergmann, que assinava JÓTABÊ na coluna “De ontem para hoje” analisando o noticiário de jornal, principalmente político. “Completamente diferente”, diz Hilário Honório, pois não eram textos curtos. Para ele, o sucesso da sua coluna estava no formato: “Quando eu escrevia coisa muito grande, o pessoal reclamava”. (Honório, 1999).

Adorado pelos partidários dos governos militares e odiados por todos os opositores, Hilário Honório acabou isolado politicamente. Quando a **Caldas Júnior** entrou em crise e fechou seus jornais, em 1984, ele também ficou sem espaço. Chegou a ser convidado para trabalhar na *Zero Hora*, mas, lembra, “o pessoal ameaçou fazer greve se eu fosse contratado”. Na história brasileira, 1984 é o ano da mobilização nacional por eleições diretas para presidente da República e assinala os últimos momentos da ditadura militar.

Durante 20 anos em que esteve no governo, a ditadura impôs censura prévia na imprensa, cassou políticos e inviabilizou jornais de oposição. Esta realidade certamente ajudou a constituir o posicionamento político conservador dos columnistas gaúchos. Ou por não crerem na liberdade de opinião, como afirmam Müller e Jaime Keunecke, ou por se identificarem com idéias do poder, como Hilário Honório (“A coluna tinha fama de ser a favor da revolução, não é que fosse a favor da revolução. Eu precisava de informações então, me liguei ao Exército”. “Bem, fiquei sempre na minha posição de anticomunista, até que mudou tudo com a queda do Muro de Berlim, os comunistas não comiam criancinhas, era mentira”), eles acabaram por veicular notícias sempre críticas à esquerda. As exceções duraram pouco, como Flávio Tavares, que teve uma coluna, chamada “Na Hora H”, de política nacional no

diário *Última Hora*. Também em tópicos, ocupava a página 2 do jornal, ilustrada com um foto e um desenho.

A história de *Última Hora*, o primeiro exemplo gaúcho de jornal obrigado a encerrar a circulação em força do golpe militar de 31 de março de 1964, está em “Golpe Mata Jornal”, de Jefferson Barros. Em seu lugar, surgiu a *Zero Hora*, tablóide como o antecessor, mas somente em 1966 apareceram as colunas de Carlos Coelho e Jotaká, ambas de textos curtos, e a de Carlos Fehlberg, que tentou fazer um colunismo político semelhante ao do centro do País, o do texto longo, analítico. Posteriormente, J.C. Terlera, jornalista funcionário da Assembléia Legislativa, tornou-se, concomitantemente, colunista político do jornal².

Carlos Fehlberg iniciou a carreira num dos jornais que viviam à margem da disputa que as empresas **Caldas Júnior** e **Diários Associados** protagonizaram até a metade dos anos 1960 em Porto Alegre. Esta disputa era representada pelo standards *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, mas havia outros jornais na cidade que lutavam por espaço entre os leitores. Um deles era o standard *Jornal do Dia*, matutino fundado em 25 de janeiro de 1947 pela Associação Católica de Difusão Cultural. Cristão e democrata, como afirma seguidamente em seus editoriais, o jornal saudou o golpe de 64, mas não resistiu financeiramente e acabou fechando em 19 de setembro de 1966.

Em março de 1964, o jornal criou um novo espaço em seu noticiário político, intitulado POLÍTICA ESTADUAL, utilizando aproximadamente 1/3 vertical da página e apresentando diagramação diferenciada do resto do jornal. A matéria maior,

² O duplo emprego era comum. Wilson Müller obteve emprego público, JK trabalhou com publicidade, Hilário Honório trabalhou na Prefeitura antes de se dedicar exclusivamente ao jornalismo.

que é a da chamada de capa do jornal, noticiava uma reunião do governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, do PSD, com outros governadores de oposição ao presidente da República, João Goulart. Abaixo, havia outras duas seções: INFORME ESPECIAL e DESTAQUES POLÍTICOS, cada uma delas com pequenas notícias e informações exclusivas. Além disso, mais três tópicos: Bastidores, De Primeira e Confidencialmente. Todos estes títulos, ou cartolas, repetem-se nos outros dias. Estava nascendo mais uma coluna política no jornalismo gaúcho. A primeira do *Jornal do Dia*. Dos dias 1º a 6 de abril de 1964, não houve a coluna. Retornou dia 7 e no dia 19 a coluna passou a se chamar: “Carlos Fehlberg informa sobre POLÍTICA ESTADUAL”.

Nesta época, e até o fim do jornal, quando já era um tablóide, Fehlberg manteve o estilo de um texto longo acompanhado de vários textos curtos, alguns titulados. Na última fase do *Jornal do Dia*, Carlos Fehlberg era responsável por toda página 4 do jornal.

Durante algum tempo, como outros jornalistas da época, Fehlberg trabalhou no *Jornal do Dia* e também na *Última Hora*, que fazia parte da cadeia nacional de jornais montada por Samuel Wainer em apoio aos governos de Getúlio Vargas e João Goulart. *Última Hora* era um jornal popular, de rápido crescimento no Estado, conquistando leitores à margem do *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Fehlbergh não teve coluna na *Última Hora*, mas na sua substituta, *Zero Hora*. Chamava-se SHOW DA POLÍTICA, ocupava uma área equivalente a 1/3 da página 6 do tablóide e estava abaixo da charge diária de Ivan Jorge. Aqui, podemos ver, pela primeira vez no jornalismo gaúcho, uma coluna de política praticamente monotemática. Mesmo assim, não foi constante: em 15 de dezembro de 1966, a

coluna mudou de nome para INFORME POLÍTICO e, embora tendo tratamento gráfico único, era composta de vários assuntos, separados por intertítulos. Em 31 de dezembro, aparece o tópico CONFIDENCIAL-utilizado na última fase do *Jornal do Dia*.

A coluna foi interrompida em 68, quando Fehlberg foi trabalhar em Brasília, como assessor de imprensa do governo Médici e retornou em 74. Foi nesta segunda fase em *Zero Hora*, que optou por uma coluna abordando um assunto e manteve o estilo até sair de *Zero Hora*, em 1992.

Fehlberg também foi o diretor de redação do jornal neste período, caracterizado pela decadência do *Diário de Notícias* - da cadeia nacional **Diários e Emissoras Associados** - que parou de circular em 1979, e ascensão de *Zero Hora* ao posto de grande concorrente do *Correio do Povo*.

Dois outros exemplos do colunismo político monotemático são femininos e datados dos anos 90. Ana Amélia Lemos, o primeiro destes exemplos, tem duas fases distintas. A primeira, iniciada em 1979, quando chefiava a sucursal de Brasília da RBS, era uma coluna de tópicos, cobrindo a bancada gaúcha no Congresso Nacional. Mais informativa que analítica, a coluna era assinada por “Ana Amélia Lemos e equipe” e se chamava *ZH Brasília*. Foi interrompida em 23 de janeiro de 1993. Um mês depois, iniciou a segunda fase, que permanece até hoje, com seu nome. O texto trata de um único assunto, normalmente política nacional, com destaque para a bancada de deputados federais gaúcha.

O segundo exemplo iniciou em 1998, com Rosane Oliveira, editora de política de *Zero Hora*. Não tem página fixa e o espaço é variável, ocupando em média o equivalente a 15cm X 18cm.

A opção majoritária pela utilização de tópicos forma outra importante característica do colunismo gaúcho. Os colunistas acreditam que aumenta o índice de leitura e não prejudica a profundidade, como diz Jotaká: “Pode-se dividir um assunto e tratá-lo a fundo em vários tópicos” (Jaime Keunecke, 2001). A utilização de tópicos pode definir um estilo de texto e de abordagem, sugere José Luiz Braga (1999): “As notas, talvez não no teor específico de cada uma, mas no conjunto, saltando de um tema para outro sem aprofundar, parecem estruturalmente condenadas a merecer esta caracterização como fofocas” (Braga, 1999). Mas é preciso realizar uma observação mais aprofundada sobre o colunismo político em tópicos, como Braga faz no artigo “Varejo”, onde analisa as colunas **Painel**, do jornal *Folha de S. Paulo*, e **Informe JB**, do *Jornal do Brasil*.

Feitos em tópicos, estes dois espaços diferenciam-se do colunismo político monotemático majoritário praticado nos principais jornais brasileiros. A diferença vai também à autoria. Enquanto os colunistas monotemáticos têm autores reconhecidos, **Painel** e **Informe JB**, não. **Painel** sequer tem autor identificado e no **Informe JB**, embora haja identificação de autor, “não se percebe nítidas marcas de individualidade” (Braga, 1999) quando a coluna troca de autor. Como já se mostrou, a troca de colunista num jornal implica a troca do nome da coluna, individualizando o espaço.

A avaliação de Braga abrangeu os dois meses que antecederam e os dois meses posteriores ao primeiro turno da eleição de 1998. A coluna de Carlos Swam, no *Globo*, encaixa-se no estilo gaúcho de colunas por tópicos com autor marcando sua individualidade, é uma exceção, mesmo assim, seu objeto não se restringe à

política. Posteriormente, passou a ser responsável de Ricardo Boechat que em 2001 transferiu-se para o *Jornal do Brasil*.

Mais que focos, as colunas em tópicos observadas por Braga constroem “um processo político”, identificável a partir das seguintes questões que permitem abordagem operacional dos textos:

- em que estruturas específicas o texto se organiza;
- que “efeitos de texto” são aí produzidos;
- que marcas, no texto, permitem inferências sobre o processo de criação;
- que inferências se podem fazer sobre a “eficácia informativa”, as negociações de sentido possíveis entre aqueles “efeitos de texto” e a leitura;
- e naturalmente como estas coisas se articulam na formulação de uma “política de comunicação do fato político ou cultural” – ou seja, que espaço de exercício político é construído pelas notas.

Para esta pesquisa, o importante é constatar como a PÁGINA 10 constrói espaços políticos de discussão que geram respostas. O trabalho de Braga feito sobre duas colunas de estilo semelhantes ajuda a identificar como se dá a construção deste espaço via PÁGINA 10. A primeira constatação de Braga é quanto ao texto: “O ‘fato’ é contado diretamente a partir do acontecido” (Braga, 1999). A estrutura de tópicos obriga a utilização de frases curtas e impede a apresentação retórica dos motivos e da lógica das reações. A segunda constatação é impressão de demonstrar conhecimento de fatos confidenciais. A maneira como o texto é construído, somente com informações básicas, raramente referindo datas, horários e locais, propõe “uma impressão de coisa entrevista rapidamente, como quem surpreende uma conversa de

bastidores” (idem,ibidem). O tópico *Briga pelo segundo turno* de 7 de junho de 1996 da PÁGINA 10 ilustra estas duas características:

Há um pacto entre PT e PDT, firmado pelos diretórios regionais trabalhista e petista: quem obtiver classificação no segundo turno terá o respaldo do derrotado. Se Pepe for o candidato classificado, contará com o apoio do PDT. E vice-versa

Não há nenhuma fonte citada que teria passado a informação ao colunista. Ele apenas informa que existe um pacto de não-agressão entre dois partidos. Este recurso constrói um “efeito de texto”: “O evento ou fala são tornados públicos pelo simples fato de estarem em letra impressa no jornal” (Braga, 1999). Da mesma forma, acontecimentos secundários, por serem curiosos, são destacados nas colunas de tópicos analisadas por Braga. As declarações de políticos também têm importância. Afirmações, provocações, críticas são reproduzidas e as respostas às falas têm igual espaço.

A opção por tópicos obriga a utilização de frases curtas e economia de adjetivos, concentrando informações em verbos e substantivos. “É como se o pequeno fato se desse por si, quase sem intervenção do jornalista, que teria sido mera testemunha quase invisível da coisa ocorrida e colhida sem sua intervenção de repórter” (Braga, 1999). Esta objetividade não consegue eliminar a intervenção, no entanto.

Os títulos dos tópicos também são elementos de características importantes na construção do “processo político”. “Eles aparecem quase sempre como um direcionamento prévio do olhar” (Braga, 1999), e acabam por dirigir a leitura, por menor que seja o tópico. Para realizar este pré-direcionamento, dentro da

necessidade de textos curtos, são utilizados diversos recursos de linguagem de fácil assimilação: bordões, frases feitas, clichês, trocadilhos, ditos populares. O texto pode ser sério, irônico, respeitoso ou debochado.

Pode servir também como balão de ensaio. O estilo de tópicos exige que “o leitor seja alguém mais ou menos a par ‘do que está acontecendo’, do que está em cena na realidade político-social e na Imprensa”. O que significa que as colunas apresentam uma relação estreita com o noticiário. Muitas vezes, como pauta, como Wilson Müller já descobrira nos anos 50 no jornalismo gaúcho. Braga confirma:

“As colunas de notas, dadas estruturalmente como espaço ‘ligeiro’ e construídas de um modo jornalístico *low-profile*, são assim ambiente privilegiado para um “balão de ensaio” dirigido à opinião pública, assim como para recados em via pública, mas voltados para os “iniciados” (os diversos grupos *inside* no jogo político)”.(Braga, 1999).

O trabalho de Braga sistematiza, através da análise de duas colunas de tópicos de dois jornais, características encontradas nas colunas políticas de tópicos do jornalismo gaúcho, inclusive a PÁGINA 10, de José Barrionuevo, que não só seguiu uma tradição, de estilo e de opiniões pró-hegemônicas, como o aprofundou. Estas colunas têm capacidade de agendamento, considera Braga, e viabilizam interações com o leitor, pois os comentários “não se apresentam como posição fechada ou dogmática” (Braga, 1999). Todo o conjunto - textos curtos, ironia, títulos direcionados, “leveza”, potencialidade de interação – permite também uma construção do leitor, “como alguém que reúne um certo padrão pelo menos básico de conhecimento dos fatos ‘da atualidade’, e de interesse (ainda que disperso) pela

factualidade da política – ou seja, que dá ao menos tanta importância aos eventos quanto às ‘grandes proposições’”. (Braga, 1999).

2.2 – Barrionuevo

Assim como Wilson Müller estava ligado à estrutura da cobertura política do *Diário de Notícias* nos anos 50, Hilário Honório à estrutura da *Folha da Tarde* nos 60 e Fehlberg à da *Zero Hora* dos anos 70, o reconhecimento de José Barrionuevo como colunista está ligado ao *Correio do Povo* dos anos 80.

O *Correio do Povo* foi fundado em 1º de outubro de 1895, por Francisco Antônio Caldas Júnior, anunciando-se no seu editorial de lançamento como um jornal “independente de grupos políticos e econômicos”. Foi a semente da mais influente e poderosa empresa de comunicação do Rio Grande do Sul desde o início até a década de 70 do século 20, a **Companhia Jornalística Caldas Júnior** (mais tarde Empresa), formada pelos já citados *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Tarde Esportiva*, *Folha da Manhã*, *rádio Guaíba*, *TV Guaíba*. Walter Galvani, jornalista funcionário da empresa lançou, em 1994, um livro contando a história do jornal, com o sugestivo nome **Um Século de Poder – Os bastidores da Caldas Júnior**. Porém, a empresa entrou em crise financeira no final dos anos 70 e seus jornais foram sendo fechados até pararem de circular em maio de 1984, sob a direção de Breno Caldas, filho do fundador.

O *Correio do Povo* voltou a circular em 1986, quando Renato Ribeiro – industrial da soja- comprou a empresa de Breno Caldas. A imprensa gaúcha vivia momentos importantes e decisivos: a *Gazeta Mercantil* havia lançado o *Diário do Sul*, tentando ocupar o espaço aberto pelo *Correio do Povo*; a **Rede Rio-Grandense**

de Emissoras, proprietária de uma cadeia de rádios e TV, retransmitindo a **Rede Manchete**, investia no jornalismo, também disputando espaço aberto pela queda de audiência das *rádio e TV Guaíba*, da **Caldas Júnior**. A **RBS** consolidava-se como principal empresa de comunicação da região sul do País, virtualmente alcançando um monopólio de comunicações no Estado.

A volta do *Correio do Povo*, assim, significava disputar um mercado com novos concorrentes. A edição 1º de junho de 1986 anunciava, com reprodução da capa da primeira edição, o retorno do jornal. A edição de 16 de julho daquele ano foi a terceira desta etapa e destacava em manchete: “Mais de uma centena e meia de profissionais contratados”. Abaixo e na página 2, há fotos e pequenos currículos de 28 deles. Um é o currículo de Barrionuevo:

***JOSÉ BARRIONUEVO** - Editor de Política, 39 anos, natural de Erechim(sic). Desde 1974, atua na área política, iniciando como repórter da Folha da Tarde, depois assumindo a Editoria de Política do Correio do Povo em 1977, até o fechamento do jornal. Trabalhou como repórter, comentarista e apresentador da Rádio Guaíba, TV Educativa e Rádio Pampa e foi colunista político do jornal O Estado do Rio Grande. Durante dois anos, exerceu o cargo de Supervisor de Imprensa da Assembléia Legislativa. É diretor-editor da revista Parlamento, revista nacional especializada em política e comentarista político da Rádio Guaíba. Participou de dezenas de coberturas internacionais e cursos de especialização em política na Alemanha e “marketing” político nos Estados Unidos. (Correio do Povo, 1º de junho, 1986).*

No dia 31 de agosto de 1986, finalmente, o *Correio do Povo* voltou a circular diariamente. Com duas colunas políticas na página 2: **Coluna do Castelo** -

reprodução da coluna que Carlos Castello Branco distribuía para diversos jornais do País –e **Panorama Geral** - um espaço sem assinatura, com pequenas notas sobre política gaúcha. Aos domingos, José Barrionuevo ocupava o espaço da **Coluna do Castello**, no mesmo estilo, texto abordando um único tema. Castello é considerado por Barrionuevo “o número um, que eu sempre gostei muito, outro tipo de proposta, o jornalista político da história do Brasil mais respeitado. Foi o modelo. Tinha mais dificuldade para falar do que o Veríssimo” (Barrionuevo, 2000). Esta admiração e a prática dominical de substituir o modelo não motivaram adoção do seu estilo. No dia 7 de abril de 1987, ele passou a assinar o espaço **Panorama Geral**, mantendo as informações por tópicos.

Esta não foi primeira coluna política assinada por ele. O pioneiro a lhe dar espaço foi um jornal diário que teve 12 edições, entre 4 e 17 de março de 1985. Foi uma tentativa do **Grupo Editorial Sinos**, como sede em Novo Hamburgo, cidade industrial a 40 quilômetros de Porto Alegre, em ocupar o espaço editorial aberto pelo *Correio do Povo*. O jornal chamava-se *O Estado do Rio Grande*, tablóide, tinha 41 cm de altura por 19 cm de largura. A coluna de Barrionuevo tinha 41 cm de altura por 9,5cm de largura.

A coluna tinha o nome do autor no alto, José Barrionuevo, ocupava a metade vertical da página, tinha seis tópicos, todos titulados, e uma foto. São poucos, se comparados com a quantidade de tópicos utilizados posteriormente em *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Nas 12 colunas deste período (o jornal não circulava aos sábados), a do dia 10 de março foi a com maior número de tópicos, 10, e a do dia 17, a última, com maior número de fotos,4. No dia 11 não teve fotos- e foram 8 tópicos. Este período foi, na prática, o laboratório de Barrionuevo para formatar seu estilo jornalístico.

A ilustração a seguir é a reprodução da primeira coluna política de José Barrionuevo na imprensa gaúcha:

José Barrionuevo

O confronto nas Capitais

Definido o ministério e adotadas as primeiras medidas após a posse de Tancredo Neves, as atenções das forças políticas vão se dirigir, de imediato, para as eleições nas áreas de segurança e nas capitais, que devem ser marcadas para o dia 15 de novembro. Embora a definição da data de 1º de setembro para a realização do pleito na maioria das áreas de segurança, é consenso nos meios políticos de que o governo definirá uma única data, ampliando as eleições para todos os municípios que não tinham autonomia política.

Será o primeiro confronto eleitoral e o grande teste do governo Tancredo Neves, pois, em cada cada quatro eleitores vai votar para prefeito. São eleições fundamentais na estratégia política do futuro Presidente que pretende, aproveitando o clima favorável que persiste nos primeiros meses de governo, para reafirmar o PMDB como o grande campeão das urnas no País.

Dentro deste contexto, governo e PMDB vão dirigir todo o esforço (feia-se máquina administrativa) para duas importantes capitais: Rio de Janeiro e Porto Alegre, dois redutos eleitorais do trabalhismo. Tentarão assim evitar que Leonel Brizola se transforme no grande líder nacional da oposição, amargando uma derrota em suas principais bases, ele que está questionando a legitimidade do mandato de Tancredo Neves.

Sereno para presidência

Com o registro de chapa única, não haverá disputa na convenção estadual do PDT, no dia 24, quando os trabalhistas estarão escolhendo o diretório regional. O confronto está reservado para a eleição da nova executiva, que deve ser feita pelos 71 membros do diretório, no mesmo dia. O quadro hoje é o seguinte: Aldo Pinto e Renan Kurtz defendem uma maior participação do Interior, Alceu Collares conta com mais apoio no diretório e o atual presidente, Sereno Chaise, que coordenou a organização do partido em todos os municípios do Estado, é o preferido de Leonel Brizola. Não é difícil prever o resultado.

Primeiro desafio será em P. Alegre

O confronto para a prefeitura de Porto Alegre começa a se definir a partir deste mês, com os partidos iniciando a discussão de suas estratégias eleitorais. Até o momento, dois candidatos apresentam-se como os mais fortes, no maior enfrentamento, que se travará, sem dúvida, entre PDT e PMDB. Pelos trabalhistas, Alceu Collares é o grande nome, testado nas urnas em Porto Alegre, sempre o mais votado nos últimos quatro pleitos que disputou. Pelo PMDB, credencia-se Carrion Júnior.

Do lado de Alceu Collares o PDT apresenta Sereno Chaise, último prefeito eleito, cassado, e que nas suas ambições legítimas tem como meta reassumir um dia o mandato que lhe foi tirado pela força. Com expressão menor, surgem Aluísio Paraguassu, Dilmar Machado e Glênio Peres.

Do lado do PMDB, o jovem Carrion Júnior, no exercício de seu primeiro mandato, persegue com determinação há um ano, este objetivo: ser o prefeito de Porto Alegre. Já planeja uma campanha moderna, alegre, com toda a técnica do marketing político, sem improvisações. O peemedebista espera apenas o primeiro sinal, neste mês, com a definição do pleito, para

lançar-se às ruas. Na hipótese ser possibilitado o uso da sublegenda, podem surgir nomes como Ibsen Pinheiro, André Forster, Lauro Higgenmann, José Fogaça e Rui Carlos Ostermann.

O PDS parece disposto a compor com o PDT, dentro de uma negociação que envolve o governo do Estado e o Senado da República em 86. Além da sublegenda, há a possibilidade de indicar um candidato a vice, o que tornaria uma dobradinha como Alceu Collares-Derey Furtado quase imbatível. E isto não é apenas um exercício especulativo. Além da deputada pedessista, Jarbas Lima, como o segundo mais votado é outro nome lembrado. Mauro Maranhana é o preferido de Jair Soares, que lhe deu a pasta da região metropolitana.

O pequeno PFL, sem nomes fortes para a capital, apenas se dispõe a em prestar seu apoio ao PMDB, consciente de que o confronto em Porto Alegre neste ano será decisivo para quem pretende chegar ao Palácio Piratini. Nenhum partido pode pensar em 86 sem força real na Capital, sem o voto dos centros mais progressistas e industrializados.

Simon renuncia após 18 anos

Com sua posse no ministério da Agricultura no dia 15, o senador Pedro Simon renuncia à presidência regional do PMDB, cargo que vem exercendo, ininterruptamente, há 18 anos. Desde 1967, quando substituiu Siegfried Heuser no cargo, devido a cassação de seus direitos políticos, Simon vem comandando o partido no Estado, antes o MDB e agora o sucedâneo PMDB.

Com a renúncia, assume automaticamente o primeiro vice-presidente, Alcides Saldanha, duplamente premiado no mesmo dia; passa a ocupar a cadeira de Pedro Simon no Senado, como seu primeiro suplente. Trinta dias depois (15 de maio), reúne-se o diretório que escolhe novo presidente para um mandato de seis meses, até a convenção regional marcada para novembro. O nome mais cotado é do atual secretário-geral, Odacir Klein.



Alcides Saldanha

Surge um articulador

Carlos Araújo vem se revelando o melhor articulador político dentro da Assembleia Legislativa, o que permite prever que ele terá uma boa colocação na Executiva Regional do PDT na convenção do dia 24. O deputado garantiu a vitória de Renan Kurtz para a presidência da Assembleia, no ano passado, no confronto com o deputado Porfirio Pelxoto, coordenou nos bastidores o acordo do PDS com o PDT para a escolha da Mesa e lançou a candidatura de Valdomiro Lima, eleito presidente do Legislativo por dois anos. Carlos Araújo sabe "costurar" soluções de questões políticas complicadas, o que era um privilégio de Pedro Simon, na área estadual.

Metamorfose política

Houve espanto geral com a indicação de Mário Ramos, integrante do futuro diretório do PDT, para a direção da Embratur, numa lista de nomes do PMDB galeto para o segundo escalão do governo federal. A proposta é de Sivalva Guazzelli, que foi aceita pela cúpula peemedebista, após algumas sondagens. Desnecessário dizer que Mário Ramos já está com um pé dentro do PMDB, na mais rápida metamorfose política: em quatro anos o ex-prefeito de Caxias e ex-candidato ao Senado ("o galo da espora forte") como era o slogan de sua campanha) passa pela Arena, PDS, PP, PDT e PMDB. O motivo deve ser a inconsistência ideológica dos partidos.

A primeira referência ao PT foi no dia 10 de março, de 1985, um domingo, no tópico *PDT prefere PT de aliado*, com o seguinte texto:

*O jornalista Glênio Peres, prefeiturável do PDT **informa** que os integrantes dos diretórios zonais de Porto Alegre estão promovendo um levantamento que já indica o Partido dos Trabalhadores como o aliado natural numa disputa para a prefeitura de Porto Alegre. Olívio Dutra seria o candidato natural do PT e, na hipótese de uma vitória, a secretaria de Obras já estaria assegurada para o arquiteto Clóvis Ilgenfritz.*

Na quarta-feira, dia 13, Barrionuevo volta ao tema, publicando uma manifestação do PT em relação ao tópico de domingo, foi a **primeira resposta** do partido ao colunista. Como no tópico anterior, grifamos o verbo que demonstra esta reação petista ao colunista. O tópico tem o título *Candidato do PT a prefeito*, com o seguinte texto:

*O presidente do Partido dos Trabalhadores Olívio Dutra **informa** que sua agremiação, que tem em Porto Alegre o único vereador eleito no Estado (vereador Antônio Hohlfeldt), não definiu ainda qual será a conduta do PT na eleição para a Capital. Não afasta a possibilidade de concorrer com candidato próprio, mas, na eventualidade de uma aliança, Olívio Dutra entende que não pode haver descaracterização programática ou confusão ideológica. Cada coligado deve manter a identidade*

O PT não foi mais citado nas três seguintes e últimas colunas de Barrionuevo no jornal. Um ano e 21 dias depois, José Barrionuevo voltava a assinar uma coluna política diária em Porto Alegre, conforme reprodução a seguir:

Panorama Geral

Crise no governo

Indecisão do governador está levando secretários de estado a concluir que só têm dois caminhos: correr em faixa própria ou cair fora na primeira reforma. A persistir a centralização, é provável que a primeira mudança no secretariado ocorra antes do previsto e não seja motivada pelo desejo de deputados estaduais de participarem da Constituinte.

A mesma insatisfação progride dentro da bancada estadual do PMDB, que terá a dura missão de dar sustentação política ao governo na Assembleia. A entrevista do deputado Carrion Junior ao CORREIO DO POVO evidencia o confronto de opiniões e o descontentamento com o desempenho do governador, o que não é posição isolada. Na bancada federal, Jorge Lequed não esconde sua insatisfação e propõe, inclusive, que o governo Simon seja tema da próxima reunião do diretório estadual.

Liderança I

Pronta para decidir, pelo voto, o nome de seu líder partidário na Assembleia, a executiva regional do PMDB foi surpreendida ontem com um pedido de tempo do governador Pedro Simon. O porta-voz da posição oficial foi o secretário de Governo, Fábio Koff, que transmitiu o seguinte recado: "O governador gostaria de estudar o assunto até sexta-feira e pediu que nenhuma decisão fosse tomada hoje".

Liderança II

Com a saída de César Schirmer para o secretariado, deixou de existir um candidato natural à liderança do governo. Pedro Simon preferiu dar tempo ao tempo, ficando sem o respaldo necessário na Assembleia. Hoje o confronto é inevitável entre os dois candidatos, Eócia Fernandes e Gilberto Mussi, que têm mais quatro dias para reunir apoios.



Servidores

O secretário da Fazenda apresentou alternativas ao governador Simon que podem evitar o confronto com o funcionalismo. Procurando fazer justiça social, Cesar Schirmer está propondo um aumento de 25%, em forma escalonada, a partir de uma ganho de 3 mil, deixando de existir para os salários acima de 24 mil líquidos. Um abono especial poderá representar aumento de 140% para as camadas inferiores.

Prefeitura

O prefeito Alceu Colares deverá exonerar o secretário de Governo, Valdir Praga, e o secretário de Obras e Viação, Vilton Araújo, com o regresso dos dois vereadores à Câmara Municipal. Também corre perigo o presidente da Fundação de Educação Social e Comunitária, Jorge Furtado, que pode ser substituído pelo ex-deputado João Severiano. Ganha força a secretária de Educação, Neusa Canabarro, que se ajeite para disputar a próxima eleição. É nome do PDT para a sucessão de Alceu Colares.

Dívida da AL

A partir do momento em que parar o xerox, a Assembleia suspenderá suas atividades. E isto deverá ocorrer em breve, pois os fornecedores já não aceitam mais pedidos para o Palácio Farroupilha, onde falta até papel higiênico. A dívida chega a 240 milhões.

Plebiscito

O TRE deve aprovar na segunda-feira as instruções para a realização de consulta popular, naqueles distritos que estão pleiteando emancipação. Também deve anunciar oficialmente a data dos plebiscitos: 20 de setembro.

Demissão

Um geólogo da Companhia Brasileira de Cobre (Paulo Steni) foi demitido porque colaborou com a equipe que elaborou o plano de governo de Pedro Simon.

Magistério

Esta próximo um confronto entre o secretário da Educação, Bernardo de Souza, e o presidente do Cpers, Paulo Egon, acusa o secretário de não ter critério nas decisões e pede um desmentido ou a exoneração dos 30 mil professores-faltasmas que o secretário afirma existir.

Apartes

Dirigentes do PC do B têm audiência marcada a marchá a tarde com o secretário da Segurança, Walter Walter, oportunidade em que vão restar detalhes do atentado contra o presidente regional do partido, Edson Silva.

O Tribunal de Contas do Estado realiza sessão polêmica na próxima semana em que serão examinadas as contas de 1985 do governo Jair Soares. O primeiro relatório apresenta apontamentos irregulares que devem ser apurados esclarecidos em volumoso processo. O relator é o conselheiro Edgar Marques de Mattos. Claudio Strassburger rompe o silêncio amanhã em vista que fará a bancada estadual do PSD na Assembleia. O ex-vice governador deverá declarar sua fé no PSD como partido da democracia.

JOSÉ BARRIONU



Marques de Mattos social. Não faltam surpresas. O dente licenciado do Nelson Mi que lidera a força uma nova legenda Dirigentes de São Paulo mantendo o com liderança PDS gaúcho e gram no Partido Democrático que tem sólida base no especialmente nas do Sul, e Edgar Marques de Mattos. Paulo Joazeiro não fica no I bem, e anuncia corre o veredicto bem pelo PDT lançada oficial candidatura de Colares.

Esta coluna tinha 31 cm de largura por 11cm de altura, uma área menor que a da coluna do *Estado do Rio Grande*, tinha nove tópicos titulados, e outros cinco sem títulos no espaço *Apartes*. Era ilustrada por uma foto e uma charge. O texto estava mais direto e mais conciso. O primeiro tópico abre com a frase "indecisão do governador" e revela desentendimentos internos no PMDB, que governava o Estado através de Pedro Simon. O PT não foi citado na coluna.

Mas o retorno do *Correio do Povo* não deu os resultados esperados pelo novo proprietário da *Caldas Júnior*, e ele promoveu mudanças radicais no jornal a partir da edição de 26 de maio de 1987: diminuiu o tamanho standard para tablóide, reduziu o número de páginas para 20, também o tamanho dos textos (em média, cada página do *Correio do Povo* tem 12 notícias diferentes), o preço e alterou a distribuição. No rodapé da página 2, a coluna **Panorama Geral** mudou o nome para **JOSÉ BARRIONUEVO** com diagramação e tamanho que manteve até a sua saída do jornal.

Ao mesmo tempo, o Plano Cruzado entrou em declínio e em 1987 a **Rede Rio Grandense de Emissoras** abandonou o seu projeto de fazer jornalismo para

competir com a **RBS** ou mesmo a **Caldas Júnior**. Dificuldades financeiras também vitimaram o *Diário do Sul*.

As mudanças deram vida nova e força ao *Correio do Povo*. Sem adversários de peso, além da *Zero Hora*, foi recuperando leitores. Editorialmente, as mudanças significavam a presença de variedade de notícias que pudessem ser rapidamente lidas. A cobertura de esporte fica nas duas últimas páginas e a política na página 2 e na capa.

Barrionuevo tinha 22 anos de experiência jornalística, iniciada num jornal de Erechim seguida num jornal e rádio de Santa Cruz do Sul. Em 1974, ingressou como estagiário na *Folha da Tarde*: “A *Folha da Tarde* reabriu a reportagem política, que esteve fechada durante o período discricionário, durante o período revolucionário. Não tinham editorias políticas nos jornais, a manchete normalmente era econômica, raramente política. Tinha apenas um setorista de Terceiro Exército na Caldas Júnior toda. Tinha o Marco Antonio Kraemer, que por ser setorista do terceiro exército virou porta-voz do Figueiredo. Quando fui para o *Correio do Povo* (antes da crise financeira da empresa) para ser editor, eu era o mais jovem” (Barrionuevo, 2000). Anos depois, com a perspectiva de abertura política e aumento das mobilizações sociais, tornou-se editor da revista *Parlamento*, ligada à Maçonaria. “Na época, a Maçonaria achou que tinha cometido alguns erros, no período anterior, estava querendo se recompor” (Barrionuevo, 2000).

Quando a crise da **Caldas Júnior** se agravou, a partir da metade de 1982, Barrionuevo aceitou o convite do deputado Renan Kurtz (PDT) para ser supervisor do Gabinete de Imprensa da Assembléia Legislativa, mantendo o emprego no *Correio do Povo*. Foi o responsável pelo *Diário da Assembléia*, onde implementou o

estilo de notícias curtas: “Dava 60 notícias. Pegava os discursos, dava duas linhas de cada um, depois tópicos, materinhas curtas e isso dava, a quem recebesse, uma surpresa, ‘pô, mas tudo isso aconteceu ontem na Assembléia?” Barrionuevo permaneceu como funcionário da Assembléia até 1989.

O estilo de textos curtos viria a calhar para um jornal de 12 matérias por página.

Seu principal concorrente era J.C. Terlera, com a coluna **Bastidores**, em *Zero Hora*. Terlera também era funcionário da Assembléia Legislativa, escrevia seu espaço lá e por telex, e mais tarde via computador, a enviava ao jornal. Igualmente, a coluna era de textos curtos.

Nos anos 90, a *RBS* decidiu modificar o jornal. Para o lugar do diretor de redação, Carlos Fehlberg, contratou o jornalista Augusto Nunes. Algumas linhas sobre os dois simbolizam a mudança. Fehlberg havia sido assessor de imprensa do presidente Médici, o que obviamente o identificava com o regime político implantado no Brasil em 1964. Augusto Nunes fez carreira em veículos como *Jornal do Brasil*, *Veja* e *O Estado de São Paulo* e sua identidade política era de oposição à ditadura militar.

Nunes demitiu, contratou, promoveu mudanças gráficas e editoriais modificando o jornal. Ao mesmo tempo, o *Correio do Povo* também crescia e reforçava-se no mercado. A coluna de Barrionuevo permanecia no rodapé da página 2, e foi assim até o dia 18 de dezembro de 1992. Porém, a última vez que Barrionuevo foi responsável por ela foi dia 7 de dezembro daquele ano.

Nesse dia, a coluna teve 15 tópicos. O primeiro, maior, acompanhado de uma caricatura do então governador gaúcho, Alceu Collares, tinha o título “Collares ganha aliado do peso”. Na parte mais à direita da coluna tinha seis tópicos, sob o título *Apartes*, a metade tratando da discussão sobre parlamentarismo que se fazia no

País. Deste dia em diante, a coluna manteve o nome, mas foi assinada por Vítor Moraes, subscrito redator substituto. No dia 19 de dezembro, a coluna ganhou o nome de **Panorama Político**, assinada por Vítor Moraes. Mais tarde, Armando Burd assumiu a coluna, que, em julho de 1999, foi para a página 4 do jornal.

No dia 20 de dezembro de 1992, na página 24, *Zero Hora* confirmou o boato das redações: “Barrionuevo é contratado pela RBS”, era o título da matéria. Anunciava a estréia para janeiro “como colunista político de Zero Hora” e comentarista de rádio e TV. Uma outra matéria fazia um pequeno perfil: “Um ex-seminarista que fez opção pela política”.³

A estréia foi mais de um mês depois: 24 de janeiro de 1993. Duas colunas desapareceram do jornal: **Bastidores** e **ZH Brasília**. No dia 23 de janeiro, data de suas despedidas, estiveram na página 12, lado a lado, como foram colocadas pelas últimas reformulações no jornal. Terlera, signatário de **Bastidores**, anunciou, na primeira nota de sua coluna, que o “PMDB toma conta dos cargos” sobre distribuição de cargos federais no Estado, no nascente governo de Itamar Franco. Na terceira nota, anunciava um “racha discreto” no PMDB porque alguns discordavam da aproximação que o deputado federal Mendes Ribeiro fazia com o governador Alceu Collares (PDT). O PT aparece numa nota ao lado, sob o título “Namoro”, relatando uma aproximação de Simon com Tarso Genro, que assumia a Prefeitura de Porto Alegre dia 1º de janeiro e concluía: “Afim, há um segundo turno à vista em 1994”. Simon é apresentado como “inimigo frontal” do PDT. Não citou que era sua saída do jornal.

³ Para a Revista *Press* nº 10 Barrionuevo relatou que a saída do *Correio do Povo* foi sem problemas. Conversou com a RBS pela manhã e à tarde do mesmo dia comunicou que estava saindo: “Não ia fazer barganha”. (*Press*, nº10, p.15).

Ana Amélia Lemos, que assinava **ZH Brasília**, despediu-se no primeiro tópico, “A última coluna”: “Em abril, esta coluna completaria 14 anos” e anunciou que estaria assinando novo espaço na página 4, a partir da segunda-feira. Num tópico, com foto de Britto, aventou a possibilidade dele ser o candidato a governador em 94.

No domingo, 24 de janeiro, com direito a chamada na capa do jornal, Barrionuevo estreou em *Zero Hora*.

O quadro a seguir é resultado de pesquisa realizada nos jornais de Porto Alegre sobre o colunismo político na cidade:

QUADRO DE COLUNISTAS POLÍTICOS DE PORTO ALEGRE:

JORNAL	NOME DA COLUNA	JORNALISTA	DATA
Diário de Notícias	Conta-gotas	Spectator	1952-1953
Diário de Notícias	Raio-X	Wilson Müller	1953-1971
Diário de Notícias	Ponto Morto	Jotaká	1958-1966
Folha da Tarde	Folha em Tópicos	Hilário Honório	1962-1984
Última Hora	Na Hora H	Flávio Tavares	1962-1964
Folha da Tarde	Mosaicos pelo Bodoque	Roberto Xavier	1960-1962
Folha da Tarde	De ontem para hoje	Jotabê	1960-1962
Jornal do Dia	Política Estadual	Carlos Fehlberg	1964-1966
Zero Hora	Show da Política	Carlos Fehlberg	1966-1970
Zero Hora	O Sal do Dia	Carlos Coelho	1966 -1970
Zero Hora	Carlos Fehlberg	Carlos Fehlberg	1974-1991
Zero Hora	ZH Brasília	Ana Amélia Lemos	1979-1993

Correio do Povo	José Barrionuevo	José Barrionuevo	1984-1992
Correio do Povo	Panorama Político	Vítor Morais	1992-1992
Correio do Povo	Panorama Político	Armando Burd	1992
Zero Hora	PÁGINA 10	José Barrionuevo	1993
Caderno Sul	Política e Políticos	J.C. Terlera	1997 -2000
Jornal do Comércio	Cenário Político	Carlos Bastos	1998
Zero Hora	Rosane Oliveira	Rosane Oliveira	1998

3 - A PÁGINA 10

A PÁGINA 10 estreou em 24 de janeiro de 1993. José Barrionuevo passou a ter uma página de um tablóide, como fizera Carlos Fehlberg no *Jornal do Dia* nos anos 1960, não mais um rodapé. O estilo de textos curtos foi mantido e foram acrescentadas mudanças: o nome do espaço não é o do jornalista, mas PÁGINA 10; fotos, citações destacadas de alguma personalidade- acompanhada de ilustração – identificando entre parênteses o autor; e o espaço das notas sem títulos individuais, não se chama APARTES como no *Correio do Povo*, mas MIRANTE. Apartes são intervenções que os deputados, vereadores e senadores, ou espectadores de uma reunião, fazem durante a intervenção de um orador. Mirante é um local elevado de onde se enxerga o horizonte mais longe. O número de tópicos por coluna é variável: pode ter 16 ou 3. Muitas vezes há tópicos grandes, outras, como em dia de eleições são dois ou três tópicos curtos ilustrados por muitas fotos.

O quadro abaixo ilustra as colunas existentes no jornal com o respectivo responsável por cada uma:

Colunas de Zero Hora

COLUNA	EDITORIA	JORNALISTA	ESTILO
INFORME ESPECIAL	Geral	sem assinatura	tópicos
LUIZ FERNANDO VERÍSSIMO	Geral	Luiz F. Veríssimo	texto longo
ÉLIO GÁSPARI	Nacional	Élio. Gáspari	texto longo
INFORME ECONÔMICO	Economia	Lurdete Ertel	tópicos
RUY OSTERMANN	Esporte	Ruy Ostermann	texto longo
WIANEY CARLET	Esporte	Wianey Carlet	tópicos
P.R. FALCÃO	Esporte	Paulo R. Falcão	texto longo

BOLA DIVIDIDA	Esporte	Mário M. Souza	tópicos
PAULO SANT'ANA	Opinião	Paulo Sant'Anna	texto longo
PÁGINA 10	Política	José Barrionuevo	tópicos
GASPAROTTO	2º Caderno	P. R. Gasparotto	tópicos
SAUL JÚNIOR	2º Caderno	Saul Júnior	tópicos
CONTRACAPA	2º Caderno	Roger Lerina	tópicos
IOTTI	Opinião	Iotti	charge
ANA AMÉLIA LEMOS	Opinião	Ana A. Lemos	texto longo

Obs.: Além destes, *ZH* tem outros espaços com textos assinados. Um grupo de jornalistas escreve semanalmente, revezando-se no mesmo espaço do Segundo Caderno. No esporte, o editor David Coimbra também tem uma coluna semanal. Na página de Opinião, onde estão Iotti e Ana Amélia Lemos, saem diariamente textos assinados por diferentes profissionais que não tem ligação funcional com o veículo. Aos domingos, também assinam colunas políticos e intelectuais, com o ex-deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva e os historiadores Décio Freitas e Voltaire Schilling, Sérgio da Costa Franco ou o filósofo Olavo de Carvalho.

O nome PÁGINA 10 é singular na imprensa gaúcha. Normalmente, as colunas de opinião têm o nome do autor - como acontece no esporte - ou um nome específico de acordo com a área que abrange, como **Informe Econômico**, sobre economia, **Informe Especial**, sobre generalidades na *ZH*, **Panorama Político** no *Correio do Povo*, **Cenário Político**, do *Jornal do Comércio*.

O nome PÁGINA 10 não relaciona diretamente com política, mas remete ao jornal *Página 12*, argentino, diário de esquerda criado nos anos 80, que se destacou por suas matérias e opiniões de combate à ditadura militar e permanece crítico das

políticas conservadoras. O nome, relatou Barrionuevo em entrevista para este trabalho, foi sugestão de Augusto Nunes: “Não sabia da existência deste jornal (*Página 12*). O Augusto disse ‘vai ser página 10’. Achei bom. Ele é muito rápido nestas coisas” (Barrionuevo, 2000).

Mas um nome não é uma palavra destituída de significados, mesmo que não haja uma intenção manifesta por parte de quem nomeia um jornal ou uma sessão de jornal. Maurice Mouillaud (1997) propõe um estudo sobre o nome do jornal que pode ser aplicado à PÁGINA 10. Uma das características do nome é deixar de ser objeto de leitura para ser um “envelope” da leitura:

“Ele se retira acima de todos os outros enunciados. A partir desta posição destacada, assegura a coerência e a continuidade dos enunciados à maneira de uma pressuposição. (Mouillaud, 1997, p. 86).

Outra característica do nome do jornal que pode ser aplicada à PÁGINA 10 é uma capacidade de ser o “título dos títulos”. O nome tem uma proposta mínima: “todos os enunciados fazem parte deste jornal” e também esta é a única unidade que ele dá aos títulos, “a de aparecer no mesmo mundo ao mesmo tempo” (Mouillaud, 1997, p.91).

Mouillaud considera que o nome de um jornal passa por três estágios. No primeiro, significa um nome comum. “*L’Humanité*, a humanidade”, por exemplo, assim como *O Globo* representa o mundo. O segundo estágio é quando o nome se torna vazio. Isto é, quando os leitores do *L’Humanité* não identificam mais o jornal com a humanidade, ou *O Globo* com o planeta. Por fim, o terceiro estágio, quando se torna um nome próprio, capaz de dar significados ao que noticia:

“Um local de transfusão de sentidos, uma hemorragia do sentido comum cujo sentido desaparece em um nome próprio, e a transfusão num nome próprio de uma significação empírica” (Mouillaud, 1997, p. 94).

A singularidade da PÁGINA 10 aproxima o nome do conceito de unidade autônoma de Maurice Mouillaud. A coluna foi criada para ser diferente do que havia de colunismo político no Estado e para demonstrar que *Zero Hora* era outra. Assim, dois colunistas (J.C. Terlera e Carlos Fehlberg) identificados com o oficialismo, saíram. Da mesma forma, o nome para a coluna, cuja única referência à política é a de um jornal independente argentino pouco conhecido do grande público brasileiro, é diferenciado. Todas estas mudanças tentam passar ao leitor a imagem de uma página independente, inserida fisicamente no jornal, mas com autonomia e coragem de opinião. Buscava mostrar ao leitor que o jornal estava mudando a ponto de propiciar a existência de uma coluna política independente. .

Desta maneira, ela afirma: “Eu sou a PÁGINA 10”. “Eu sou diferente”. “Eu sou uma nova referência”.

PÁGINA 10 também remete à nota 10, que é o conceito máximo num dos critérios de avaliação escolar. Nesta situação, o nome pode sugerir ser a melhor página do jornal, a mais qualificada, porque é 10. Como é uma coluna de informações e opiniões, esta opinião é 10. Nenhuma outra, não só no jornal, mas no País, tem esta qualificação. Mesmo quando, por razões de anúncio, a coluna sai em outra página (na 12, ou 14, por exemplo), mantém o nome PÁGINA 10. Uma outra razão é apresentada por Barrionuevo (2000): “Dez é um número cabalístico, vende bem”, remetendo à lógica de mercado.

A diagramação da coluna também transmitia uma proposta de independência dentro do jornal. Cada página de *Zero Hora* tem um fio horizontal no alto. O número da página está à esquerda, a um centímetro da margem, sobreposto ao fio. Acima do fio, no meio da página está a data da edição. À direita, também acima, em letras maiores está o nome: ZERO HORA. Esta estrutura mantém-se na página 10. Portanto, haveria informações redundantes, já que há o número 10 no canto esquerdo e o nome PÁGINA 10. Na verdade, isto vem comprovar uma autonomia da página em relação a jornal. Na prática, autonomia não significa discordância ideológica. A ideologia do jornal foi formada ao longo do tempo.

O nome *Zero Hora* não pode ser avaliado sem a sua história. *O Globo*, mesmo que tenuamente, transmite a idéia de informações do mundo. *Correio do Povo* lembra informações da maioria, assim como *Folha da Tarde* lembrava um jornal feito à tarde, *Jornal do Brasil*, um informativo específico de um país, *Jornal do Comércio* e *Gazeta Mercantil*, informações sobre economia. *Zero Hora* tem este nome em consequência de seu antecessor, *Última Hora*, um jornal identificado com as idéias políticas no governo (João Goulart, Leonel Brizola, o PTB) brasileiro até março de 1964. Após o golpe militar de 31 de março, foi perseguido e circulou pela última vez em 25 de abril de 1964. Para Jefferson Barros, que conta a história da *Última Hora* no livro “Golpe Mata Jornal – Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora”, o jornal “não morreu de morte natural. Foi assassinado de forma tão ao gosto de suas manchetes policiais: pela violência da ditadura” (Barros, 1999, p. 154).

Em 4 de maio de 1964, *Zero Hora* apresentava-se em editorial como “totalmente desligada da Rede Nacional de jornais que anteriormente editava *Última*

Hora” (*Zero Hora*, 1964, editorial, capa). Anibal Bendati, diagramador de *Última Hora*, que permaneceu na equipe, conta, no livro de Barros, a mudança que fez no logotipo, a pedido do novo proprietário, Ary de Carvalho: “O Ary me chamou e me pediu uma logomarca para o novo jornal, parecida, mas diferente da de *Última Hora*. Mantive o azul, transformei o retângulo em quadrado e surgiu *Zero Hora*” (Barros, 1999, p. 158). Desta maneira, deixava de ser um jornal com as notícias de última hora, as últimas, para ser o jornal da primeira hora, o que chegaria primeiro. Deixava também de ser o jornal identificado com o governo antigo e foi paulatinamente identificando-se com o novo. Popularmente, é chamado muitas vezes de “a Zero”, deixando de lado o complemento Hora.

Zero, no entanto, é o oposto de 10, se mantivermos a comparação com notas escolares. É emblemática esta contradição. Pode-se ler, aqui, uma tentativa de tirar o jornal de seu conceito (de identificação com o governo militar) e dizer, não só que estava mudando, mas que estava, através da página de política, melhorando.

Anos depois da fundação, *Zero Hora* integrou-se à empresa proprietária das rádio e TV Gaúcha (retransmissora da Globo), formando o grupo RBS, e a partir dos anos 1980 consolidou-se como jornal de maior tiragem e importância do Rio Grande do Sul ⁴. Para Christa Berger (1998), *Zero Hora* tornou-se o jornal de referência do Estado, utilizando a classificação de Landowski (1992), “não por prestígio, pois este corresponderia, por tradição, ao *Correio do Povo*” (Berger, 1998, p.47), mas por pertencer ao grupo RBS, afiliado a Rede Globo. A conjuntura econômica da imprensa gaúcha nos anos 80 do século 20 possibilitou que os profissionais de

⁴ Informações sobre a constituição do grupo RBS e sua importância na imprensa gaúcha estão no livro “Campos em confronto: a terra e o texto” – Christa Berger, (1998).

imprensa de maior audiência no Estado transferissem-se para a RBS e transformaram a *Zero Hora* num jornal virtualmente sem concorrentes:

“*Zero Hora*, no sentido dos interdiscursos informativos locais, faz um monólogo, não se constrói em oposição (textual, ideológica) ao *Correio do Povo* ou ao *Jornal do Comércio* e não disputa o leitor pela posição de leitura, mas pela posição de consumidor”. (Berger, 1998, p.58).

O surgimento do *Diário Gaúcho*, também da RBS, em 2000, com o tipo “sensacionalista” na classificação de Landowski (1992), não alterou a posição de referência de *ZH*. O *SUL*, lançado em 2001 pela concorrente **Rede Pampa**, tampouco fez *ZH* mudar seu estilo.

José Barrionuevo estava entrando, portanto, num jornal que detinha – continuou detendo – o monopólio da referência jornalística do Estado. Sua troca de emprego foi anunciada com chamada de capa do jornal, anúncios no rádio e TV, recebendo o tratamento que recebem famosos do mundo do espetáculo.

3.1 A Primeira PÁGINA 10

Dia 24 de janeiro de 1993 foi um domingo. Os leitores de *Zero Hora* viram, no canto superior esquerdo da capa, ao lado do logotipo quadrado do jornal, a chamada “Simon põe gaúchos em cargos federais” e abaixo da chamada a frase “A coluna de José Barrionuevo estará todos os dias na página 10”. Pedro Simon era senador gaúcho, ex-governador do Estado, ex-ministro do governo do presidente Sarney e a coluna destacava seus movimentos na composição do governo Itamar Franco, em substituição a Fernando Collor de Mello, que havia renunciado meses antes, ameaçado de impeachment.

PÁGINA 10

José Barrionuevo

SUCCESSÃO

Três fracassos eleitorais forçaram o PMDB gaúcho a se reciclar. O partido deixou a escolha de seu candidato para a convenção, gerando conflitos às vésperas da eleição, com Antônio Britto em 88 (prefeitura), José Fogaça em 90 (governo do Estado) e César Schirmer em 92 (prefeitura). A disposição do deputado Mendes Ribeiro de ser candidato a governador em 94 pode provocar um novo racha, pela falta de consenso em torno de seu nome. A reunião de todo o comando estadual do PMDB na sexta-feira deu início às articulações internas para a eleição do próximo ano. Dificilmente Mendes Ribeiro conseguirá ser candidato, tendo pela frente Pedro Simon ou Antônio Britto, que desfrutaram de maior prestígio dentro do PMDB, que confirmou em 92 sua condição de maior partido no Estado.

NOMEAÇÕES

Beneficiado pela condição de líder do governo, o senador Pedro Simon está empenhado na nomeação de gaúchos para o primeiro e segundo escalões do governo federal. A oficialização de alguns nomes permanece em banho-maria até a votação do ajuste fiscal em segundo turno na Câmara.

DEFINIDOS

O presidente Itamar Franco já deu o sinal verde para duas indicações feitas pelo senador Pedro Simon. O ex-governador Synval Guazzelli está confirmado para um importante cargo na área financeira, provavelmente para a Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil, tendo sob seu controle a carteira agrícola.

O ex-secretário de Energia, Minas e Comunicações do governo Guazzelli, Percy Louzada de Abreu, vai para a Petroquisa.

São as duas principais reivindicações do Estado, que já conta com dois integrantes no primeiro escalão.

É a maior presença de gaúchos desde o governo do general Figueiredo que chegou a contar com seis representantes do Rio Grande do Sul no ministério.

MERIDIONAL

Não há pressa na indicação de um novo presidente do Meridional. Se houver troca, deve ocorrer numa etapa posterior. Leblondas Ribas, que é do ramo, pode até sobreviver ao troco-troca. Mesmo sendo do PFL. Ex-deputado Lúcio Souza está descartado para a presidência.



Festa tucana nos pagos

Senador Mário Covas e a economista Yeda Crusius têm motivo para festejar. Com apenas dois prefeitos, um deputado e escassos vereadores, o pequeno PSDB gaúcho ganha nova dimensão com a indicação de Yeda para o Ministério do Planejamento. Os tucanos começam a voar mais alto no Estado. Uma cortesia do senador Pedro Simon. De olho em 94.



APLAUSO

O governador Collares terminou sendo o mais aplaudido no encontro da Frente Parlamentarista. Foi o discurso mais objetivo. O único a apontar os riscos da adoção do novo sistema. O número 2 do PDT nacional abre mais uma área de confronto com Brizola, líder maior dos presidencialistas.

UNGIDO

O deputado Victor Façioni, ex-líder do PDS na Câmara, deverá ser o novo presidente da executiva nacional do partido. Obteve o *nilhil obstat* de Paulo Maluf, impedido de permanecer no cargo por ser prefeito. O senador Esperidião Amin (SC) encontra resistência e prefere abrir mão da indicação. Não haverá disputa.

CRISE NO PDT

O deputado José Vicente Brizola (PDT-RJ) remeteu fax ao seu líder na Câmara, o gaúcho Edén Pedroso, com ataques fortíssimos à sua conduta no comando da bancada, por permitir que "vicejassem" no grupo posições contrárias à doutrina do partido. O fax identifica a origem da mensagem: de Nova Iorque, João Vicente Brizola refere-se ao fato de o PDT integrar um bloco com o PMDB e outros partidos no apoio a Odacir Klein para a presidência da Câmara. Também ataca a posição parlamentarista de diversos deputados do PDT.

ALVO

Na verdade, começa a briga pela sucessão dentro do PDT, na escolha do novo líder. Valdir Pires (BA) é parlamentarista. Brizola prefere Luiz Salomito (RJ), que comandou a tropa de choque contra Orceles Quéricia na CPI da Vasp.

MIRANTE

Processo que tramita na Polícia Federal poderá provocar *trisson* nos meios políticos.

O deputado Paulo Odone fez sua estreia na reunião do PMDB, sexta-feira. Surpreendeu como grande orador. Odone já é o segundo na bancada, atrás de César Schirmer.

Tarso Genro desconheceu a presença do vereador Lauro Hagemann (PPS) na reunião da Frente Parlamentarista, dirigindo o cumprimento apenas a seu antecessor, Olívio Dutra.

O vereador Lauro Hagemann prevê novos confrontos com o prefeito Tarso pela sua postura autoritária. Amigo de Olívio Dutra, o comunista considera o ex-prefeito "vinho de outra pipa".

O deputado Nelson Jobim (PMDB) lamenta o atraso da CRT. Não consegue utilizar o seu telefone celular em Porto Alegre.

Tadeu Vissina, que é do PMDB, pede a nomeação na diretoria-geral da Assembleia Legislativa com Renan Kurtz (PDT) na presidência da Mesa.

Regino Baranque será o chefe de Gabinete de Renan Kurtz.

Collares recomendou a Sérgio Zanaboni seu novo livro de cabeceira: "Campanha Aquariana", de Marilyn Ferguson.

Pedro Simon passa o fim de semana em Rainha do Mar.

José Pasquotta, Jorge Mesquita, Jorge Hesser, José César Martins, Emanoel de Souza e Anísio Roberto de Souza devem constar no Diário Oficial da União em fevereiro.

Quatro deputados federais do PMDB gaúcho já assumiram compromisso com o bairiano Genebaldo Correia, candidato a líder da maior bancada.

Torna-se também difícil a vitória de Odacir Klein para a liderança da bancada. Era pacífica antes de concorrer à presidência da Câmara.

□ Com a Sucursal da RBS em Brasília

A PÁGINA 10, reproduzida acima, estreou assim, com todas as letras maiúsculas, também se diferenciando das outras colunas do jornal. Era o único espaço de opinião na *Zero Hora* que conjugava assinatura logo abaixo do nome e em negrito. A assinatura tem destaque semelhante ao título. Mouillaud (1997) fala da

assinatura ser uma “interface, espaço de transição de entrada e de saída” (Mouillaud, 1997, p. 92). No caso, a assinatura abaixo do nome está abrindo caminhos ao leitor. Esta não é mais uma página do jornal, mas é a página de José Barrionuevo. Esta é a entrada. E quem assina e se responsabiliza? Quem dá ao leitor a segurança de que leu algo importante na política? José Barrionuevo. Esta é a saída, como uma assinatura em final de carta.

Já na estréia apareceram as principais características da coluna. Além do sempre referido estilo de tópicos, há fotos, títulos nos tópicos, uma seção de informações curtíssimas e diversas chamada MIRANTE -que alterna períodos em que são tituladas com outros que não são - e maneiras diferenciadas de tratamento aos agrupamentos políticos. A foto, na parte superior central, apresentava o senador paulista Mário Covas e a economista e política gaúcha Yeda Crussius (posteriormente ministra e deputada federal). Sob a foto o título *Festa tucana nos pagos* e o seguinte texto:

“Senador Mário Covas e a economista Yeda Crussius têm motivo para festejar. Com apenas dois prefeitos, um deputado e escassos vereadores, o pequeno PSDB gaúcho ganha nova dimensão com a indicação de Yeda para o Ministério do Planejamento. Os tucanos começam a voar mais alto no Estado. Uma cortesia do senador Pedro Simon. De olho em 94”.

Simon também foi personagem de outro tópico, localizado à esquerda da foto, o que foi chamada de capa. Sob o título *Nomeações*, o texto informa que *“Simon está empenhado na nomeação de gaúchos no governo federal, primeiro e segundo escalões”*. Não cita nomes. Acima, no primeiro tópico, sob o título *Sucessão*, a coluna conjectura sobre a disputa interna no PMDB.

A primeira referência ao PT está em tópico no rodapé, no centro da página, intitulado *Muro Petista*, citando Tarso Genro e Olívio Dutra como dois “*Cardeais do PT*” parlamentaristas. O que estaria, segundo a coluna, em contradição com a “base presidencialista” do partido, que “está com Lula”, conclui. Outras duas referências ao PT estão no terceiro e quarto tópicos de MIRANTE, envolvendo o prefeito Tarso Genro:

“Tarso Genro desconheceu o vereador Lauro Hagemann (PPS) na reunião do grupo parlamentarista. Só cumprimentou Olívio”.

“Hagemann prevê novos confrontos com Tarso. Considera Olívio ‘vinho de outra pipa’”.

O segundo tópico destacava um deputado estadual em primeira legislatura, ex-presidente do Grêmio: *Paulo Odone estreou na reunião do PMDB, já é o segundo na bancada, abaixo de Cezar Schirmer.*

O nono tópico de MIRANTE é um exemplo de destaque a acontecimento secundário referido por Braga (1999): *Pedro Simon passa o fim de semana em Rainha do Mar.*

Alceu Collares, governador do Estado, foi citado no tópico: *Aplauso*, referindo sua opção pelo parlamentarismo e a consequência: *“O número 2 nacional do PDT abre mais uma área de confronto com Brizola”.*

Também estão delineados os tratamentos a cada partido e a cada figura política. O exercício proposto por Braga (1999) sobre a interação entre títulos para a “construção do leitor” e entre diferentes tópicos pode ser aplicado aqui para melhor compreensão da afirmativa. O texto referente ao PSDB, Yeda Crussius fala

em *Festa tucana nos pagos* e apresenta o partido como pequeno, porém com prestígio. O final do tópico credita o prestígio ao senador Pedro Simon, que é o personagem principal do tópico *Nomeações*. O governador Alceu Collares, em desacordo com o presidente nacional do seu partido sobre a escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, recebe o título de *Aplauso* em seu tópico. Mas o tópico sobre o PT tem o título *Muro Petista*, embora revele as posições dos citados, tratados como “cardeais petistas” e de estarem em desacordo com a base partidária e sua principal liderança. Assim, enquanto o governador em desacordo com o líder nacional de seu partido (o PDT) recebeu *Aplauso*, o prefeito em desacordo com o líder nacional de seu partido (o PT) estava no *Muro Petista*. São exemplos dos títulos direcionando a leitura na proposição de Braga (1999).

Em MIRANTE, os tópicos sobre o deputado Paulo Odone (PMDB), o prefeito Tarso Genro (PT) e o vereador Lauro Hagemann (PPS), mostram ainda outra característica detectada no trabalho de Braga, a impressão de “conversa de bastidores”: Odone, eleito no final de 90, já era o segundo em importância na bancada, Lauro Hagemann – embora integrante da base governista que elegera Tarso em novembro de 92 – não se entendia com o prefeito recém-empossado em 1º de janeiro de 1993.

A comparação com a estrutura das outras colunas do jornal é inevitável. No esporte, lê-se a coluna de Ruy Ostermann, por exemplo, que não tem página determinada. Página fixa também é a de Paulo Sant’Ana, a penúltima, o mais antigo colunista do jornal. Os colunistas do esporte não têm página fixa, nem suas colunas têm nomes específicos. Como Paulo Sant’Anna, o nome da coluna é o do

responsável por ela. Todos em caixa alta. A exceção, no esporte, é a coluna Bola Dividida, que passou a ter assinatura em 1998.

As colunas com estrutura semelhante à da PÁGINA 10, (página inteira, tópicos, fotos) como **Informe Econômico**, tinham nome em caixa alta e baixa e assinatura no rodapé. **INFORME ZH**, na página 3, em caixa alta, não tinha, e permanece sem ter, assinatura de um responsável. Contra-capa (no Segundo Caderno) foi lançada depois da PÁGINA 10, com assinatura no rodapé.

Esta situação só mudou no final de 1999, quando todos os colunistas passaram a ter a assinatura no alto da página, acompanhada de fotos, e todas com nome em caixa alta. O modelo gráfico introduzido por PÁGINA 10 em janeiro de 1993 foi transferido para todas as colunas do jornal, com acréscimo da foto, comprovando a proposta de que este era um espaço destinado e avaliar as mudanças gráficas e editoriais que o jornal estava começando fazer, no início dos anos 90.

PÁGINA 10 - José Barrionuevo é, desta forma, um nome próprio. Na verdade, é discutível até que ponto PÁGINA 10 é nome próprio acima de José Barrionuevo. O colunista construiu seu nome no *Correio do Povo* e, ao transferir-se para a RBS, ganhou notoriedade pela grande capacidade de divulgação da empresa. A notoriedade distanciou PÁGINA 10 do conceito do jornal *Página 12*. Ao ler a coluna, ninguém lembra de longe um colunista combatente de esquerda. Não é um nome comum, tampouco tornou-se um nome vazio. É uma referência de colunismo político no Rio Grande do Sul.

3.2 A coluna se vê.

Desde as primeiras pesquisas sob a hipótese de agendamento, constata-se a importância da pauta proposta pelos meios de comunicação nas conversações na sociedade. Mais ainda, revelaram que a “mídia terminara por influenciar os próprios candidatos” (Hohlfeldt, 1997, p.46). Isto é, uma manifestação da mídia pode gerar ações no campo da política. A PÁGINA 10 revela que esta ação pode ser proposital, que muitas vezes a intenção é mesmo agendar.

O tópico “*Demitido volta*”, por exemplo, de 24 de agosto de 1996, é explícito já na abertura: “***A partir de uma denúncia na Página 10, o governador Antônio Britto demitiu, em novembro, o engenheiro...***” o tópico segue explicando que o funcionário era também consultor de empresas que trabalhavam com desmatamento. Cita que o Ministério Público também fizera denúncia, mas o destaque é para a coluna, como se ela fosse a desencadeadora de uma ação do governo. Ao fim, denuncia que o engenheiro foi recontratado. No dia seguinte, o assunto retornou em “*Britto manda demitir*”, anunciando que o governador expediria, na segunda-feira (26), ordem de serviço demitindo quem fora contratado depois de se beneficiar do Plano de Demissão Voluntária. Além de demonstrar capacidade de agendamento da política, a coluna também utiliza diferentes situações políticas para auto-avaliação. Isto é, para ressaltar sua importância não restritamente ao campo do jornalismo, mas no campo da política.

Ao longo do período analisado, o colunista várias vezes registrou a capacidade da coluna em dialogar com governos e partidos políticos e outros jornais. Nos exemplos a seguir, as expressões que demonstram isso estão destacadas. Em 30 de setembro de 1996, criticou a desatenção da imprensa nacional para o que estava acontecendo no Rio Grande do Sul, no tópico *Fenômeno*.

*A imprensa do centro do país ainda não descobriu o principal fenômeno político nacional das próximas eleições, **destacado com insistência na Página 10:** a provável vitória do PT nas principais cidades do Estado e o crescimento da legenda em três centenas de município nos quais o partido não tinha estrutura.*

Em 8 de outubro de 1996, no tópico *PPB fortalecido*, a preocupação foi além de alertar para o crescimento do PPB no Estado. Na abertura, reconheceu que o campo da política pode influenciar as avaliações e opiniões de jornalistas e pesquisadores da política gerando equívocos de análises:

*O grande eco dos votos do PT resulta da eleição em Porto Alegre, onde está a grande imprensa. **O formador de opinião sai da Redação e é envolvido por um mar de bandeiras.** Foi este aspecto que provocou um erro nas pesquisas de opinião em 5% em 1994, antecipando a vitória de Olívio Dutra. Teriam sido os resultados das pesquisas comprados pelo PT? Não. Apenas não foi bem dimensionado o Interior.*

O PPB foi o partido que mais cresceu. Já aconteceu em 94, quando elegeu 14 deputados estaduais, quatro a mais do que a segunda bancada. O resultado de 94 foi consolidado em 96, com o partido aumentando de 115 para 148 o número de prefeituras e passando de 1.100 para mais de 1.300 vereadores.

O PMDB, em decorrência do desgaste de algumas medidas necessárias mas impopulares, foi o que mais perdeu. Com o aumento de 40 municípios em disputa, baixou de 165 para 148.

O tópico *Secretariado*, de 9 de outubro de 1996, mostra que a relação não tem limites entre os diferentes escalões da política:

O governador do Estado discorda da informação publicada na Página 10 sobre a reforma do secretariado. O colunista falou no aproveitamento de José Otávio, que deixa a presidência da Assembléia em janeiro, no remanejamento das secretarias do PPB, na participação do PTB e na criação de uma pasta.

O tópico não apresenta citações do governador Antônio Britto, nem explicita se houve algum tipo de contato direto entre ele e colunista (telefone, e-mail, carta, fax), apenas informa a discordância, e não algum desmentido oficial - já que ele era o responsável pela troca de secretários - da informação. O tópico que originou esta resposta é de 8 de outubro de 1996, com o título *Reforma do secretariado*, no qual, após especular que José Otávio Germano seria o Secretário dos Transportes (o que aconteceu na reforma do secretariado em 1997), entre outras conjeturas, Barrionuevo concluiu: “*Tudo não passa de um exercício de ficção do colunista*”.

Nem sempre o agendamento proposto atinge os objetivos, a julgar pelos tópicos *Teimosia*, de 20 de março de 1998, e *Purgante*, de 26 de março do mesmo ano.

Teimosia

Apesar das especulações em sentido contrário, o colunista continua insistindo com a indicação de Paulo Michelucci para a Fazenda.

Purgante

Paulo Michelucci não era o preferido de Cezar Busatto para comandar a Fazenda, por ser fiscal.

O agendamento pode atingir ministros e a coluna registrou o bom resultado obtido a partir do tópico *Marketing do Ministro* de 26 de março de 1998:

O colunista resiste em acreditar que o ministro Eliseu Padilha não será candidato à reeleição.

Tem condições de ser o mais votado.

Embora contrarie a crença manifestada do colunista, a resposta que o ministro enviou à PÁGINA 10 preenche um objetivo, que é o de reconhecer a importância da coluna como espaço de divulgação de decisões. Isto fica destacado na abertura do tópico *Padilha fica*:

O colunista cutucou e o ministro Eliseu Padilha transmite a decisão de forma oficial: o deputado abre mão de uma reeleição certa, quebra a lógica em política, pra que o Rio Grande continue com a pasta dos Transportes, que é a de maior interesse para o Estado.

O anúncio seria ontem à tarde no Palácio Piratini, com pompa e circunstância. Acompanhado do presidente estadual do PMDB, Odacir Klein, e dos senadores gaúchos Pedro Simon e José Fogaça, Padilha desembarcaria no Estado pouco antes das 15h, horário marcado para o anúncio no gabinete do governador.

O colunista também não perde a oportunidade da auto-referência, como maneira de confirmar sua importância, para ressaltar a qualidade da informação que divulga. Em 1º de julho de 1998, quando o governador Antônio Britto confirmava seu pedido de licença do cargo para concorrer à reeleição, o tópico *Informação* recordava texto de dois meses antes:

A coluna flagrou em abril uma movimentação palaciana para o afastamento do governador do cargo. A nota abaixo foi publicada na Página 10 no dia 6 de abril.

Abaixo, reproduziu o referido tópico de abril, *Licença de Britto*, que tinha seguinte texto:

O governador Antônio Britto deve encaminhar à Assembléia Legislativa um pedido de licenciamento do cargo para concorrer à reeleição.

Em 25 de março de 1998, mais de um mês antes do PT definir a chapa majoritária (Olívio Dutra vencera a prévia interna para indicar o candidato a governador na semana anterior), o tópico *Certeza* é outra demonstração de seu acesso a fontes com informações seguras:

Quem conversa com Tarso Genro sai convencido de que o ex-prefeito não será candidato. Derrotado na prévia, assegura que não há a menor possibilidade.

De fato, o PT definiu Miguel Rossetto como candidato a vice-governador, num Encontro Estadual de 1º a 3 de maio daquele ano.

Numa entrevista à revista *Press*, edição nº 10, de junho de 2001, José Barrionuevo credita o prestígio de Tarso Genro (duas vezes prefeito de Porto Alegre pelo PT e um dos líderes mais conhecidos do partido) à sua coluna: “Ele tem uma imagem pública boa e **deve isso muito** à Página 10”. Na mesma entrevista, defende o estilo adotado:

“Reclamam que eu não aprofundo, mas o meu negócio é a informação e às vezes a minha avaliação sobre o fato (...) Eu, como jornalista, uso a experiência para analisar os fatos e traduzir para o leitor o que está acontecendo. Isso é informação. Outra coisa é quando dou a minha opinião, eventualmente”. (Barrionuevo, 2001, p. 12).

As informações chegam de várias formas: telefonemas, cartas, press-releases e pelos repórteres da redação. Barrionuevo considera fundamental ter boas relações com as fontes e descreve o método utilizado:

“Tem uma coisa no jornalismo que é associação de idéias e informação. Por isso, é importante de vez em quando conversar com uma pessoa bastante. Conversar bastante é tirar o que tu não precisas escrever, por que ela te pauta outras informações. Então, tu sabes que ela age assim, age assado”. (Barrionuevo, 2000).

Na comparação com outras colunas da *Zero Hora*, Barrionuevo classifica a sua como uma mistura de dois estilos:

“É uma coluna que mescla opinião e informação. Eu tenho procurado ter o seguinte cuidado: quando eu dou uma opinião e a pessoa me responde, eu publico a resposta. Quem me lê sabe das minhas posições” (Barrionuevo, 2000).

Claramente, assumiu posições em defesa do governo Britto e criticando a oposição. Estas posições acabaram prejudicando, por sua identificação com o governo Britto, reconhece:

“Nada me prejudicou tanto quanto esta identificação com o governo Britto. E te digo mais: se a imprensa tivesse sido mais dura com ele, ele teria, até, de repente, vencido a eleição. Eu falo em relação a mim. Eu acho que deveria ser muito mais crítico, mesmo concordando com o projeto e a idéia do projeto” (Barrionuevo, 2000).

Outro trecho da mesma entrevista elucida melhor o pensamento político do colunista:

“Eu acreditei no governo Britto por que achava que havia necessidade de um governo que fizesse as reformas que eram reclamadas há 30 anos. Eu vi que o Britto estava querendo

dar aquela virada (...) A privatização foi válida, por isso foi necessária. Em 75, eu votei no Aldo Pinto para o Prêmio Springer por Um Rio Grande Melhor porque defendia estas idéias. Usava assim: ‘a sangria do Estado, o rombo dos cofres públicos’, tudo era o quê? As estatais”.(Barrionuevo, 2000).

Na seqüência, apresentamos o PT, o principal partido de oposição ao governo Britto e ao governo federal de Fernando Henrique Cardoso, já que pretendemos conhecer, posteriormente, como se dá a relação entre a PÁGINA 10 e o PT.

4 – O PT

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, e sua gênese acabou por determinar o seu perfil. Eram diferentes grupos e líderes políticos e sociais que tinham como elemento de unidade o combate à ditadura militar acompanhado de várias divergências ideológicas. Perseu Abramo, jornalista e um dos fundadores do partido, registrou, no jornal *Movimento*, que uma discussão acirrada ocupou toda a manhã e parte da tarde do dia 10 de fevereiro de 1980 sobre o Manifesto de Lançamento. Tão acirrada que os termos trocados entre os grupos eram “obreirismo”, “linguajar pseudo-radical”, “legalismo” ou “parlamentarismo”. Adiante, o texto, reproduzido em livro posteriormente, também registra as diferentes versões para o debate:

“Para alguns, os chamados grupos organizados, que muitos qualificam de ‘radicais’, obtiveram vitórias significativas (...) Para outros, o resultado final da reunião,

ao contrário, evidenciou que esses grupos são minoritários”. (Abramo, 1997, p.185).

Esta variedade de opiniões políticas – e de versões sobre os resultados finais das disputas – permanece no PT e muitas vezes manifesta-se publicamente.

No primeiro Encontro Nacional, em agosto de 1981, o PT decidiu participar das eleições de 1982, lançando “candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política” (PT, 1998, p.101). Oito anos depois, em 1989, seu candidato disputou o segundo turno na primeira campanha presidencial depois de 39 anos e no ano anterior o PT havia ganhado eleições em três capitais brasileiras: São Paulo, Porto Alegre e Vitória. Perdeu São Paulo e Vitória nas eleições seguintes, mas manteve Porto Alegre nas três subseqüentes. O PT tornou-se, em pouco tempo, um partido importante na política brasileira.

O termo “política” tem origem na palavra grega *pólis*, cidade, e referia-se às atividades sociais desenvolvidas nas

praças e palácios de governantes. Mas a política é anterior, descreve Wolfgang Maar:

“Na Pérsia, ou no Egito, a atividade política seria a do governante, que comandava autocraticamente o coletivo” (Maar, 1998). A prática grega de discutir a vida nas praças (*ágora*) gerou o termo democracia e ampliou o debate político, embora mulheres e escravos ainda não fossem considerados cidadãos, e só os cidadãos participavam destes debates. Mas a ampliação do debate político só resultou no surgimento dos partidos políticos no século 18, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, logo após a declaração da Independência.

No Brasil, os partidos políticos surgiram no século 19. Até 1822, havia três grupos:

“O partido português, partido brasileiro e liberais radicais. Tanto os componentes do grupo brasileiro quanto o do português representavam frações do grupo dominante, já os liberais radicais eram integrados por proprietários rurais, pequenos comerciantes, professores, boticários, jornalistas, padres e outros”. (Mendes Jr. et alii, 1983).

Na prática, não eram partidos, apenas grupos de pessoas com interesses comuns. A divisão em dois grupos permaneceu no reinado de Pedro I, desta vez entre os favoráveis ao monarca e os contrários. Na Regência Trina houve nova formação

dos grupos políticos: O dos liberais moderados (conhecidos como chimangos) - que era a situação; o dos liberais exaltados (conhecidos como farroupilhas, jurujubas ou radicais) e o dos restauradores (conhecidos como monarquistas ou caramurus), que pretendiam reconduzir D. Pedro I ao poder. Havia, além deles, alguns deputados que não se filiavam a correntes políticas e ora votavam a favor, ora contra o governo, e outros que simplesmente não compareciam a votações mais polêmicas.

São estes grupos que formaram, em 1837, na Regência Una de Padre Diogo Feijó, os primeiros partidos políticos brasileiros, Conservador e Liberal, oriundos da elite econômica e social e que dominaram a política brasileira até a Proclamação de República. Roberto Lopes (1988) situa o Partido Conservador como resultado de uma “oposição à direita de Feijó” (Lopes, 1988,) também chamado Partido Regressista. Nascidos da mesma origem, não tinham, portanto, diferenças ideológicas marcantes, alerta Soares: “Aceitando ambos a filosofia Liberal Clássica, de pouca intervenção do Estado no domínio econômico e outras características próprias do Liberalismo do século 20” (Soares, 2000).

Em 1870, o lançamento do Manifesto Republicano, em São Paulo, deu início a uma terceira força política. Os republicanos espalharam-se pelo País (no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense foi fundado em 1882), mas esta nova vertente só se consolidou com a proclamação da República em 1889. Imediatamente, houve uma reacomodação de forças, retornando à existência de duas correntes políticas somente. Adversários nas urnas e nos debates, os partidos, na prática, eram formados por pessoas oriundas das oligarquias brasileiras.

Para Sandra Pesavento (1980) o segundo Império executou uma grande centralização política “através de um jogo dual partidário” (Pesavento, 1980)

impedindo que os liberais (adversários do Partido Conservador, nucleado no Rio de Janeiro) pegassem em armas. No entanto, as diferenças de caráter regionais persistiam. No Rio Grande do Sul, o Partido Liberal era a principal força política e a fundação do Partido Conservador, em 1848, “deve ser entendida muito mais como possibilidade de, pelo apoio do poder central, parte da oligarquia regional tornar-se também governo e usufruir benefícios” (Pesavento, 1980, p.39). Políticas de conciliação deram o poder da província ao Partido Conservador. No final dos anos 1860, alguns liberais rebelaram-se a estas alianças e fundaram o Partido Liberal Histórico, que chegou ao poder em 1878. Quatro anos depois, fundava-se o Partido Republicano Rio-Grandense, fazendo intensa propaganda contra o Partido Liberal.

Marginalmente a este processo político, grupos sociais compostos por assalariados urbanos e intelectuais organizaram sindicatos e associações políticas trabalhadores, defendendo o anarquismo no início do século 20 e o socialismo a partir da segunda década do século. Em março de 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, PCB, o mais importante partido operário brasileiro da época, fechado em julho do mesmo ano, pelo presidente da República Epitácio Pessoa. O partido voltou à legalidade em 1927, e foi novamente cassado em 1929, no governo Washington Luiz.

A revolução de 30 não legalizou o PCB e em 1937 um golpe de Estado suspendeu os partidos políticos. A República Nova iniciou em 1945, com a queda de Getúlio Vargas, liberação dos partidos, mas com outros nomes e novas composições. O PCB retornou, participou das eleições de dezembro de 1945, sendo o terceiro mais votado do País e da Assembléia Constituinte. Mas foi cassado pelo TSE em maio de 1947 (Mariani, 1998), depois de sofrer processos e acusações.

Os filiados do PCB viram-se obrigados a militar na clandestinidade ou em partidos legais, até o fim da República Nova, que terminou no golpe de 31 de março de 1964. Em 1965, o governo militar implantou o bipartidarismo no Brasil, representado pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) como partido do governo, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da oposição. Qualquer outro tipo de agremiação ou manifestação política estava proibido.

O bipartidarismo acabou em 1980, quando o governo ainda tentou limitar a organização partidária, através de uma legislação restritiva.

Esta década e meia entre 1964 e a fundação do PT - 10 de fevereiro de 1980 – foi marcante em quase todo o mundo. Governos militares implantados através de golpes no Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Bolívia juntaram-se a regimes semelhantes de países como Paraguai, Nicarágua ou mesmo a “democracia” mexicana e definiram o perfil político da América Latina como ditadura sem liberdade de expressão cultural e de idéias. Na Europa e nos Estados Unidos, movimentos estudantis lideraram protestos aos governos e às guerras do Oriente Médio (Indochina, Vietnam). A isto, juntaram-se os movimentos de grupos perseguidos e discriminados socialmente, como negros, mulheres, homossexuais, índios e etnias.

O ápice da contestação foi em 1968, quando atingiu níveis internacionais, descreve David Harvey: “O movimento se espalhou para as ruas e culminou numa vasta onda de rebelião que chegou ao auge em Chicago, Paris, Praga, Madri, Cidade do México Tóquio e Berlim”, (Harvey, 1996, p. 44). No Brasil, as manifestações tiveram a morte de um líder estudantil, uma passeata de 100 mil estudantes no Rio de Janeiro, disputas entre estudantes, enfim, um clima de protesto refletido até em

festivais de música. Em dezembro de 68, para sufocar o clima de protesto crescente que se instalava no Brasil, o governo editou o AI-5, Ato Institucional que cassou políticos e permitiu perseguições a artistas, políticos e trabalhadores, restringindo a mobilização oposicionista.

Assim, ao mesmo tempo em que diferentes correntes políticas abrigaram-se no MDB, outras optaram pela clandestinidade. Foi também uma época de contestação de idéias dentro da esquerda. O PCB trocara de nome para Partido Comunista Brasileiro, rachara com o surgimento do PC do B (que retomou o nome Partido Comunista do Brasil), e viu-se muitas vezes acusado de autoritário e burocrático por outros agrupamentos políticos.

O AI-5 foi revogado em 1978, tempo em que a oposição brasileira reorganizou-se para tomar às ruas: novamente havia protestos contra o governo. Desta vez, quem liderava eram os operários, principalmente os metalúrgicos de São Paulo, seguidos por professores e bancários. Rachel Meneguello, em *PT- A Formação de um partido*, revela que houve 137 graves em 1978, 224 em 1979, 58 em 1980 e 94 em 1981. Elas mobilizaram, cita Raul Pont, “metalúrgicos, professores da rede pública, motoristas e cobradores de ônibus, bancários e construção civil”, (Pont, 1992, p.5). Além disso, acrescenta, “agravava-se a crise do regime militar, a luta pela anistia adquire caráter mais amplo e a oposição democrática-popular e as forças socialistas reaparecem no cenário político” (Pont, 1992, p.5).

A primeira manifestação de descontentamento da população ocorrera na eleição de 1976, quando foram necessárias cassações de deputados estaduais (que era o colégio eleitoral dos governadores) para evitar a vitória da oposição nas eleições indiretas de governos estaduais. Em abril de 1977, o presidente, general Ernesto

Geisel, baixou um decreto-lei com reformas políticas – o “Pacote de Abril” – no qual a mais destacada foi a criação do “Senador biônico”: 1/3 do Senado era eleito indiretamente. Por isso, a Arena permaneceu com 63% cadeiras no Senado, mesmo tendo 54% dos votos.

Desta maneira, em 1978, o governo via-se contestado nas ruas, pelas manifestações de trabalhadores e nas urnas, pelos resultados eleitorais. Em consequência, iniciou uma abertura política, que classificou de “lenta e gradual” e em 1980 promoveu nova reforma partidária no País. Este é o ambiente político de gestação do PT, descreve Raul Pont: “É nesse quadro rico, complexo, difícil, que surge a idéia da organização de um partido de trabalhadores”. (Pont, 1992, p.6).

Para Rachel Meneguello (1989), “o PT configurou-se uma novidade político-institucional quanto à origem, organização e proposta”. Foi uma novidade tão grande que provocou reações inesperadas, como revelou Chauí numa entrevista: “As críticas mais ferozes vieram da esquerda. Eu não entendi nada: ‘como a esquerda recusa o seu partido, aquilo que ela deve ter esperado durante cem anos?’” (Chauí, 1999, p.30).

Estas primeiras reuniões concentravam disparidades e desconfianças. Lula recorda, numa entrevista, que os operários não abriam mão de duas coisas: “A direção do processo e o nome do partido”. (Lula, 2000). Marilena Chauí revela que, além disso, havia pouca simpatia com os intelectuais, que conquistaram espaço lentamente: “... foram conseguindo convencer os operários de que os intelectuais, os artistas, os universitários, eram aliados importantes que estavam na mesma luta”. (Chauí, 1999, p.25).

Junto com os militantes da Teologia da Libertação e os sindicalistas, os intelectuais são considerados uma das três vertentes de fundação do PT. Para Raul Pont, a principal vertente é o novo sindicalismo, que vinha de “ricas experiências de luta... mesmo sem experiências partidárias” (Pont, 1992, p.9) e trouxeram ao PT um perfil que os outros partidos de operários no Brasil (os PCs) não tinham conseguido: “Foram os responsáveis para base de massas que o partido obteve desde o princípio” (Pont, 1992, p.9).

A segunda vertente é formada por “correntes, grupos com expressão meramente local ou regional, personalidades de esquerda, alguns parlamentares que vinham da resistência ao regime militar” (Pont, 1992). Vale a pena citar a lista destes grupos políticos, alguns participaram da guerrilha, para se ter uma idéia da variedade de organizações que construíram o PT: Ação Popular Marxista Leninista (APML), Política Operária (Polop), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ala Vermelha (ALA), Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS). Um ano após a fundação do PT, a corrente Liberdade e Luta (Libelu) também aderiu. Cada um destes grupos tinha sua própria interpretação de socialismo e marxismo. Todos clandestinos, como Partido Revolucionário Comunista (PRC), um racha do Partido Comunista do Brasil, que em 1985 também filiou-se ao PT. “Evidentemente, essas correntes traziam para o PT uma série de concepções teóricas e orgânicas de suas próprias experiências” mas “não havia unidade sobre o caráter do PT” (Pont, 1992, p.7). Para alguns, deveria ser uma frente de esquerda, para outros, um partido mesmo.

A terceira vertente surgiu a partir dos movimentos eclesiais de base, que atuavam em bairros, ou em torno de reivindicações concretas e tinham identidade com o trabalho da Teologia da Libertação. “Este movimento é muito heterogêneo e aproxima-se do partido por canais bem distintos” (Pont, 1992). São os movimentos de bairro, sindicalismo rural tanto de donos de pequenas propriedades quanto dos trabalhadores rurais sem-terra e alguns sindicatos urbanos. Esta heterogeneidade, acrescenta, “alcança também personalidades com trânsito na Igreja e identificados com as lutas pelos direitos humanos, pela defesa de presos políticos e pelas jornadas de anistia ampla e irrestrita aos perseguidos pela ditadura”(Pont, 1992, p.10). Para André Singer “a incorporação dos cristãos foi decisiva porque deu capilaridade ao partido” (Singer, 2001, p. 25).

O elemento unificador eram as lutas sociais, os enfrentamentos à ditadura que “irmanava cristãos, socialistas, comunistas, marxistas de vários matizes e uma maioria sem definição político-ideológica”.(Pont, 1992, p.12)

Para Rachel Meneguello, estes elementos dão ao PT um diferencial a todos os outros partidos até então constituídos no Brasil.

“Com efeito, entre 1889 e 1979, respectivamente o marco da República e a data do retorno a pluripartidarismo após o golpe militar de 1964, nossa história partidária configura-se como um reflexo das estratégias do poder central” (Meneguello, 1989, p.37).

Pelos estudos de Meneguello (1989), Gadotti e Pereira (1989), o PT surgiu fugindo desta estratégia. Nasceu, portanto, fora da distribuição legitimada de disputa – sempre restrita a alguns grupos sociais – e congregou grupos que historicamente estavam excluídos desse processo.

Em 10 de fevereiro de 1980, quando representantes de 17 estados lançaram o Manifesto de Fundação do PT (e por isso é considerada data de fundação), houve “um momento histórico de reencontro de várias gerações de militantes” (Pont, 1992): Mário Pedrosa (militante trotsquista e crítico de arte), Hermínio Sachetta, Apolônio Carvalho (militar cassado pelo regime militar brasileiro, lutou na Guerra Civil espanhola), Sérgio Buarque de Hollanda (sociólogo) “misturavam-se com a geração dos anos 68/69, com os intelectuais e professores universitários que resistiram ao regime militar e com a nova vanguarda sindical”. (Pont, 1992, P.10). Esta variedade, reunindo militantes sindicais, comunitários, integrantes de grupos políticos, intelectuais e personalidades históricos da política nacional, é caracterizada por Raul Pont como “riqueza do PT”, mas também gerou uma variedade interna de discursos e conseqüentes disputas, que às vezes expressam-se publicamente.

Resultado desta multiplicidade, o PT tentou mostrar diferenças com os partidos de esquerda existentes no Brasil antes de 1980, como os partidos comunistas e o socialista. Na primeira convenção, Lula definiu o socialismo que o PT defendia:

“Sabemos que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo. O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT”. (Lula, 1986, p.40).

A presença de militantes de diferentes correntes políticas e diferentes gerações abriu espaços para as novas concepções que surgiam e que, na Europa de 68, já se apresentavam nos p'rotestos. David Harvey recorre às propostas de Michel

Foucault de realizar um ataque multifacetado e pluralista às práticas de repressão do capitalismo como um exemplo destes movimentos e constata:

“Suas idéias atraem vários movimentos sociais surgidos nos anos 60 (grupos feministas, gays, étnicos e religiosos, autonomistas, regionais, etc), bem como os desiludidos com as práticas comunistas e com as políticas dos partidos comunistas”. (Harvey, 1996, p.50).

A identificação do PT com estes grupos está já na fundação, como pode se verificar no trechos a seguir, extraídos do discurso de Lula na primeira Convenção oficial, em 27 de setembro de 1981:

“O nosso partido tem suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização, existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesses específicos a defender, como as mulheres e os negros (...). Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima(...). Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto no bairro e pelo melhor preço da safra do campo(...). Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem estas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade(...). Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora erradamente tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade muito temos a apreender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas”. (Lula, 1986, p.33 a 40).

Além de congregar diferentes concepções políticas e ideológicas na sua fundação, o PT também reuniu diferentes gerações de militantes políticos. Ao descrever um ato festivo de 27 de abril de 1981, Pont relata personalidades que se filiam: “O poeta Thiago de Melo, os compositores Luís Gonzaga Júnior e José Rodrix, o cartunista Henfil, dirigentes estudantis dos anos 60 e militantes da esquerda Luís Travassos, Altino Dantas e José Genoíno Neto” (Pont, 1992, p.10). José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis da geração 68 junto com Travassos, também se engajaram na construção do PT. Em entrevista, Vladimir informa o motivo do retorno do exílio: “Vim para o Congresso de fundação do PT” (Palmeira, 1993, p.21). A maioria dos líderes de 68 tinha retornado ao Brasil em 1980 e 81, portanto no meio do processo de discussão para fundar o PT.

Assim, são diferentes grupos e personalidades que fundaram o PT e dentro dele disputam espaço político e discursos. A disputa obriga a uniões temporárias entre diferentes tendências para compor chapas e votar resoluções. Em junho de 1983, líderes sindicais e regionais unidos com militantes dos movimentos eclesiais lançaram o documento “Manifesto dos 113”, explicitando divergências internas e buscando reverter a crise que se abatera no partido por causa do mau resultado eleitoral de 82. O grupo que assinou o manifesto organizou-se numa tendência interna, chamada Articulação, que passou a ser majoritária no partido até 1993, quando se dividiu e perdeu a condição de maioria. A imprensa e a PÁGINA 10 têm optado por apresentar o PT dividido entre “moderados” e “radicais”. De fato, em várias ocasiões, a disputa no PT (como pela presidência do diretório estadual do RS, até 1997, por exemplo, ou as prévias para governador) centrou-se entre dois candidatos (mas sempre houve mais de duas chapas para a direção) possibilitando a

interpretação do debate estar restrito à dualidade. Além disso, desde 1993 nenhuma tendência interna consegue obter vitória isoladamente. Assim, normalmente, as chapas concorrentes contemplam mais de um grupo político. Por isso, restringir a composição do partido a duas forças antagônicas prejudica a compreensão desta multiplicidade de manifestações públicas de integrantes do PT.

Apesar desta multiplicidade de grupos, o PT esforça-se para ser um partido de perfil unitário nacional e nem sempre conviveu pacificamente com ela. Durante tempo, temendo que as tendências prejudicassem “a unidade interna”, o PT não tratava do assunto. Porém, a partir do 4º Encontro Nacional, em 1986, a questão foi enfrentada. Na resolução que trata da organização partidária, a existência de tendência é tratada como “questão muito controvertida” (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 286) que não poderia ser resolvida com votação sem passar por um “persistente e prolongado debate” (Diretório Nacional do PT, 1998). Adiante, a resolução avalia que o caráter do PT, “aberto, democrático, de massas e socialista”, admitia a presença de tendências, mas concluía: “Isso não dá ao Partido um dinamismo muito grande” ... “Permite por outro lado, aprofundar as relações democráticas internas e externas” (Diretório Nacional do PT, 1998, p.287). Por fim, na mesma resolução, o PT reafirma ser um partido, não uma frente, assegurando direitos à minoria e “reconhece o direito de tendência e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação” (Diretório Nacional do PT, 1998, p.287).

No 5º Encontro Nacional, de 1987, o partido aprovou duas resoluções buscando definir regras para a existência de “Tendências Internas” no PT. A preocupação era evitar que se organizassem internamente, partidos políticos

“concorrentes ao PT”. Estas duas resoluções serviram de base para uma terceira, assinada pelo Diretório Nacional, em reunião de 14 e 15 de abril de 1990, chamada *Regulamentação das Tendências Internas*. Nela, Tendência Interna está definida como “um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta regulamentação” (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 360). As tendências devem registrar-se no partido e “os filiados do PT, independentemente de serem ou não integrantes de uma Tendência Interna, sempre se identificarão publicamente como petistas” (Diretório Nacional do PT, 1998, p.360). Com esta regulamentação, o PT procurou normatizar o comportamento de seus diversos grupos internos, garantindo-lhes direito de manifestarem-se internamente, organizando debates e realizando reuniões, sempre exclusivamente como filiados do partido.

Além desta regulamentação específica, o PT tem outras resoluções, como a de políticas de alianças, que devem ser obedecidas nacionalmente (Diretório Nacional do PT, 1998) e quem descumprir pode ser punido com expulsão ou intervenção nos diretórios, como aconteceu em 1998, com o Diretório Estadual do Rio de Janeiro. O que não tem impedido manifestações de líderes e figuras públicas do partido, como se verá adiante.

4.1 O PT no RS

A formação do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul é paralela à sua construção nacional e também apresenta os três segmentos fundamentais na construção do PT: 1) os setores oriundos do trabalho da Igreja, a partir das periferias das cidades; 2) o novo sindicalismo operário, localizado nos grandes conglomerados

urbano-industriais; 3) a esquerda organizada, pós-PCB e egressa da clandestinidade dos anos de ditadura (Léo Voigt, 1990). Em 1978, os professores estaduais e os bancários de Porto Alegre realizaram as primeiras greves depois de mais de dez anos. O presidente do sindicato dos bancários era Olívio Dutra, “que já mantinha contato com Lula” (Singer, 2001) com o objetivo de organizarem uma união sindical nacional, a Intersindical.

A discussão nacional em torno da redemocratização e da possibilidade de uma reforma partidária mobilizava diferentes setores da sociedade. Assim, sindicalistas também procuravam novos espaços na política: “Sem perda de tempo, a 19 de janeiro de 1979, a reunião da Intersindical em Porto Alegre decide apresentar aos setores interessados a formação de um partido de trabalhadores” (Léo Voigt, 1990). Os principais sindicatos gaúchos envolvidos na fundação do PT, nesta época, eram o dos bancários e o dos metalúrgicos. Esta reunião preparava outra, em julho do mesmo ano, em Santo André, quando se discutia a possibilidade de unir toda esquerda brasileira num partido.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), outro setor na formação do PT gaúcho, ressurgiu no Rio Grande do Sul em 1978, quando 1.500 famílias de agricultores foram expulsas da reserva caigangue em Nonoai. Os sem-terra, antes de 1964, organizaram o MASTER que lutava pela Reforma Agrária e foi proibido pelo regime militar. Quando se reorganizaram, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, passaram a discutir a necessidade da formação de um partido de trabalhadores.

Da mesma forma, os grupos clandestinos do Estado, muitos representantes de organizações nacionais, também aderiram ao PT. Como aconteceu com grupos de

militantes do MDB. No início de 1978, quando começava a se falar em reorganização partidária, Raul Pont propôs a organização de uma Tendência Socialista (TS) que aglutinaria “as correntes progressistas que atuam no PMDB” (Pont, 1985). Em nota de rodapé, na republicação do texto em livro, Pont justifica:

“Para nós, regionalmente, colocava-se a necessidade de uma diferenciação orgânica dentro do MDB que consolidasse um núcleo homogêneo e coeso para avançar noutro projeto orgânico quando fosse oportuno” (Pont, 1985, p.65).

O momento chegou um ano depois: “Nossa integração ao movimento pró-PT é uma decorrência natural do projeto político que nos une” (Pont, 1985, p.70) escreveu em 1979, num texto de balanço de um ano da TS. Assim, a composição gaúcha do PT foi semelhante ao do PT nacional, como algumas nuances. A entrada do clandestino PRC (Partido Revolucionário Comunista) foi muito mais influente no Estado (onde tinha um núcleo forte) que no Brasil. Em 1989, o PRC transformou-se na tendência interna Nova Esquerda que depois se dissolveu em outras tendências.

A preocupação em ser um partido nacional resultou em pequenas diferenças do PT gaúcho em relação ao de outros Estados. Um exemplo é a maior alternância de poder no Diretório Estadual. Nem sempre o grupo político majoritário estadualmente coincide com o nacional.

No entanto, as tendências permanecem. Paulo Prestes Ferreira registra, em *13 Leituras petistas*, 14 tendências internas no PT do Rio Grande do Sul em 1999 (Ação Democrática, Articulação de Esquerda, Brasil Socialista, Corrente Socialista dos Trabalhadores, Democracia Radical, Democracia Socialista, Esquerda Democrática, Força Socialista, Resistência Socialista, Tendência Movimento, PT Amplo e Democrático, Movimento de Construção Socialista, Grupo Rede e O

Trabalho) além de militantes “petistas sem vinculação a tendências ou grupos” (Ferreira, 1999). São vozes diferentes buscando espaço na política.

4.2 A comunicação e o PT

Em 1993, Perseu Abramo, jornalista e dirigente partidário, publicou um texto na revista *Teoria & Debate*, apontando grande dificuldade do PT com a comunicação. Apesar do crescimento devido à visibilidade de seus símbolos e seus líderes, o PT parecia “navegar desorientado na trama das comunicações, cujos processos e mecanismos não consegue utilizar adequadamente” (Abramo, 1997). Desta maneira, ao chegar em seu 13º ano de vida, o PT, na visão de Abramo, não havia conseguido “gerar uma política própria de comunicação, ao contrário do que já fez em outras áreas de atividade” (Abramo, 1993), como Saúde, Educação e Sistema Financeiro.

Na época, Perseu Abramo tinha 47 anos de profissão, muitos deles passados nas redações de jornais de circulação nacional, como *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*, professor de faculdade e secretário de comunicação no primeiro ano (1989) de governo petista na capital de São Paulo. Era baseado neste conhecimento – e suas opiniões políticas sobre a imprensa e os meios de comunicação – que sustentava sua convicção que jornais, rádios, TV, revistas eram empresas e adversários políticos do PT e dos seus governos:

“Da imprensa, portanto, o PT não tem nada a esperar, a não ser o silêncio, o ostracismo, a distorção, a manipulação e ataques diretos e indiretos”.(Abramo, 1997, p.313).

Além de ser uma opinião considerada, pela própria trajetória política e pelos postos que ocupou no partido - entre 1980 e 1996 (quando morreu) integrou a Executiva Nacional como segundo secretário, secretário de imprensa e propaganda e

secretário de formação política. Além de fundador e editor do *Jornal dos Trabalhadores*, que durou 24 edições nos anos 1982/83 e secretário de Comunicação no primeiro ano do governo de Luiza Erundina (1989 – 1992)- não era uma voz isolada. A comunicação é uma preocupação constante, embora não tenha presença tão grande das resoluções quanto temas como movimento social, democracia, socialismo, saúde, educação ou economia. Quando aparece, há sempre dois níveis de preocupação: um é com os meios de comunicação, outro é com a existência de veículos próprios para se comunicar com a sociedade e servir de instrumentos de construção partidária.

Este segundo nível segue a tradição da imprensa do século 19, como foram os jornais *Iscra*, surgido em 1900 e o *Pravda*, posteriormente, ambos veículos do Partido Social Democrata Russo, dirigidos por Lênin - o principal articulador e líder da revolução russa de 1917 – com a função de informar politicamente militantes do partido e conquistar adeptos entre a população. Depois da revolução, o *Pravda* tornou-se jornal oficial do governo soviético. No Brasil, as publicações *Voz Operária*, *Tribuna da Luta Operária* são exemplos de jornais ligados a partidos políticos de esquerda (PC e PC do B) que tinham o mesmo objetivo. Fora da esquerda, mas importante, é o jornal *A Federação*, editado pelo Partido Republicano Rio-Grandense, com a declarada intenção de divulgar as idéias republicanas.

As organizações de esquerda que fundaram o PT, e mais tarde transformaram-se em tendências internas, conheciam esta história e sempre consideraram fundamental a existência de jornais para a propaganda política. Rachel Meneguello (1989) constata que “em função de sua principal forma de atuação - a imprensa alternativa - esses grupos exerceram importante papel na organização do

movimento sindical e petista” (Meneguello, 1989, p.63). Os grupos maiores tiveram publicações de periodicidade mais regular, como a Democracia Socialista que editava o semanário *Em Tempo* (hoje bimestral); Convergência Socialista editava o jornal com o mesmo nome. Liberdade e Luta editava *O Trabalho*, e posteriormente a organização adotou o nome do jornal. Havia ainda outros, como o *Companheiro* e publicações de circulação regional. O *Jornal dos Trabalhadores*, de grande aceitação no ABC paulista, foi o primeiro jornal oficial do partido. Entre 1991 e 1996 (primeiro quinzenal, depois mensal), o PT tentou uma proposta diferente com o *Brasil Agora*. Pretendia ser um jornal abrangente, com pauta aberta para fora do partido, semelhante aos antigos *Opinião* e *Movimento* dos anos 70. Assim, sua cobertura estendia-se à política, economia, cultura e lazer. Foi editado paralelamente ao *Boletim Nacional*, considerado “principal veículo da comunicação interna do Partido e da relação com a militância” (Pont, 1992, p.67) e por esta característica, não conflitante com o *Brasil Agora*. A partir de 1998, passou a manter um standard de quatro páginas chamado *PT Notícias*, restrito aos temas partidários, distribuído entre os filiados, sem periodicidade fixa. Desde 1987, o partido edita a revista *Teoria e Debate*, quadrimestral, dedicada ao debate político nacional e internacional.

Nos estados, também houve tentativas semelhantes. O Rio Grande do Sul manteve, entre 1987 e 89, a *Folha do Trabalhador*, com pauta centrada nas atividades do partido e sindicais de trabalhadores, com aberturas eventuais para cultura, história e economia. Depois, manteve por dois anos o mensal *Utopia*, com objetivo de incentivar o debate intelectual do partido e dialogar com a sociedade. Em 99, editou o mensal (tablóide, 4 páginas) *Linha Direta*.

Embora se encontrem facilmente críticas de petistas à imprensa e aos meios de comunicação em documentos internos de debate e nos próprios meios de comunicação, a referência à imprensa nos documentos oficiais é superficial. O PT pôs-se pelo fim da Lei de Imprensa em documentos que esboçam plataformas eleitorais nos encontros nacionais de 1982, 1983, 1986 e 1987. A Plataforma Eleitoral Nacional – Trabalho, Terra e Liberdade, aprovada no 2º Encontro Nacional, realizado em 27 e 28 de março de 1982, em São Paulo denuncia:

“A indústria cultural, o sistema educacional e os meios de comunicação de massa têm sido usados, mais do que nunca, para combater os valores populares, reforçando a dominação social e econômica sobre os trabalhadores” (Diretório Nacional do PT, 1998, p.123).

O documento “As bases do PAG (Plano de Ação de Governo)” aprovado no 6º Encontro Nacional, realizado entre 16 e 18 de julho de 1989, revela que a discussão tinha andado internamente, embora não apareça em documentos oficiais. O Partido defende uma “Democratização dos Meios de Comunicação de Massa” através de quatro ações:

“1. Unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social, independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios, TV) e centrais sindicais, democraticamente eleitos;

“2. As rádios e TV só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos;

“3. O governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e oligopólio da área de comunicação social;

“4. Apoiar a criação de canais de comunicação próprios das organizações populares”.(Diretório Nacional do PT, 1998, p.408).

No 10º Encontro Nacional, realizado em Guarapari, Espírito Santo, de 18 a 20 de agosto de 1995, a Política de Comunicações foi um dos itens da resolução de Construção Partidária. Esta foi a maior resolução nacional sobre o tema, mas não faz uma análise detalhada dos meios de comunicação. A resolução defende “ousadia para criação de sustentação de meios alternativos” na luta pela democratização da comunicação. Segue defendendo a necessidade de consolidar um jornal nacional “capaz de coesionar os milhares de petistas”, a criação de assessoria de imprensa eficiente para dirigentes e lideranças e fortalecimento de infra-estrutura de comunicação entre diretórios e bancadas.

O último ponto constata as dificuldades enfrentadas pelo partido para divulgar sua proposta:

“O monopólio das comunicações talvez seja um dos principais empecilhos à disputa do projeto petista de sociedade, e contra este

temos nos indignado. O PT sempre tem colocado a necessidade de lutarmos pela democracia nos meios de comunicação. No entanto, devemos reconhecer que o PT, até aqui, ressent-se de uma política clara e ofensiva sobre esta questão” (Diretório Nacional do PT, 1998, p.635).

O texto relata o surgimento do movimento em defesa das rádios livres no qual o partido deve engajar-se e apoiar, já que “rádios livres e comunitárias são instrumentos concretos capazes de disputar parcialmente o espaço ocupado pelo monopólio das comunicações” (Diretório Nacional do PT, 1998, p. 636).

Em 1998, o PT produziu documentos mais sintéticos. A resolução “Fim de um Ciclo”, aprovada durante o Encontro Nacional Extraordinário, 23 e 24 de maio de 1998, em São Paulo, analisa a conjuntura nacional e internacional e apresenta as Diretrizes para o Programa de Governo, onde refere: “A construção democrática deve garantir o acesso de todos aos

meios de comunicação, eliminando o virtual monopólio” (Diretório Nacional do PT, 1989, p. 680)

Os documentos do PT permitem pelo menos uma conclusão: existe um monopólio de comunicação, no mínimo potencialmente, que não favorece a democracia e é preciso lutar contra ele. As propostas variam da criação do Conselho Nacional de Comunicação, feita em 1989, até o apoio às rádios comunitárias, em 1998, mas não se explicita como lidar com a situação de monopólio, virtual, existente.

Da mesma forma, as resoluções do Diretório gaúcho do PT abordam o tema circunstancialmente. Júlio Quadros, presidente estadual entre 1997 e 2001, explica que “há várias resoluções sobre comunicação, mas elas são pontuais. Nós não vamos jogar pedras em ninguém. Até por que não adianta o partido ter uma postura em relação à imprensa e o governo do Estado e a Prefeitura terem outra” (Quadros, 2001).

Quando conquistou seus primeiros quatro mandatos de deputados estaduais e dois de federais, na eleição de 1986, o partido imediatamente preocupou-se em reforçar a Secretaria de Imprensa, viabilizando o mensal *Folha do Trabalhador*, em 1987, que circulou durante três anos.

Paralelamente, o núcleo de jornalistas, que assim com a secretaria, mudou de nome para “de comunicação”, elaborou

documentos sobre políticas de comunicação para os governos petistas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, mas não aprofundou discussões sobre os meios de comunicação de massas.

5. PT E PÁGINA 10: INFORMAÇÃO E REPERCUSSÃO

Ao longo dos anos, PÁGINA 10 e PT do Rio Grande do Sul estabeleceram uma relação de interlocução que se diferencia das demais páginas do jornal. O jornalista, detendo informações confidenciais, com fontes nem sempre identificadas, tem entre seus leitores militantes do partido que não só buscam informação política como reagem à abordagem dada à informação. Os tópicos publicados provocam dois tipos de reação entre os leitores petistas:

a) Repercussões internas, quando a coluna serve de veículo para discussão entre as diferentes correntes, ou subsídio para conflitos entre lideranças;

b) Respostas ao colunista através de cartas para reparar a informação, notas pagas para desmentir a informação e, no extremo, ações judiciais para exigir do jornal e do jornalista o reparo da informação.

Durante o período examinado, 1º de julho de 1995 a 31 de dezembro de 1998, foram publicadas 1.272 colunas, sendo 1.192 assinadas por José Barrionuevo (as demais são do jornalista substituto das férias ou ausências do titular, e, também, devidamente assinadas). Nelas, constam 2.937 tópicos sobre o PT.

Em 1994, o PT, liderando a coligação Frente Popular (com PSB, PCB e PC do B), pela primeira vez no Rio Grande do Sul disputara em condições de vencer a eleição para governador do Estado, chegando ao segundo turno. Em 1995, houve a escolha para novas direções municipais, estaduais e nacional no partido. Olívio Dutra, candidato a governador em 94, foi eleito presidente do PT gaúcho em 95. Em 1996, houve as eleições municipais. No Rio Grande do Sul, o PT saltou de oito para 26 prefeituras, elegendo pela terceira vez consecutiva o prefeito de Porto Alegre,

Raul Pont. Na disputa interna, Pont teve o apoio de Olívio, na prévia disputada entre ele, José Fortunati e Clóvis Ilgenfritz da Silva, que escolheu o candidato do PT (e da Frente Popular) à Prefeitura de Porto Alegre. Em 1997, houve novas eleições internas, nas quais, com apoio das tendências de Olívio Dutra e Raul Pont, Júlio Quadros elegeu-se presidente estadual do partido. O vereador João Motta foi seu adversário, pertencente à mesma tendência de Tarso Genro. Em 1998, houve novas eleições estaduais e nacionais e o candidato do PT foi definido numa prévia disputada entre Tarso Genro e Olívio Dutra, vencida pelo segundo. Tarso Genro foi vice-prefeito de Porto Alegre na gestão de Olívio Dutra (1989-1992), a primeira da Frente Popular, e prefeito na segunda administração da Frente Popular (1993-1996).

Passamos a descrever um conjunto ilustrativo da relação PÁGINA 10/PT de alguns acontecimentos marcantes do período. Somente os tópicos assinados por Barrionuevo foram analisados - com duas exceções, necessárias para melhor compreensão do episódio envolvido. Os tópicos das colunas, assim como seus títulos, estão em itálico, e a modalidade de resposta (carta, telefonema, nota paga) do partido, identificada na coluna, está em negrito.

5.1 Disputa interna - 1995

Um tópico de 14 de agosto de 1995, *Briga entre favoritos*, envolve os principais líderes do PT e serve como marco inicial da pesquisa. Nele, o colunista avalia a disputa interna no partido para escolha do próximo candidato à prefeitura de Porto Alegre, sucessor do prefeito Tarso Genro, também do PT. Raul Pont, vice-prefeito, e José Fortunati, deputado federal, são os dois pretendentes apontados (o vereador Clóvis Ilgenfritz da Silva inscreveu-se mais tarde na prévia). Fortunati,

escreve Barrionuevo, teria um “*discreto apoio de Tarso*” e “*só abre mão em favor de Olívio*”. O tópico apresenta elementos que se repetirão no período posterior, como a disputa interna, a postura do prefeito Tarso Genro e a eventual candidatura de Olívio a prefeito, que não se confirmou.

A reação do prefeito foi imediata. Em 15 de agosto, no tópico *Tarso admite terceira via*, Barrionuevo informa:

*Tarso **enviou carta** para desmentir que estava dando apoio discreto ao deputado Fortunati, como chegou a ser publicado ontem neste espaço e continua sendo a opinião pessoal deste colunista sobre a preferência do prefeito:*

“Prezado Barrionuevo: Gostaria que registrasse em tua coluna a minha manifestação sobre a tua nota, relacionada com a sucessão municipal, publicada ontem. Já conversei franca e transparentemente com os companheiros Raul e Fortunati e disse a eles que o meu procedimento em relação à sucessão municipal será pautado pela posição que o partido adotou sobre minha pré-candidatura em 1992: a preferência será orientada pelo favoritismo do pré-candidato, ou seja, apoiarei na convenção aquele que tiver maiores possibilidades de vitória. Faço esta afirmação apenas para reiterar que não estou comprometido com decisões eventualmente assumidas pelas correntes do partido que, de resto, são conhecidas e compõem a nossa democracia interna. Não apóio, hoje, nem aberta nem discretamente,

qualquer dos dois pré-candidatos, ainda porque o partido poderá optar por um nome de consenso, afirmado em todas as correntes.

Fraternalmente,

Tarso Genro”.

Em 16 de agosto de 95, o assunto foi retomado em tópico no centro superior da página com charge de Tarso e Olívio. O título é *A terceira via do PT* e o texto inicia assim: *“Carta remetida a esta coluna pelo prefeito Tarso Genro, publicada ontem, antecipa a polarização da eleição em Porto Alegre entre dois candidatos”.* O tópico segue informando que Tarso aposta em candidatura única representando o governo estadual (então Antônio Britto, do PMDB, numa coligação que envolvia PSDB, PFL, PTB e PPB) para o pleito municipal e, diante disto, *“não resta outro caminho ao PT a não ser lançar um candidato com mais densidade eleitoral do que o vice Raul Pont e o deputado José Fortunati”.* No mesmo box, em outro tópico, *“Tarso ou Olívio”*, o colunista conclui que só existem dois nomes de consenso dentro do PT : Tarso, se for permitida a reeleição, e Olívio. Finaliza: *“Com a possibilidade de reeleição apenas para os próximos prefeitos, a terceira via imaginada por Tarso Genro desemboca em Olívio Dutra, que ficaria impedido de concorrer a governador em 1998”.*

Em 26 de agosto de 95, o interino Oziris Marins publicou foto dos deputados Flávio Koutzii e Marcos Rolim acompanhados de Olívio Dutra, revelando que poderia estar acontecendo um movimento dos dois deputados que resultaria numa pressão pela candidatura de Olívio a prefeito em 96.

Em 7 de setembro de 95, PÁGINA 10 revela mais um movimento interno. Novamente sob o título “*A terceira via no PT*”, desta vez sob foto de Flávio Koutzii, apontado como nome de consenso para candidatura à prefeitura, caso Olívio não seja candidato. No tópico “*Retrospecto*”, a coluna lembra que o reduto eleitoral de Koutzii é Porto Alegre e que ele abriu mão de concorrer em 92 em favor de Tarso.

Em 11 de setembro, foi a vez de Adeli Sell, secretário estadual de Organização do Partido e integrante da mesma corrente do deputado José Fortunati, **manifestar-se** sobre a disputa interna na página. “*A dificuldade de Flávio transitar em nosso campo político é maior do que o nome de Raul Pont, dado às suas posições no debates internos*” é a frase de Adeli, que propõe Fortunati e Clóvis Ilgenfritz como alternativas.

Em 12 de setembro Fortunati foi a fonte no tópico “*Quinta coluna*”:

Recado direto do deputado José Fortunati a Flávio Koutzii:

- No PT não tem terceira via nem quinta coluna. Se não for Olívio ou Tarso, quem quiser que venha para a disputa.

No dia seguinte, 13, o tópico “*Quinta*” voltou ao tema:

Preocupado com interpretações, o deputado José Fortunati telefona para dizer que jamais pensou em atirar uma farpa no deputado Flávio Koutzii ao dizer que ‘no PT não tem terceira via nem quinta coluna’.

O diálogo entre petistas via PÁGINA 10 continuou no dia 14 de setembro. O tópico “*Recado*” publicou uma frase de Ilgenfritz:

Nós temos de ter um candidato para Porto Alegre, e não para o público interno do PT.

O tópico “*Retirada*” revela a decisão de Flávio Koutzii:

*Visto como terceira via, o deputado Flávio Koutzii (PT) **preferiu revelar** seu apoio à candidatura de Raul Pont à prefeitura de Porto Alegre, no caso de Olívio Dutra não aceitar concorrer.*

Pretende trabalhar na reorganização e pacificação das correntes internas do PT.

Esta decisão de Flávio encerraria a polêmica interna, já que os debates se davam em torno de seu nome. No dia seguinte, 15 de setembro, a coluna retomou a palavra na tentativa de pautar o debate interno. O tópico “*Tarso e Britto sem reeleição*” considera eliminadas as possibilidades de reeleição de prefeitos e governadores. O tópico “*Olívio 96*” avaliava:

Na Capital, não será fácil para Olívio Dutra escapar de uma candidatura, diante de uma possível união dos partidos adversários contra o PT.

Porém, desta vez, ninguém do PT enviou cartas ou informações sobre esta possibilidade. Mesmo depois das colunas de 2 e 23 de outubro, que analisaram a liderança de Olívio nas pesquisas para a Prefeitura. A coluna seguiu dando informações sobre as movimentações internas do PT a respeito da sucessão

municipal. Noticiou, em 26 de outubro, comemoração de 40 anos do deputado federal José Fortunati como oportunidade em que lançaria sua candidatura a Prefeito. Em 27 de novembro, no tópico “*Coletivo*” anunciou a possível candidatura do vereador Clóvis Ilgenfritz da Silva, em 7 de novembro de 95, o tópico “*Conflito no PT*” conjetura:

Se for inviabilizada a reeleição de prefeitos, Tarso Genro se preserva para concorrer a governador em 1998. Há um movimento amplo no PT exigindo a candidatura de Olívio Dutra à sucessão de Tarso, para o partido não correr riscos em Porto Alegre. Isso afastaria o ex-prefeito de uma disputa pelo Palácio Piratini, em 1998.

Se for possibilitada a reeleição, a esquerda do PT, majoritária no partido, forçará a candidatura de Tarso Genro. É o troco. Estaria impedido em 1998, deixando o caminho livre para Olívio, candidato preferido da esquerda.

Somente em 21 de novembro, em virtude de um tópico na véspera, informando que o vereador Clóvis Ilgenfritz liderava um movimento na zona sul com o adesivo “Porto Alegre tri-legal, Olívio na Capital”, houve resposta de alguém do partido à coluna. O tópico tem o título “*Candidato do PT*” e o texto é o que segue:

*Em plena campanha eleitoral pela condição de candidato do PT, o deputado José Fortunati **faz alguns reparos** à manifestação do vereador Clóvis Ilgenfritz. Lembra que só*

lançou seu nome depois que o ex-prefeito, Olívio Dutra, em reunião formal, assegurou que não seria candidato.

Mais: garante que não representa nenhuma tendência nesta disputa, por ter uma conduta independente em relação às facções.

Quanto à pesquisa eleitoral, Fortunati concorda que seja realizada antes das prévias, como um subsídio. Não pode ser determinante da escolha, porque anularia a vontade partidária.

Em 22 de novembro, Clóvis Ilgenfritz é a fonte no tópico “Pesquisa do PT”:

Cotado para a sucessão municipal, o vereador Clóvis Ilgenfritz nega que esteja liderando o movimento de apoio a Olívio Dutra.

-Sou apenas mais um participante - assegura, negando também qualquer intenção de aterrorizar o grupo mais à esquerda.

A discussão encerrou aqui.

5.2 Relação amistosa – 1995-1997

Algumas respostas não geram prolongamento de polêmicas, e nem sempre contestam a opinião do colunista, como a discussão sobre a prestação de contas do

prefeito Alceu Collares, que governou a cidade entre 1986 e 1988. Em 26 de outubro 95, o tópico “Collares” informa:

Com a abstenção de nove vereadores do PT e o voto contrário de João Verle, da mesma bancada, a Câmara aprovou ontem as contas do ex-prefeito Alceu Collares.

O PT alegou que Alceu Collares está sub judice na ação popular movida por irregularidades na venda de terrenos da prefeitura. Naquele episódio, em plena campanha eleitoral, o TCE entendeu que o prefeito não era ordenador de despesa.

O vereador Isaac Ainhorn pretende dar o troco. Tramita na Câmara a prestação de contas do primeiro ano da administração Olívio, onde está pendente a intervenção do transporte coletivo de Porto Alegre. Um prejuízo de milhões de dólares.

O vereador do PT enviou resposta no mesmo dia, publicada na coluna em 27 de outubro de 95, no tópico “Contas do prefeito”:

*Preocupado com o que considera ‘imprecisões’ da informação publicada ontem nesta coluna, o vereador João Verle (PT) **faz algumas observações** sobre a votação das contas do ex-prefeito Alceu Collares e Olívio Dutra.*

-Na votação das contas de 1988, do prefeito Collares, os nove vereadores do PT presentes à sessão no momento da votação abstiveram-se, inclusive eu.

-Votaram contra a aprovação das de 1988 os vereadores Haggemann e Pujol. A favor votaram 14 vereadores.

-A Câmara de Porto Alegre já aprovou as contas dos dois primeiros anos do governo Olívio Dutra (1989 e 1990), estando pendentes as contas dos dois últimos anos.

Verle acrescenta que as contas de 1991 já foram aprovadas pela unanimidade dos presentes, mas o vereador Vilton Araújo requereu renovação da votação, o que depende de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Em 4 de novembro de 1997, no meio de uma intensa discussão interna retratada na coluna, o prefeito Raul Pont enviou opinião criticando o governador Antônio Britto e seu comportamento sobre a Lei Kandir.

Pont e a Lei Kandir

O prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, oferece reparos à determinação do governador Antônio Britto de enfrentar o ministro Kandir, amanhã, em Brasília.

Pont aproveitou a notícia antecipada ontem pela Página 10 para lembrar a posição adotada pela prefeitura petista desde a elaboração do projeto no Ministério do Planejamento.

Em carta ao colunista, o prefeito lembra que há mais de um ano vem apontando as falhas da Lei Kandir.

Em agosto de 1996, a prefeitura publicou nota com duras críticas.

Prefeito aviva memória

Outro trecho da carta do prefeito Raul Pont:

“Nesta época, o governador Britto e o secretário Busatto sustentavam a fórmula de ressarcimento que hoje é questionada por todos os governantes, inclusive o gaúcho. Por que o governo não consultou os municípios na época em que defendia a implantação da lei? Enquanto prefeituras e parlamentares denunciavam os prejuízos que a lei provocaria, o governador e o secretário sequer ouviam estas considerações”.

Outro exemplo de relação que não gerou debate prolongado nem ânimos acirrados aconteceu em agosto de 1997. No dia 20, o tópico *Veículo* afirmava:

Estava errado o deputado Flávio Koutzii. A inspeção veicular é cobrada na França. Só há gratuidade para os táxis.

Flávio Koutzii mandou correção, publicada no dia seguinte (21 de agosto) publicada em tópico que recebeu o mesmo título da véspera (*Veículo*):

*O deputado Flávio Koutzii (PT) **comprova**, com as notas taquigráficas de sua manifestação, que jamais disse que as vistorias de carros são gratuitas na França.*

- As vistorias na França são feitas em veículos com mais de cinco anos, enquanto aqui no Estado vai ser obrigatória inclusive para carros novos, o que evidencia seu caráter comercial caça-níquel.

Em 13 de dezembro de 1997, o tópico *Privilégios* reproduz um raro elogio à coluna, enviado pelo deputado estadual Flávio Koutzii.

*O líder do PT, Flávio Koutzii, **destaca em carta** que a coluna com “a agudeza adequada”, a “carona” que os juizes da Justiça Militar e os conselheiros do Tribunal de Contas pegaram na onda da unificação dos tribunais e no reajuste a título de verba de representação.*

Discorda de que nas duas votações ninguém tenha ficado ruborizado em plenário. Observa que sua bancada mostrou mais uma vez a diferença com os partidos do campo governista, “votando contra os privilégios, especialmente no que se refere à gestão amoral e clientelista dos recursos públicos”.

5.3 Prévias - 1996

No dia 29 de março de 1996, a PÁGINA 10 anunciou que só “filia­dos ou simpatizantes do PT”, reproduzindo trecho da nota divulgada pelo Diretório Municipal, poderiam assistir aos debates entre os pré-candidatos à Prefeitura de Porto Alegre. Era o período de prévias internas no partido para escolher quem seria o candidato à sucessão de Tarso Genro. Para o colunista, esta decisão caracteriza censura. O título do tópico é “*PT veta imprensa nos debates*”. Os motivos, ele apresenta na primeira frase:

Para evitar que os conflitos internos venham a público, o comando do PT decidiu vetar o acesso da imprensa aos debates internos entre os candidatos das prévias.

No dia seguinte, 30 de março, não há informações sobre o debate, apenas um tópico de título “*Roupa*”, com a reação do PT:

Diante das críticas, o presidente municipal do PT, jornalista Pilla Vares, explica que o partido reservou dois debates para ‘lavar a roupa suja’ com o acesso apenas para a militância do partido.

A PÁGINA 10 continuou acompanhando a movimentação interna, mas não divulgou nenhuma informação a respeito dos dois debates exclusivos para os militantes do PT. Por exemplo: o tópico *Virada*, de 3 de abril, registra:

Otimista, o pré-candidato Clóvis Ilgenfritz distribuiu nota à imprensa trombeteando ‘uma virada na campanha rumo às prévias do PT.

No mesmo dia, o tópico *Apoio crítico e muitas farpas* descreve:

A deputada Luciana Genro (PT) e dirigentes da CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores) formalizaram ontem o apoio à pré-candidatura de Raul Pont à prefeitura de Porto Alegre. Um documento entregue ao candidato promete ‘apoio de forma crítica’ – uma ressalva pelas diferenças entre a CST e facção Democracia Socialista (DS), comandada por Raul.

Filha do prefeito Tarso Genro, a deputada manifesta apoio ‘não só pela representatividade’ de Pont, mas ‘para dar um passo adiante no sentido de derrotar o projeto colaboracionista da maioria da direção nacional do PT, representada nesta prévia por Fortunati e Clóvis.

No dia 5 de abril de 1996, a PÁGINA 10 informou no tópico *Luciana provoca guerra*, a **reação** dos apoiadores de Fortunati:

As farpas disparadas pela deputada Luciana Genro, apoiando Raul Pont e rotulando outros pré-candidatos de “colaboracionistas”, provocaram novo conflito no PT. Atingida pelas críticas, a coordenação de campanha de José Fortunati emitiu nota rebatendo as acusações, que tiveram um colorido especial por sua condição de filha de Tarso Genro.

“A Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e a deputada Luciana Genro não têm acompanhado a vida partidária e optaram por uma prática fracionista dentro do PT. Saíram do PT para fundar outro partido e parece que ainda não retornaram”, ironizam os escudeiros de Fortunati.

Quanto à acusação de contar com o apoio da direção colaboracionista, a coordenação classifica como fora dos “padrões de conduta e ética partidárias”.

Em 7 de março, o tópico *Ungido* analisa o comportamento do prefeito Tarso Genro em relação às prévias internas:

Todos os movimentos do prefeito Tarso Genro até agora apenas consolidam, na prática, a candidatura de Raul Pont. Inclusive sua postura de magistrado.

Um mês depois, domingo, 7 de abril, no tópico *Opções na esquerda*, o jornalista conjetura um sentimento de traição por parte do pré-candidato José

Fortunati em relação a Tarso Genro.

Desta vez, o prefeito enviou carta rechaçando a conjectura, publicada no dia seguinte, 8 de abril de 1996. O tópico teve o título *Posição nas prévias* e o texto abaixo:

O prefeito Tarso Genro esclarece sua posição nas prévias do PT, mencionada nesta coluna, na edição de domingo: “A respeito de uma eventual sensação de traição (por parte da candidatura Fortunati) face à neutralidade que assumo, afirmo que este pensamento não existe e informo:

1. Realmente a minha conduta não está pautada por uma eventual candidatura ao governo em 1998. Seria incorreto agir dessa forma. Esse é um debate para 1997;

2. Todo o meu comportamento em relação às prévias tem sido discutido com o partido e também com os coordenadores das pré-candidaturas. Ele visa a manter a prefeitura fora da disputa interna, pois o governo não está subordinado a nenhuma corrente partidária. Seria, portanto, injusto jogá-lo na defesa de quaisquer das posições.

Eis os critérios que sustentam o meu procedimento”.

O último debate, aberto ao público, foi dia 9 de abril e a PÁGINA 10 **repercutiu** no dia seguinte: “*Culpa da imprensa*”, foi o título do espaço central da página, com duas fotos, revelando o que considerou mais importante. “*A imprensa foi quem mais apanhou no debate entre os candidatos às prévias do PT*”, abre o

texto. Continua citando a frase do “jornalista Pilla Vares”: “*É a imprensa que quer nos dividir*”. Na opinião do colunista, as críticas da imprensa eram amenas: “*A guerra feroz não chega a ser retratada na imprensa*”. No tópico “*Sem resposta*”, um dos cinco dedicados ao debate neste dia, o colunista escreveu:

O pré-candidato Raul Pont deve explicar melhor o que entende por imprensa burguesa.

Será a mesma que divulga as pesquisas favoráveis ao PT?

Já o tópico “*Último debate*” anuncia um debate na TV no dia seguinte, “*sem torcida e sem censura*”.

A coluna continuou acompanhando detidamente a disputa interna petista e instigando manifestações, como fez no tópico *Segredo bem guardado*, publicado no dia da prévia, 14 de abril de 1996:

O prefeito Tarso Genro preferiu esquecer promessa inicial, reiterada há três semanas no programa RBS Entrevista, de abrir seu voto caso um dos candidatos revelasse melhores condições de vitória nas pesquisas.

Faltando poucas horas para as prévias, Tarso continua no muro.

O tópico *Pont sobe na bolsa* cogita a vitória de Raul Pont na prévia, devido aos apoios entre as maiorias de vereadores, secretários municipais, nas direções estadual e municipal do PT e pelo apoio de Olívio Dutra. As chances de Fortunati estariam no apoio dado pela maioria dos deputados federais e numa parcela específica dos filiados: “*Sua chance está nos filiados que não fazem parte das facções*”.

Mas ninguém do PT respondeu às notas, mesmo depois de definido candidato, Raul Pont.

5.4 Disputa interna - 1997

No domingo, 11 de maio de 1997, PÁGINA 10 dedicou metade vertical para analisar as tendências internas e suas preferências entre Olívio e Tarso para a candidatura ao governo do Estado. A prévia que escolheu Olívio candidato aconteceu somente em março de 1998, antes dela – em 1997- houve a eleição para nova direção estadual do PT, mas as conjeturas sobre a prévia já existiam. Assim, o assunto iniciado dia 11, domingo, teve seguimento em 12 de maio, dois tópicos **avaliam** campanhas internas de Tarso e Olívio.

Um grupo com forte representação partidária vai se dedicar a policiar o processo de definição do candidato do PT. Tem tarefa de evitar a radicalização do debate entre as correntes... Este foi um dos assuntos avaliados durante o final de semana (foto).

Era uma reunião do Diretório Estadual.

Na terça-feira, 13 de maio, o assunto continuou, desta vez com **notas enviadas** por algumas das tendências citadas no domingo. O colunista faz questão de referir o movimento das tendências do PT em responder às especulações, destacados em negrito nas reproduções abaixo:

Abaixo de uma foto do secretário geral municipal do PT, Paulo Ferreira e do secretário municipal Estilac Xavier, identificados com a corrente PT Amplo e Democrático o tópico “*PT evita cisão*” informa:

*Em nota enviada à coluna, o PT Amplo e Democrático revela preocupação em evitar uma cisão no partido resultante do confronto entre Olívio Dutra e Tarso Genro. A facção mais moderada prefere segurar sua preferência por Tarso, **exposta** na Página 10 de domingo:*

“O PT Amplo preocupa-se, no momento, essencialmente com o processo: que seja democrático e sem traumas para a escolha do candidato. Defendemos que a definição seja por consenso, consultando a base partidária, avaliando a repercussão social de cada candidato e que o mesmo represente a melhor solução para vencer FHC e Britto”.

Redigida por seus coordenadores Estilac Xavier (D), secretário de Obras, e Paulo Ferreira (E), a nota destaca a existência de “duas extraordinárias figuras públicas” - Tarso e Olívio - e insiste na preservação da “unidade do partido como condição para derrotar as forças do neoliberalismo”.

Outra corrente foi a fonte do tópico “*Mais uma facção*”:

*Outras manifestações **chegam** à redação, a partir das informações publicadas na PÁGINA 10 sobre as facções do PT. O deputado Valdeci Oliveira nega que seja integrante da Articulação de Esquerda, conforme foi publicado na coluna de domingo.*

*O deputado **informa** que integra o Coletivo Cidadão, uma facção até então desconhecida e que está alinhada com o Fórum das Esquerdas.*

Esta informação leva a uma conclusão do colunista, descrita no tópico “*Divergência em SM*”:

*O deputado federal por Santa Maria **externa** uma posição diferente de seu conterrâneo Marcos Rolim, deputado estadual. Valdeci Oliveira propõe a candidatura de Olívio Dutra para governador e de Tarso Genro para presidente da República.*

Por fim, uma terceira tendência revelou pela coluna sua posição sobre a disputa pela candidatura ao governo do Estado em “*Coluna errou*”:

*Pela coordenação do Coletivo J. L. Carneiro Cruz, o porta-voz Namir Bueno **informa** que a facção liderada pelo presidente da Câmara de Porto Alegre, vereador Clóvis*

Ilgenfritz, não firmou posição sobre candidato a governador. A coluna especulou sobre a tendência de apoio a Tarso Genro.

No segundo semestre de 1997, período em que o PT renovou suas direções nacional, estaduais e municipais, a troca de notas e o debate entre correntes partidárias na PÁGINA 10 continuou. Em 11 de agosto, dois tópicos (com títulos destacados) deram início a uma nova discussão:

Ruptura no PT

Cresce no PT gaúcho uma situação já vivenciada há quatro anos.

Pode haver uma ruptura, com a saída do partido dos setores mais radicais da Articulação de Esquerda, facção majoritária do partido.

Conscientes do prejuízo provocado pelo grupo nas negociações com o PDT, alguns líderes do comando nacional e estadual entendem que existe um partido dentro do PT. Não é uma facção. Algo que se tornou incontrolável, devido ao radicalismo exacerbado.

Radicais fora de controle

Em 1993, radicais da Convergência Socialista foram expurgados e fundaram o PSTU. O mesmo pode ocorrer com

o grupo feroz Articulação de Esquerda, que está levando o PT a uma encruzilhada.

Setores ligados aos sem-terra e uma burocracia intelectual estão fora do controle e podem comprometer o desempenho eleitoral do PT.

As respostas das tendências mencionadas foram publicadas no dia seguinte, 12 de agosto de 1997.

Esquerda reage

Coordenador nacional da Articulação de Esquerda, o petista gaúcho Jorge Branco denuncia jogo político “desqualificado” dos moderados para combater a candidatura Olívio Dutra ao governo do Estado.

Garante que os radicais não vão deixar o partido.

Saída de Buaiz

Jorge Branco festeja a saída do governador Vitor Buaiz do PT. Considera um avanço para o partido.

-Na prática, nunca aplicou o programa do partido. Ele é um Britto que estava no PT.

Luciana não confia

A líder da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), deputada Luciana Genro, rebate possíveis pressões para deixar o partido.

- *Se alguém está no lugar errado são eles. Temos uma tradição de luta e radicalidade, eles não têm autoridade para pedir a cabeça de nossos companheiros.*

A deputada, que sempre foi contrária à aliança com o PDT, entende que Brizola está apenas querendo barganhar uma posição melhor na coligação.

- *A manifestação de Brizola deixa bem claro que o PDT não é confiável. A cúpula decide e não respeita a base. Isto é política rasteira.*

Ainda em agosto, dia 26, um novo tópico, *Tarso propõe enquadramento dos radicais*, deu início a nova troca de notas dentro do PT através da coluna:

O ex-prefeito Tarso Genro revela preocupação com a convenção nacional do PT no final da semana, no confronto entre os moderados de José Dirceu e os radicais de Milton Temer. Em entrevista distribuída pela agência Globo, Tarso chega a propor o enquadramento dos segmentos mais radicais, incluindo a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), integrada pela sua filha, deputada Luciana Genro.

Candidatura – “O que entendi que ele (Lula) tinha me dito deixa de ser relevante. Interessa é o que ele disse por último. A mim ele repetiu que não se considera candidato e que eu deveria retomar minha agenda nacional. Agora o importante

é que ele está disposto a assumi-la. Eu luto para que assuma logo”.

Radicalização – “Se o debate na convenção for elevado e qualificado, sairemos fortalecidos. Se o encontro descambar para retaliações pessoais e disputa de correntes sem conteúdo, o partido vai rachar e ficar fragilizado no ano que vem”.

As respostas foram divulgadas no dia 28 de agosto nos tópicos abaixo reproduzidos, com os títulos sublinhados para facilitar a leitura.

Esquerda reage às críticas de Tarso

O deputado federal Miguel Rossetto (PT) em nota oficial rebate algumas declarações do ex-prefeito Tarso Genro, publicadas nesta coluna na edição de segunda-feira.

Considera um equívoco a manifestação de Tarso contra os 10% de radicais do PT que, na sua opinião, devem ser “enquadrados”.

- São gratuitas e descontextualizadas as declarações do ex-prefeito Tarso Genro, sobre o pretexto enquadramento das correntes de esquerda no encontro nacional do PT. O Tarso Genro sabe melhor do que

ninguém que os problemas do PT são de natureza política e não administrativa.

Parceiro desinformado

*Identificado com a candidatura de Milton Temer para a presidência nacional do PT, Miguel Rossetto **chega a insinuar** que Tarso Genro está desinformado das práticas políticas internas do PT.*

- Quem propõe que questões disciplinares sejam o centro dos debates do encontro nacional, não entendeu nada do período da luta política e das tarefas do PT.

Miguel Rossetto diz que os problemas de disciplina “se localizam na direita do PT, tanto em aspectos éticos quanto pragmáticos”.

Resposta na convenção

*A Tendência Articulação de Esquerda, principal alvo das declarações de Tarso Genro, promete dar o troco durante o encontro nacional no fim de semana no Rio de Janeiro. Um dos seus principais líderes do grupo, Jorge Branco, **também reage:***

- O que tem de ser enquadrado é o oportunismo eleitoral e o carreirismo de alguns companheiros. Isso é uma jogada política para encobrir a incompetência da cúpula nacional.

No dia 29 de agosto, as notas enviadas à coluna foram de apoio a Tarso Genro e de crítica às manifestações publicadas na véspera:

Duas caras

*Os deputados Luiz Mainardi e Esther Grossi **enviam nota rebatendo** as afirmações dos colegas Miguel Rossetto e Jorge Branco, que criticaram o oportunismo da cúpula nacional petista.*

“Os companheiros Rossetto e Branco bem poderiam auxiliar na tarefa de fortalecer o PT, que tem se tornado mais difícil pela postura que têm assumido, de fazer um discurso para dentro do partido e outro para fora, quando o assunto é aliança com o PDT. Que se engajem mais no partido e menos das disputas internas”.

Em 21 de outubro de 1997, o tópico *Pont provoca confronto no PT* deflagrou uma seqüência de outros, originados por manifestações do partido na coluna:

A declaração do prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, de que Tarso Genro deve aceitar a condição de candidato a vice-governador de Olívio Dutra provocou uma guerra dentro do PT, entre as correntes. A declaração foi entendida como uma manifestação da preferência do prefeito de Porto Alegre por Olívio Dutra, correspondendo ao mesmo apoio que Olívio lhe deu quando estava por ser definida a sua candidatura em 1996. Há um acordo antigo nesta questão, que resultou na candidatura de Raul a prefeito e Olívio a governador, com o apoio dos segmentos mais à esquerda e majoritários no PT. A proposta valeria também para a hipótese de Tarso ser o prefeito do PT, ficando Olívio como vice. Olívio deixou claro em meio ao debate que prefere que seu vice seja um representante do PDT, de certa forma dispensando a participação de Tarso Genro na chapa. Aposto numa chapa de unidade.

Em 22 de outubro, a coluna registrou a reação de Raul Pont, em *Prefeito vê má-fé* e se defendeu:

O prefeito Raul Pont viu má-fé na coluna de ontem, na interpretação de entrevista anterior a Zero Hora. O prefeito não conseguiu trabalhar depois das declarações que deu analisando o debate sobre a sucessão no PT. A reação foi imediata.

A coluna apenas publicou declarações de seus companheiros, começando pelo vice-prefeito José Fortunati, que tomou a iniciativa de telefonar.

O episódio apenas revela a contundência do conflito interno, na disputa entre as correntes pela condição de candidato a governador.

No dia seguinte, 23 de outubro, o tópico *Afinidade* informou quem estava apoiando Raul Pont:

O líder do PT na Assembléia, deputado Flávio Koutzii, considerou um ato de clareza política e maturidade a proposta do prefeito Raul Pont, que defende Olívio Dutra e Tarso Genro na chapa majoritária.

Em 28 de outubro novo tópico, *De olho nas massas*, deu novas informações sobre as negociações internas do PT:

A proposta feita pelo prefeito Raul Pont para que Olívio Dutra e Tarso Genro participem da chapa majoritária do PT ao governo e ao Senado, ganha importantes adesões, dentro de um movimento articulado a partir da prefeitura de Porto Alegre.

Foi elaborado um manifesto intitulado Caminho da Vitória com o apoio de deputados e importantes dirigentes do PT.

Na quinta-feira haverá um jantar no restaurante Copacabana, às 20h, onde serão anunciadas novas adesões em torno de um bom prato de massa.

Com o manifesto, os possíveis partidos aliados (PDT e PSB, entre outros) são colocados à margem das negociações.

A coluna continuou informando e interpretando as discussões internas no tópico *Soldado*, de 3 de novembro de 1997:

Tarso Genro fica irritado quando questionado sobre a possibilidade de ser o candidato a vice de Olívio Dutra, que é o nome mais forte no PT. Não é soldado do partido. Só admite concorrer ao governo do Estado ou à Presidência da República.

*Tarso **emitiu nota** criticando o movimento que prega uma dobradinha sua com Olívio para aumentar as chances de vitória do PT.*

Por fim, em 25 de novembro, os tópicos informam a possibilidades de vitória de cada um dos dois pretendentes a vaga de candidato a governador pelo PT:

Olívio já conta com maioria

O ex-prefeito Olívio Dutra consolidou o apoio majoritário das correntes de esquerda ao receber ontem o respaldo formal da Democracia Socialista (DS), segunda mais importante tendência (20% do partido), que tem o prefeito

Raul Pont como sua expressão política maior. Olívio já havia recebido o apoio da Articulação de Esquerda (40% do partido), que realizou uma convenção da corrente em 24 de abril último.

No domingo à noite, a DS reuniu seus principais líderes, entre eles os prefeitos Raul Pont (Porto Alegre) e Pepe Vargas (Caxias do Sul), para avaliar as candidaturas de Tarso Genro e Olívio Dutra.

Por ampla maioria de votos foi firmada uma posição favorável a Olívio Dutra como “candidato que é a expressão da luta popular capaz de empolgar a sociedade”.

Tarso só tem chance com prévia

A definição da DS antecipa de certa forma o desfecho da convenção, porque a maioria dos convencionais acompanha a decisão das correntes. Se for mantida na convenção a fidelidade que tem marcado decisões anteriores, Olívio já conta hoje com 60% da preferência.

Tarso Genro é citado no documento da DS como um nome para compor a chapa majoritária, como já havia antecipado Raul Pont há duas semanas. A corrente entregará uma carta de apoio a Olívio Dutra amanhã. Resta a Tarso torcer por uma decisão favorável às prévias na reunião nacional, dias 12 e 13.

Equívoco

A vereadora petista Maria do Rosário discorda da posição de apoio aberto a Olívio Dutra adotada pelos integrantes da corrente Democracia Socialista:

- Respeito a decisão, mas entendo que é equivocado colocar a disputa em torno de personalidades.

5.5 Confidenciais - 1997

A coluna de 26 de maio de 1997 ocupa $\frac{1}{4}$ da página, na vertical, com especulações sobre a instalação de um escritório onde o presidente estadual do PT, Olívio Dutra, organizaria sua campanha na disputa das prévias internas pela indicação do candidato ao governo do Estado. Estes são os textos, com os títulos destacados.

Equipe de governo

Beneficiado pela condição de presidente regional do PT, Olívio Dutra intensifica sua campanha interna pela condição de candidato a governador.

Na semana passada, montou um escritório político na Rua Lima e Silva (Cidade Baixa) para encaminhar de forma mais profissional a disputa com Tarso Genro.

Um grupo de técnicos começa a montar seu plano de governo.

Nova estratégia

Uma equipe de campanha vai contribuir para a definição de uma nova estratégia para Olívio Dutra, evitando desgastes que possam comprometer a vantagem que tem hoje dentro das correntes petistas, comprovada nas convenções realizadas nos municípios.

Os assessores não gostaram do desempenho do candidato no debate realizado com Lasier Martins no Canal 20 da NET.

Um desastre. Olívio levou a pior no confronto com o secretário da Fazenda, deputado César Busatto, e com o líder do governo, deputado Paulo Odone, quando entrou em discussão a vinda da GM.

Apoio de Pont

A equipe montada por Olívio é composta por economistas, técnicos e professores universitários, todos identificados com o PT, que farão um trabalho específico com vistas ao Piratini.

A coordenação fica com o economista Calino Pacheco, diretor do departamento de pesquisa de emprego e desemprego da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

O candidato decidiu investir no Interior. O apoio do prefeito Raul Pont (C) deixa Olívio Dutra tranqüilo em relação a Porto Alegre.

No dia seguinte, 27 de maio de 97, o presidente do PT enviou carta à coluna, publicada abaixo de uma foto de Olívio Dutra acompanhado de Lula tomando chimarrão. O texto é o que segue:

Olívio escreve

O presidente regional do PT, Olívio Dutra (E), escreve ao colunista. “Distinguido em três notas na tua Página 10, prazerosamente informo o seguinte”.

Segue uma detalhada avaliação sobre a sucessão estadual. Olívio fala na responsabilidade que tem como presidente regional do partido e nega sua pré-candidatura a governador.

“Não sou pré-candidato, nem candidato ao governo do Estado, até porque tenho ciência e consciência da minha responsabilidade como presidente do partido e não confundo as duas coisas. Tenho o Tarso como companheiro e não como adversário”.

Nega que tenha montado - nem pretende montar -um escritório político para “qualquer disputa”. Observa que o PT tem um projeto para o RS que deve ser constantemente aperfeiçoado.

Quanto à recente entrevista a Lasier Martins no canal 20, diz que foi “uma oportunidade em que mostramos os desacertos do governo na sua política agrária, industrial e tributária, particularmente o caso GM”.

5.6 Conflito direto - 1998

A disputa PT- PÁGINA 10 teve os momentos de maior tensão no segundo semestre de 98. As respostas, que antes eram enviadas através de notas para serem publicadas na própria página, passaram a ser dadas em espaços pagos. Desta maneira, oficialmente o PT abandonara a prática de utilizar a própria coluna para o debate de idéias e passava a atacar a coluna em outros espaços. O episódio que marca esta mudança se deu em agosto de 1998 e teve origem remota na campanha de 1994. Naquele ano, a Frente Popular (PT, PSB, PCB) denunciou, em programa de TV e em panfletos, suspeitas de corrupção na Previdência Social enquanto o Ministro era o candidato ao governo Antônio Britto. A denúncia foi ainda no primeiro turno, Britto entrou com processo na Justiça e o presidente do PT na época, Ronaldo Zülke e o coordenador de campanha, Laerte Meliga, foram processados.

Em 3 de agosto de 1998, a coluna referia-se a decisões da Justiça sobre o processo em dois tópicos:

Golpe

O calote eleitoral provocado na eleição de 1994 pelo ex-presidente regional do PT Ronaldo Zülke e Laerte Meliga terá desdobramento natural, quatro anos depois.

O eleitor não é bobo.

Não houve qualquer manifestação do comando do PT que revele discordância com o crime eleitoral cometido pelos dois companheiros.

Cuidado

Depois das denúncias de Ronaldo Zülke e Flávio Koutzii, a imprensa terá mais cuidado em abraçar acusações, especialmente aquelas feitas sob o manto da imunidade (impunidade?) parlamentar.

Estes dois tópicos saíram, um acima do outro, no centro da página em uma coluna. À esquerda, em largura de duas colunas, abaixo, foi publicado o tópico “*Moderados em faixa própria*”, sob foto de um grupo de candidatos do PT, acompanhados de Tarso Genro.

A **resposta** do PT aconteceu em 5 de agosto, em nota paga publicada no rodapé da página 3 do jornal Zero Hora. Em nove parágrafos numerados, o PT defendeu seus dois dirigentes e estabeleceu que a disputa é com Antônio Britto e também com a PÁGINA 10.

APÊNDICE

NOTA À POPULAÇÃO - ÉTICA, JORNALISMO E ELEIÇÕES

1. A coluna Página 10 do Jornal Zero Hora vem, sistematicamente, demonstrando seu comprometimento com a candidatura oficial do senhor Antônio Brito. Não há nela qualquer neutralidade nem objetividade jornalística.
2. Na edição deste domingo (1/8), a coluna ultrapassou todos os limites recomendados pela ética, da verdade e das mais básicas noções de independência jornalística. Manipula de forma evidente uma decisão não definitiva da Justiça, envolvendo Ronaldo Zülke e Laerte Meliga, com claro intuito de influenciar a disputa eleitoral do presente ano.
3. Não é verdade, como diz o colunista, que a Justiça Eleitoral posicionou-se quanto à existência ou não de irregularidades no Ministério da Previdência. Não é competência do TRE apurar estes fatos, além do que, meses após as eleições de 1994, o principal envolvido no escândalo denunciado pela Frente Popular, Cesar de La Cruz Arrieta, teve sua prisão determinada pela Justiça Federal.
4. Também não é verdade, conforme afirma o colunista, que a CPI era anterior à gestão de Antônio Brito no Ministério da Previdência. É fato público, notório e documentado que só o afa governista do colunista permite ocultar.
5. Era mais uma vez o colunista ao afirmar que os documentos utilizados pela Frente Popular eram falsos. Todos os documentos utilizados pela Frente eram oficiais. Sobre isto, responderá o colunista à Justiça Comum em ação criminal movida pelo Partido dos Trabalhadores.
6. Omite o colunista a existência de quatro outros processos sobre o assunto, todos com julgamento favorável à Frente Popular. Sobre estes, o colunista não publicou notas sensacionalistas ou buscou conclusões definitivas. Calou.
7. Em razão dos excessos cometidos, acionaremos judicialmente o colunista por calúnia e solicitaremos direito de resposta para repor a verdade sobre os fatos.
8. O desespero demonstrado pelo inusitado nível de agressividade da matéria certamente é produto das dificuldades da candidatura oficial que, sem propostas e sem explicações para as derrotas a que levou o Rio Grande do Sul, vê sua candidatura frassar.
9. O Rio Grande não se deixa enganar. A candidatura Olívio Dutra cresce em todo o Estado. A candidatura de Ronaldo Zülke a deputado estadual está mantida. Os ataques só redobram a mobilização a favor da mudança e da vitória de Olívio Dutra. Esta é a tradição do povo gaúcho e da militância da Frente Popular.



PARTIDO DOS TRABALHADORES - RS

A linha do tempo desta foto é fornecida pelo Jornal da UFRS.

No primeiro parágrafo, a nota do PT acusa: “1. A coluna Página 10 do Jornal Zero Hora vem, sistematicamente, demonstrando seu comprometimento com a candidatura oficial do senhor Antônio Britto. Não há nela qualquer neutralidade nem objetividade jornalística”.

Na abertura do segundo parágrafo, afirma que “a coluna ultrapassou todos os limites recomendados pela ética, da verdade e das mais básicas noções de independência jornalística”. Definido os adversários, o texto defende os dirigentes Laerte Méliga, que integra a coordenação de campanha e Ronaldo Zülke, ex-presidente do PT em 94 e candidato a deputado estadual. As referências a José Barrionuevo são sempre adjetivadas: “Não é verdade, como diz o colunista, que a Justiça Eleitoral posicionou-se quanto à existência ou não de irregularidades no Ministério da Previdência”, afirma no terceiro parágrafo. “Também não é verdade, como afirma o colunista”; “é fato público, notório e documentado que só o afã governista do colunista permite ocultar” (quarto parágrafo); “Erra mais uma vez o colunista...”; “Sobre isto, responderá o colunista à Justiça Comum...” (quinto); “Omite o colunista...”; “Sobre estes, o colunista não publicou notas sensacionalistas ou buscou conclusões definitivas. Calou” (sexto); “Em razão dos excessos cometidos, acionaremos judicialmente o colunista por calúnia...” (sétimo). No oitavo parágrafo, o PT verifica um “desespero” como “produto das dificuldades da candidatura oficial”. Por fim, afirma o crescimento da candidatura de Olívio Dutra, a manutenção da candidatura de Zülke (que elegeu-se deputado estadual) e que “os ataques só redobram a mobilização a favor da mudança e da vitória de Olívio Dutra”.

Barrionuevo **respondeu** em 6 de agosto em *Nota do PT*, com o seguinte texto:

O PT publicou nota ontem em ZH com acusações a este colunista e contestação à informação de que dois dirigentes do partido foram condenados por crime eleitoral.

As respostas à nota estão contidas nas sentenças de condenação e na reafirmação desta coluna de manter a postura de narrar e comentar fatos relevantes da política, independentemente de eventuais contrariedades vindas de qualquer partido que seja.

A liberdade de expressão, vale ressaltar, é assegurada pelo jornal aos seus colunistas.

O resto é jogo eleitoral.

Em 10 de agosto, entrando nesta discussão, a coligação Rio Grande Vencedor - liderada pelo governador que concorria à reeleição e adversária da coligação Frente Popular, liderada pelo PT - publicou nota no mesmo espaço em que o PT havia publicado em 5 de agosto de 1998, no rodapé da página 3 (Informe Especial) de ZH.

A PEDIDO

PT, CALÚNIA, CONDENAÇÃO E FUGA

O Rio Grande do Sul assistiu nos últimos dias a uma preocupante reação do PT, Partido dos Trabalhadores, à recente condenação de dois dos seus principais líderes no Estado à pena de prisão pelo crime de calúnia cometido contra o candidato Antônio Britto.

Relembremos os fatos. Véspera da eleição, 1994, o PT distribuiu folhetos e informações caluniosas tentando vincular Britto a escândalos na Previdência.

Britto durante semanas sofreu o pior dos prejuízos: acusado do que não era verdade, mais que votos perdidos, via atingida sua honra, sua imagem. Explicou ao Rio Grande todos os fatos, apoiado pela decisão da Justiça Eleitoral de conceder-lhe direitos de resposta nos horários do próprio PT naquela

campanha.

Faltava a palavra da Justiça sobre as calúnias. E ela veio. A sentença condenou o presidente e o coordenador da campanha do PT a um ano e um mês de prisão. Agora, há poucos dias, o Tribunal Regional Eleitoral POR UNANIMIDADE confirmou a sentença.

Qualquer democrata tiraria do episódio uma só lição: aprender a não caluniar. A não confundir a luta política com a utilização de armas imorais e ilegais, as mesmas usadas por Collor contra Lula.

Para surpresa e tristeza de todos nós, a reação do PT começou por considerar a decisão da Justiça

nota oficial publicada no último dia 5, passou a pressionar a imprensa que divulgou a condenação à prisão de seus dois expressivos líderes.

Não se faz política assim. Pelo menos no Rio Grande. O confronto das idéias, a firmeza na disputa eleitoral - esses são orgulhos dos gaúchos. A mentira e o ódio murica foram usados por nós. Aqui, quem quiser fugir de sentenças à prisão por calúnia não deve procurar o caminho sinuoso e desrespeitoso de criticar a Justiça e pressionar a imprensa. Há um caminho mais fácil, PT: basta não caluniar.

Rio Grande Vencedor

PMDB PPB PTB PFL PSDB PL PSD PSC PSL PRP PT GO B

Intitulada PT, CALÚNIA, CONDENAÇÃO E FUGA, letras brancas em fundo preto, a nota critica o PT, dá a sua versão sobre o processo contra Zülke e Meliga e defende a imprensa: “E, em seguida, em nota oficial publicada no último dia 5, (o PT) passou a pressionar a imprensa que divulgou a condenação à prisão de seus dois expressivos líderes”. No último parágrafo, afirma:

“Não se faz política assim. Pelo menos no Rio Grande. O confronto de idéias, a firmeza na disputa eleitoral - esses são orgulhos gaúchos. A mentira e o ódio nunca foram usados por nós. Aqui, quem quiser fugir de sentenças à prisão por calúnia não deve procurar o caminho sinuoso e desrespeitoso de criticar a Justiça e pressionar a imprensa. Há um caminho mais fácil, PT: basta não caluniar”. Assina Rio Grande Vencedor - PMDB, PPB, PTB, PFL, PSDB, PL, PSD, PSC, PSL, PRP, PT do B.

Nem o PT, nem a Frente Popular responderam.

Em 27 de agosto, a Frente Popular veiculou novo direito de resposta, por causa do tópico *Cuidado* de 3 de agosto. Lembra a história do PT contra o regime militar e seus dirigentes, conforme reprodução de parte da página, abaixo:

Posse

A posse de Mauro Knijnik, amanhã, abre o processo de sucessão do ano 2000 para o comando da Federasul.

Além do termo de posse, o presidente da entidade assina um documento se comprometendo a não concorrer a um terceiro mandato.

Importância

A Federasul ganhou peso político a partir da gestão de Anton Biedermann. Hoje o cargo é disputadíssimo.

Galileu

Eppur si muove!!!

TIPODE DO SUL, em Santa Catarina.

EXERCÍCIO DE DIREITO DE RESPOSTA DA FRENTE POPULAR

A FRENTE POPULAR ocupa este espaço por decisão da Justiça Eleitoral. A acusação de golpe e calote eleitoral feita pelo colunista ofende a história do PT e de seus candidatos Olívio Dutra, Ronaldo Zulke e Flávio Koutzii. O PT se construiu contra o regime militar e contra todo tipo de golpe que ameace a democracia. O PT faz política com ética e seriedade, merecendo, por isso, a confiança do eleitor.

O ataque a Flávio Koutzii e aos dirigentes petistas, ofende também sua história pessoal, que, ao custo da própria liberdade, nos anos da ditadura militar, nunca deixaram de combater toda forma de opressão e manipulação da verdade.

Não há resposta explícita do colunista, mas é curiosa a reprodução da frase que Galileu pronunciou depois de um julgamento em que negou o movimento da Terra.

No dia 30, a Frente Popular teve novo **direito de resposta**, reproduzido abaixo:

Exercício de direito de resposta da Frente Popular concedido pela Justiça Eleitoral contra a Página 10 do jornal Zero Hora - II

Existem momentos que definem a vida de um povo por muitos anos. Este é um deles. Estamos às vésperas de eleições muito importantes, onde o debate político deve ser privilegiado.

Tudo que se diz neste momento tem conseqüências. Por esta razão, lamentamos profundamente o tipo de abordagem que nesta coluna foi feito. Substitui-se o debate das ações de governo por uma construção que atenta contra o equilíbrio do processo eleitoral, requeitando e distorcendo os assuntos conforme a conveniência do dia. Ofendem nossos dirigentes como foi o caso do nosso candidato a Deputado Estadual Ronaldo Zulke que tem uma história que orgulha a todos os petistas.

Inventam que o debate sobre a falta de competência no combate a irregularidades na Previdência "fraudou" as eleições de 1994. O debate sobre as ações de qualquer governo nunca fraudou nada. O que fraudou a opção consciente da população é a falta dele.

O Rio Grande não se deixa enganar. Os ataques só irão redobrar a mobilização a favor de Olívio Dutra, pois esta é a tradição do povo gaúcho e da militância da Frente Popular.

A nota foi diagramada em 4,8 cm de largura ano lado direito da página, sem referência do colunista, que ocupou o restante do espaço até o rodapé, com os seguintes tópicos, separados da nota petista por um traço grosso:

Atenção

Faltam 36 dias para a última grande eleição do século.
Hora de votar consciente.

Tempo

Meteorologistas prevêem tempo bom para o domingo da eleição.

Expointer

Hoje é um bom dia para passear na Expointer.

Sabedoria

**“What has no meaning admits no explanation.”
Thomas Jefferson**

Para uma coluna de política, que nunca se refere ao tempo, chama a atenção esta previsão com 36 dias de antecedência no primeiro tópico. No segundo, remete para o recurso utilizado pelo Jornal do Brasil que no dia da promulgação do AI-5, em 1968, anunciou mau tempo em Brasília.

A Expointer, referida no terceiro tópico, é uma feira agropecuária tradicional e a edição daquele ano havia começado no sábado, 29. Na agenda de Britto (conforme *Correio do Povo* de 30 de agosto de 1998) estava prevista sua visita a exposição no domingo, mesma data da publicação destes tópicos.

O último divulga uma frase do ex-presidente norte-americano Thomas Jefferson, tirada de uma carta que enviou a um conhecido na qual considerava “O Apocalipse” um texto extravagante e um tanto desprovido de nexos.

5.6.1 Confronto se acirra

Paralela a esta polêmica, houve outra, novamente gerando notas pagas nos jornais, que se estendeu até setembro. No dia 28 de agosto de 1998, sexta-feira, 10 dias depois do início do Horário Político Eleitoral Gratuito de rádio e televisão, a Frente Popular realizou seu primeiro comício de rua em Porto Alegre. Tinha a presença da chapa majoritária da Frente Brasil Popular, coligação integrada por PT, PDT, PSB e PC do B, com Lula (PT) candidato à presidência e Brizola (PDT) a vice. No Rio Grande do Sul, havia duas peculiaridades em relação a esta aliança: o PDT estava em outra coligação para o governo do Estado, com o PMN e PST, formando a Frente Trabalhista com candidatos próprios ao governo do Estado (Emília Fernandes) e ao senado (Pedro Ruas); a outra peculiaridade era o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), que apoiava Olívio Dutra, mas tinha candidato próprio ao Senado (Júlio Flores) e à presidência da República (José Américo).

Como Lula, apoiado pelo PDT, e Olívio Dutra, apoiado pelo PSTU, participavam do comício, os dois partidos estavam no palanque. O que a Frente Popular buscava, no momento, era concentrar apoios. Antes do primeiro turno, o PT buscara fechar acordo com o PDT e agora fazia todos os movimentos para evitar hostilidades. Comícios juntos, com os dois candidatos ao governo do Estado dividindo palanques, foram comuns na campanha.

Outros elementos importantes eram as pesquisas. Tanto as encomendadas pela imprensa quanto as internas dos partidos apontavam uma divisão do eleitorado entre Olívio e Britto. A pesquisa do Ibope divulgada em 23 de agosto, o domingo anterior ao comício da Frente Popular, mostrava 43% dos votos para Britto e 32%

para Olívio na pesquisa estimulada. Na espontânea, os números eram 25 a 19. Para o *Jornal da Eleição*, encarte de *Zero Hora*, este resultado justificou a afirmativa “vitória de Britto no primeiro turno, com 43% das intenções de votos”.

Britto, liderando a coligação Rio Grande Vencedor (RGV), estava repetindo, no primeiro turno de 98, a união que conseguira no segundo turno de 94: além de ter o PMDB, seu partido, e PSDB, conquistara também o PPB, um adversário histórico do PMDB desde os tempos de Arena e MDB, mais o PTB, PFL, PL, PSD, PSC, PSL, PRP, PT do B. Era o candidato do presidente da República. Era ele, portanto, o adversário da Frente Popular.

Em 29 de agosto, o ato da Frente Popular lotou o Largo Glênio Peres, com capacidade para 30 mil pessoas, no centro de Porto Alegre. O *Jornal da Eleição* destacou, com fotos, as presenças de Lula e Olívio, mas sequer referiu o número de pessoas presentes.

Foi a PÁGINA 10 quem publicou uma foto do público, colorida, no canto superior esquerdo da página, onde aparece destacadamente uma bandeira vermelha com a estrela amarela do PT. O título é “*PT mobiliza militantes*” e, embaixo da foto, o texto:

Faltando 37 dias para a eleição, o PT concentrou seu poder de fogo no comício de ontem no largo da prefeitura de Porto Alegre. Foi uma espécie de dia D, em meio a pesquisas que apontam para uma queda de Olívio Dutra e de Lula. O partido atingiu o objetivo. Foi uma concentração em que o PT revelou a força de sua militância, que invadiu o largo com suas bandeiras vermelhas. Todas as facções subiram ao

palanque abraçadas, ao lado de Lula e de Olívio, dando uma trégua ao conflito entre radicais e moderados.

No dia 31 de agosto, oito dos 14 tópicos da PÁGINA 10 estão relacionadas com a Frente Popular. Um afirmando que Olívio venceria se dependesse “*da preferência de quem ganha acima da 10 salários mínimos*” e tem “*instrução superior*”. Outro citando a rejeição a Britto em Porto Alegre, quase o dobro da de Olívio, o terceiro apontando o prefeito Raul Pont (PT) como comandante da mobilização de domingo no Brique da Redenção. Mais dois referiam-se ao comício afirmando que a Frente Popular “*acordou sua até então sonolenta militância*” e que “*com agilidade*” havia veiculado imagens do comício no programa de TV do sábado. Mas ressaltou: “*Não fez uma boa seleção de imagens*”. O sétimo tópico tem o título “*Moderados*”, noticiando um jantar em apoio a candidatura de Marcos Rolim a deputado federal: “*A organização é do ex-prefeito Tarso Genro*”.

O último tópico tem o título “*Direito de informar: a moralidade petista*”, onde reproduz parte de um editorial da *Folha de S. Paulo* afirmando ser “*uma questão de princípio para o PT: para todo o sempre ser eximido da crítica*”.

Em 2 de setembro, a PÁGINA 10 tinha 12 tópicos intitulados individualmente, das quais somente três não se referiam à Frente Popular, e outros cinco sob o título geral MIRANTE, dois deles relacionados à Frente Popular. Três tópicos estão ilustrados com fotos. A maior foto é a do primeiro, intitulado “*Campanha sem incidentes*”, mostra uma caminhada da coligação governista (RGV) na Praça da Redenção. Outra foto é de uma imagem na televisão do candidato ao

senado pelo PSTU, Júlio Flores, e a terceira é a do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro.

A **reação** da Frente Popular aconteceu dois dias depois, em 4 de setembro publicando uma nota paga no jornal Zero Hora respondendo à PÁGINA 10, reproduzida a seguir:

A PEDIDO

A verdade está nas ruas

Na última quarta-feira, dia 2 de setembro, a página 10 do jornal Zero Hora mais uma vez voltou a construir versão fantasiosa, com intrigas e informações erradas sobre a Frente Popular, com o objetivo de favorecer a candidatura oficial e pressionar a Justiça Eleitoral. Nestas eleições, por duas vezes o jornal foi condenado pela Justiça eleitoral a dar direito de resposta à Frente Popular por notas da Página 10.

Sistematicamente, é reforçada a versão oficial e ignorado o que infelizmente ocorre no Rio Grande:

- O governo Britto aumentou em 300 mil o número de desempregados e hoje nosso

Estado tem mais de 800 mil trabalhadores sem emprego;

- No primeiro semestre deste ano, a política do governo Britto levou a indústria gaúcha a apresentar o pior resultado do País, com queda de 4,1%;

- Nos três primeiros anos do governo Britto houve uma redução de 8% no setor agrícola gaúcho;

- O governo Britto deixou de aplicar R\$ 414 milhões na área da Saúde, descumprindo a lei.

Nada disso aparece nas manchetes. Só aparecem “boas notícias”. Boas para o candidato oficial, péssimas para o povo gaúcho, para quem não consegue um emprego ou um leito hospitalar. Ou para quem tem de pagar pedágio.

Assim como no passado, o resultado de pesquisas é divulgado de maneira parcial. Em 1994 também apareciam matérias dizendo que o “cavalo do comissário” venceria no primeiro turno, com 30 pontos de diferença. Também naquela eleição afirmavam que a campanha da Frente Popular não havia decolado e que a militância não estava entusiasmada. O resultado eleitoral provou o contrário.

O voto em 4 de outubro será uma opção consciente do eleitor. Porque as pessoas não moram na televisão ou nas páginas dos jornais. Os cidadãos, os eleitores vivem na vida real, trabalham, têm filhos e querem mudança para eles.

O futuro governador do Rio Grande será decidido pelo povo, nas ruas, nas casas, nas fábricas e nos campos. Com alegria e determinação, vamos derrotar o grande interesse econômico e garantir a vitória, garantindo o voto e a vontade de cada cidadão do Rio Grande.

Frente Popular - PT, PSB, PCB e PC do B

A sua localização revela a condição econômica: não é em página determinada - os espaços mais caros porque o anunciante escolhe aonde quer

publicar. Esta seria uma nota para colocar na editoria de Política, mas saiu numa página ímpar da editoria de Esporte. Por sua vez, o **jornal publicou uma** pequena nota na página 3, na Coluna INFORME ESPECIAL, afirmando discordar do conteúdo, ter “plena consciência da isenção de sua cobertura eleitoral” e que, apesar de ter o direito de negar a publicação, a publicava “em respeito à liberdade de expressão”.

A primeira parte da nota não se refere ao colunista, mas à “página 10”, como se fosse um espaço igual aos outros. Às conjecturas de quedas iminentes, braços cruzados, brigas internas, a Frente Popular **responde** com a classificação de “versão fantasiosa”.

A nota da Frente Popular não se limita a rebater, mas propõe o debate sobre a situação econômica e social do Estado e conclama ao voto.

Três dias depois, a Frente **novamente manifestou-se através de nota paga**, desta vez criticando *Zero Hora* e a RBS. No dia 6 de setembro, a principal chamada do jornal foi: “Ibope indica vitória de Britto no primeiro turno”.

No dia 7 de setembro, a Frente Popular publicou duas notas de conteúdos semelhantes, mas textos diferentes, na *Zero Hora* e no *Correio do Povo*. A de *Zero Hora* explicita uma visão de estreita identificação política entre a empresa RBS (**Rede Brasil Sul de Comunicação**) e a candidatura de Antônio Britto ao governo do Estado. Intitulada “O Império da Mídia e a Democracia”, a nota assegura que “milhões de gaúchos perderam com o governo Britto”, mas a “RBS, proprietária do jornal *Zero Hora*, ganhou muito”, referência que não está na nota do *Correio do Povo*, cujo título é “Ataque à Democracia”, e afirma que os poucos que ganharam “fazem de tudo para se manter no governo”. Ambas as notas questionam as

manchetes de *Zero Hora* sobre pesquisas: “Mas o que Britto e Zero Hora não sabiam é que nesta mesma semana o PT encomendou a um instituto independente uma pesquisa em Porto Alegre que mostra resultados opostos ao publicado”. Concluiu que houve práticas semelhantes em 88 e em 94 numa tentativa de “mascarar a ascensão da Frente Popular” por temerem a “soberana decisão do povo gaúcho, que derrotará o poder do dinheiro e da mídia”.

A **resposta do jornal foi** na mesma edição, em forma de reportagem. Em rodapé da capa da *Zero Hora*, a chamada foi “Frente Popular contesta pesquisas e critica RBS”. No encarte *Jornal da Eleição*, de 7 de setembro, *Zero Hora* repercutiu a nota com o gerente do Ibope no Rio Grande do Sul, Domício Torres. Ele considera a reação da Frente Popular característica “de quem não está bem posicionado”. Outro entrevistado foi o diretor de pesquisas de Pesquisas de Opinião do Datafolha, Mauro Francisco Paulino: “Quem está atrás deve trabalhar para crescer e não ficar negando o resultado das pesquisas”. Um boxê, intitulado “Reparação”, revelava a opinião da RBS, que publicaria a nota, “embora não esteja obrigada a tal” por causa da liberdade de expressão e buscaria na Justiça reparo pelos agravos sofridos pela Frente Popular.

5.6.2 A crise da troca de candidato

Em 11 de setembro de 1998, 23 dias antes do primeiro turno da eleição de 4 de outubro, o vereador Hélio Corbellini, do PSB, partido integrante da Frente Popular, propôs, em discurso na tribuna, a troca do candidato Olívio Dutra por Tarso Genro. A PÁGINA 10 vinha conjecturando esta possibilidade desde 22 de julho, com o tópico *Reencontro*, anunciando um almoço entre Olívio e Tarso, para “*deixar tudo em pratos limpos*”, pois, concluía o tópico, ainda havia entre os dois “*ruídos da*

prévia petista que deu a vitória a Olívio". No dia 27, em Mirante, Olívio é tratado como candidato escondido pelo comando da campanha: *"O resultado vai aparecer nas pesquisas"*. Dois dias depois, em 29 de julho, novamente em Mirante, uma informação confidencial:

Numa roda de petistas no corredor do 10 ° andar da Assembléia, pode-se ouvir ontem, com clareza, uma conclusão do grupo:

-Precisamos convocar o Tarso Genro para alavancar a campanha do Olívio.

Dois tópicos em seqüência em 3 de agosto retomaram o tema:

Palpite

Deu na Folha de S. Paulo: "Tarso Genro foi chamado para mudar a linha de campanha de Olívio Dutra ao governo gaúcho, que entrou em crise. As últimas pesquisas apontam queda do petista. Uma ala do partido, minoritária até o momento, quer trocar Dutra por Genro".

Abaixo deste, o tópico *Realidade* reforçava a opinião do colunista:

O colunista vem chamando a atenção para o confronto interno do PT sobre os rumos da campanha. Há uma guerra interna, mas não há a possibilidade de troca. Tarso não aceita, Olívio é refém da esquerda radical.

No segundo tópico, toma a precaução de anunciar a impossibilidade da troca e ressalta uma divisão interna do PT que coloca Olívio como figura sem ação, ao ser refém da esquerda. Em 5 de agosto, o tópico *Proibido*, no centro da página, noticiou uma reunião do conselho político da Frente Popular, ocorrida na véspera, onde não foram permitidas fotos. “*Há algo a esconder?*”, pergunta.

Outro tópico, *Moderados em faixa própria*, apresentava, com foto, um grupo de candidatos a deputado, acompanhados de Tarso Genro, na inauguração de um comitê coletivo. A tópico abre com a frase: “*Chega à redação um press release...*”. As últimas frases destacam a divisão interna do PT: “*Desnecessário dizer que nenhum dos dois candidatos petistas da chapa majoritária (Olívio Dutra e Miguel Rossetto) compareceu ao evento*”, constatou e justificou: “*Pertencem a outra facção, o Fórum das Esquerdas*”.

No dia 7 de agosto, sexta-feira, outro tópico abordava o aprofundamento da divisão interna. Sob o título *Voto Camarão*, aventava a possibilidade de segmentos do PT, ligados a Tarso, fazerem campanha somente para candidaturas proporcionais e não para Olívio e Rossetto, o que se chama de voto camarão. Além do alerta do tópico ser ‘mera especulação’, aponta dois indícios para a conclusão: a inauguração do Comitê Solidário sem a presença de Olívio e Rossetto e o fato do gabinete do vereador do PSB, Hélio Corbellini, ter apenas cartaz de Bisol, candidato ao senado.

A especulação **teve resposta** em 22 de agosto, o tópico *Unidade* refere:

Um dos coordenadores do PT Amplo e Democrático, Estilac Xavier, destaca o encontro promovido pelo Comitê Solidário em apoio à candidatura de Olívio Dutra ao Piratini:

- Não há qualquer possibilidade de voto camarão - assegura Estilac, embora reconheça as diferenças entre as facções.

O tópico *Prévia*, de 5 de setembro, tem o seguinte texto:

Há um consenso entre os mais experientes observadores políticos: o PT começou a perder a eleição na prévia interna que escolheu o candidato a governador. Dispensou seus melhores nomes da chapa majoritária.

Não há, nem neste dia nem em outros, informações sobre quem seriam os “mais experientes observadores políticos”.

A seqüência final desta construção ocorreu no fim de semana de 11 a 14 de setembro de 1998. Todo o lado esquerdo da página da edição de 11 foi dedicado aos desentendimentos internos da Frente Popular. Destaque para o tópico *Rebuliço*, com o seguinte texto:

Discurso de um vereador da Frente Popular deve provocar rebuliço na Câmara de Vereadores de Porto Alegre na sessão de hoje de manhã.

Na tarde desta sexta-feira, 11, Hélio Corbellini fez o anunciado pronunciamento na Câmara de Porto Alegre, propondo que Tarso Genro fosse o candidato ao governo do Estado no lugar de Olívio Dutra. A PÁGINA 10 repercutiu em sete tópicos:

Retirada

O vereador Hélio Corbellini (PSB) provocou grande debate em meio a uma campanha sem novidades, com seu discurso na Câmara, sugerindo que o seu partido examine a necessidade de trocar Olívio Dutra por Tarso Genro como candidato ao governo.

Apoio

A deputada Maria Augusta Feldmann, da executiva do PSB, sugere que a proposta de Corbellini seja avaliada pelo comando do partido. Entende que, se todos os partidos da Frente Popular tivessem sido consultados sobre a escolha do candidato a governador, não haveria dúvida hoje sobre a permanência de Olívio.

Contra

*Presidente do PSB, Beto Albuquerque discorda de Corbellini. Em **nota oficial**, assegurou que “é uma voz isolada” e que “as bases socialistas consideram Olívio um excelente candidato”.*

-Corbellini guarda rancor por ter saído do PT

Inaceitável

*Tarso Genro, nome proposto para substituir Olívio Dutra, **divulgou nota oficial** para definir a proposta como*

“impertinente, inaceitável”. O ex-prefeito conclama a unidade da Frente Popular em torno de Olívio:

-Em um momento em que a campanha cresce vigorosamente em todo o RS, este tipo de postura só serve aos nossos adversários.

Recado

*Ausente na hora do debate na sessão matinal da Câmara, a vereadora Maria do Rosário sugeriu, em **nota oficial**, que Corbellini passe para o lado de Britto.*

Outros

***Mais notas oficiais:** o deputado Bohn Gass (PT) sugeriu que Corbellini deixe a Frente; Daniel Sebastiani, presidente do PCB, reafirmou a decisão de apoiar Olívio, confiante na vitória.*

O *Jornal da Eleição*, encarte de *Zero Hora*, repercutiu na edição de sábado, discretamente, inserida na matéria sobre roteiro de Olívio. O candidato apenas comentou não saber de nada e que seu adversário era Antônio Britto. O jornal ainda referiu nota de Tarso repudiando a idéia.

O pronunciamento do vereador Corbellini foi reproduzido pelo programa eleitoral da Coligação Rio Grande Vencedor. O coordenador de comunicação da campanha da Frente Popular, Luiz Felipe Nelsis, considerou que o vereador estava

empenhado na vitória do adversário: 'Difícilmente deixará de ir para o partido de Britto', assegurou. Disse também que o vereador agiu como um 'traidor vulgar', demonstrando falta de ética. 'Mas a história reserva um final trágico para os traidores', avaliou.

No mesmo sábado, 12, a Frente Popular divulgou nota oficial, que desta vez não foi paga, referida no noticiário de 13 de setembro, mas não reproduzida na íntegra, na qual assegura que Hélio Corbellini não merecia os votos de quem deseja derrotar Britto e FHC. “A sua candidatura não tem mais o respaldo da Frente Popular” afirma a nota.

A PÁGINA 10 não se refere à nota nem no dia 13, nem nos seguintes. Única referência foi o tópico *Semana*:

O barulho da semana correu por conta do discurso do vereador Hélio Corbellini (PSB) na Câmara da Capital propondo a substituição de Olívio por Tarso Genro como candidato a governador. Encontrou terreno fértil e terminou pautando o debate do final de semana. A reação da Frente Popular foi imediata, para evitar que o fogo se alastrasse. Tarso Genro entrou em campo para reafirmar a unidade em torno de Olívio.

Em 14 de setembro, a impressão é que a Frente Popular ouvira tudo calada:

Fato da semana

O discurso de Hélio Corbellini (PSB), propondo a troca da candidatura de Olívio Dutra por Tarso Genro, é o principal assunto em todas as rodas, devendo pautar os debates da

semana. Corbellini alertou para a derrocada. Deverá ter dois direitos de resposta por uso indevido de sua imagem nos programas do PMDB e do PPB, o primeiro de três minutos e o segundo de dois minutos. É possível que o vereador socialista faça um novo pronunciamento na Câmara de Vereadores de Porto Alegre nos próximos dias.

Apoio das bases

Candidato a deputado federal, Hélio Corbellini recebeu forte apoio das bases que apóiam seu nome e de segmentos da Frente Popular que não acreditam no desempenho de Olívio Dutra. Se nada for feito, o grupo de apóia Corbellini acredita que o petista perde a eleição no primeiro turno. A reação forte da cúpula tinha por objetivo conter a hemorragia provocada pela estocada de Corbellini. O affair deve ser tema da reunião do conselho político da Frente Popular hoje à noite.

Estes dois tópicos estão lado a lado no rodapé esquerdo da página. Mais um tópico, de uma coluna, ao centro da página trata do tema:

Retardado

Na sessão de hoje da Câmara de Vereadores pode haver desdobramentos do discurso de Hélio Corbellini que propôs na sexta-feira a troca de Olívio por Tarso.

A reação dos petistas em plenário resumiu-se a um discurso sem muita ênfase de Gerson Almeida. O PT tem 11 vereadores.

Sete integram o grupo light.

Em 15 de setembro, abaixo do tópico *Descuido*, que critica a edição do programa de TV da Frente Popular, o tema continua no tópico *Passado*, onde a nota da coligação, feita e divulgada dia 12 de setembro, sábado, foi referida:

O pronunciamento do vereador Hélio Corbellini mereceu breves comentários na reunião do conselho político da Frente Popular ontem à noite. No sábado, em reunião extraordinária, os dirigentes da FP já haviam divulgado nota oficial.

Em 16 de setembro, dois tópicos mantêm o assunto em pauta. *Socialista* informa que o PSB analisará a proposta do vereador Corbellini. “*O pronunciamento de Hélio Corbellini, propondo a troca de Olívio Dutra por Tarso Genro*” começa a tópico. Encerra: “*Com a repercussão obtida, Corbellini pode assegurar uma segunda vaga ao PSB na Câmara, na carona do PT. A primeira é de Beto Albuquerque*”. Já *Resposta* trata de direito de resposta obtido por Corbellini em programas do PMDB e do PPB.

Embora a Frente Popular, tanto pelos partidos quanto pelos candidatos majoritários ou proporcionais, tenha silenciado sobre o tema depois da nota de 12 de

setembro, o assunto permaneceu na coluna até a última semana de setembro. No dia 22, no tópico *Alfinetada* e em 30 de setembro no tópico *Recursos*:

Alfinetada

Ao ocupar um minuto do espaço do PPB no programa de propaganda eleitoral de ontem na TV, Hélio Corbellini (PSB) mandou um recado ao PT.

-Todo cidadão tem direito à palavra. Isto é democracia - alfinetou, numa referência às críticas que recebeu por sugerir a substituição de Olívio por Tarso.

Recurso

O vereador Hélio Corbellini (PSB), candidato a deputado federal, aplicou mais uma na Frente Popular. Censurado no programa de propaganda eleitoral pelo comando petista da campanha, obteve na Justiça o direito a seu espaço na TV.

Em 28 de outubro, depois do segundo turno que deu a vitória a Olívio Dutra, da Frente Popular, houve a última **resposta escrita** do PT à coluna. A origem foi o tópico “*Mudança*”, de 27 de outubro, tinha o seguinte texto:

Tarso Genro assegura que não integra o secretariado e não tem planos de disputar a sucessão de Olívio em 2002. Transfere residência para São Paulo ou Brasília, como sucessor natural de José Dirceu na presidência nacional do PT.

Foi Tarso Genro quem respondeu, por carta publicada no tópico “*Tarso e a sucessão no PT*”:

O ex-prefeito Tarso Genro remete carta sobre a possibilidade de presidir o PT, transferindo-se para São Paulo, informação publicada ontem na coluna.

“Prezado Barrionuevo,

Embora meu nome tenha sido referido pela imprensa entre outros companheiros de partido, como eventual substituto do José Dirceu na presidência do PT, entendo que o tratamento desta questão - obviamente para nós, filiados - só deve começar em março de 99.

Minha meta é continuar na Coordenação do Conselho Político da União do Povo (que tem reunião prevista para breve), dar sustentação política ao governo Olívio-Rossetto, e também cumprir minhas funções de dirigente nacional do PT, além de continuar participando de debates junto às Universidades, sindicatos e entidades da sociedade civil, atividades que sempre caracterizaram minha militância. Não tenho, portanto, atualmente, qualquer previsão de transferência de residência.

Cordialmente,

Tarso Genro.”

Depois das eleições, a PÁGINA 10 continuou publicando informações sobre o PT, suas correntes internas e conjeturas sobre a equipe de governo. Mas, as únicas manifestações do PT foram esta carta de Tarso Genro e uma frase de Arno Augustin, que seria o secretário da Fazenda do novo governo, no penúltimo dia do ano. No dia 29 de dezembro de 1998, no tópico “*Rumo às privatizações*”, o colunista avaliava que o novo governo deveria apelar às privatizações, como havia feito o anterior, e, para tal, “contaria com o apoio do PDT e até mesmo dos segmentos moderados do próprio PT”. No dia 30, a tópico “*Sem privatização*” revela a reação do PT à idéia de privatizações:

O futuro secretário da Fazenda, Arno Augustin, rechaça notícia publicada ontem na Página 10 sobre a possibilidade de ser revista a posição do PT contrária às privatizações de estatais, diante das dificuldades financeiras do Estado.

-Não passa por nossa cabeça vender mais. Vamos aumentar a arrecadação tendo como âncora o ICMS e o fim das isenções.

O futuro secretário da Fazenda prepara-se para uma queda-de-braço no Conselho Nacional Fazendário (Confaz). A primeira batalha será renegociação da dívida do Estado.

Uma audiência de Olívio Dutra com o presidente FH está sendo solicitada para a primeira semana de governo. A próxima.

A seleção de tópicos da coluna e notas apresenta as diferentes maneiras da relação estabelecida entre a PÁGINA 10 e o Partido dos Trabalhadores no Rio

Grande do Sul. A ordem cronológica permite detectar que houve um crescimento da tensão entre os dois, começando com nota de desmentido (Tarso sobre prévias de 96) ou ainda de “correção de imprecisões” (Verle sobre prestação de contas) até chegar ao ápice, às vésperas da eleição de 1998 - quando o partido obteve direitos de resposta e publicou notas pagas nos jornais contestando a coluna – para em seguida diminuir muito as respostas à coluna.

Além de ter informações exclusivas, o colunista faz conjecturas a partir destas informações, interpreta fatos, o que é característica do jornalismo de opinião, e provoca reações. A escolha da relação com o PT não se restringe apenas ao fato de ser o partido que responde ao colunista e o contesta. É também o partido mais citado, reconhece Barrionuevo, numa entrevista à revista **Press**:

“O PT gosta de criticar a PÁGINA 10, mas é a primeira que eles lêem. Aliás, eu escrevo para o PT. O PT lê a Zero Hora pela PÁGINA 10 e eu dedico 80% para o PT. E não é só crítica” (Barrionuevo, 2001). Este cálculo do colunista não tem base estatística. Sem dúvida, é o partido mais citado. Só para se ter um exemplo, no segundo semestre de 1998, por exemplo, dos 1.367 tópicos computados, 675 eram sobre o PT. O segundo partido mais citado foi o PMDB, com 233, seguido do governo estadual (coligação liderada e hegemônica pelo PMDB) com 105 tópicos. Neste período, a média de tópicos sobre o PT atingiu 49%, mas este foi um ano eleitoral em que o candidato do PT disputava importância com o governista. A audiência do PT foi menor no segundo semestre de 1997: 449 tópicos contra 229 do PMDB e 355 do governo estadual. No total, foram 1974 tópicos, o que dá um índice de 29% para o PT. Média que se mantém nos outros anos.

“Por quê eu dou tanto espaço para o PT nas informações? Porque o PT lê. Como é que eu vou desprezar? Eu posso fazer polêmica com eles”. (Baarrionuevo, 2001). Na citada entrevista à **Press**, ele explicita: “O PT exerce um certo fascínio sobre mim. Eu respeito a prática, o aprofundamento das questões políticas (...) Tenho uma admiração pela importância do PT na oxigenação da democracia. Mas este PT que está aí (refere-se ao governo do Estado) é fundamentalista, é uma coisa muito séria.”. (Barrionuevo, 2001).

Ao rebater as informações, conjeturas e opiniões de Barrionuevo, o PT demonstra dar importância à PÁGINA 10. Júlio Quadros foi o presidente do partido entre 1997 e 2001 e confirma a existência de um sentimento interno em relação à coluna: “Há no PT pessoas que estimulam a briga com Barrionuevo, acabam passando informações internas” (Quadros, 2001). Este assegura, não deveria ser o comportamento oficial, pois “o dirigente que faz a relação direta com a imprensa comete um equívoco e acaba fragilizando o partido”, porém a campanha de 1998 exigiu a publicação de notas pagas e pedidos de direito de resposta por que “naquele momento era importante responder todos os espaços da disputa política. Tanto o jornal ZH quanto a coluna Página 10 adotavam um lado da disputa política. Na campanha de 98, tudo era agudo, mostrou que todo ato político era importante” (Quadros, 2001).

Portanto, não é coincidência o fim das notas oficiais pagas e pedidos de direito de resposta após as eleições, mas mudança de foco do partido. Para Júlio Quadros, “a relação se tornou mais governável a partir de 98, com a vitória para o governo no Estado. Estabelecemos um novo patamar”, definido por uma nova postura interna: “O PT está cada vez mais presente na coluna, mas isto repercute

menos, hoje, o partido, os seus militantes, não sente tanto o golpe. O partido já entendeu que isso faz parte do jogo dado” (Quadros, 2001).

A seleção mostra também que a PÁGINA 10 é, em muitas oportunidades, espaço público para as disputas internas do PT: as notas enviadas pelas pré-candidaturas de Fortunati, Raul Pont, Clóvis Ilgenfritz em 95, envolvendo diferentes líderes do PT; as notas enviadas em maio de 97, explicitando suas opiniões e alguns esclarecendo a que correntes internas pertenciam; e as acusações trocadas por notas entre as correntes CST e PT Amplo e Democrático nas prévias de 96 são exemplos de disputa interna feita através da PÁGINA 10.

Assim como as notas destas disputas, informações sem fonte têm, na maioria das vezes, origem dentro do próprio PT. “Hoje, eu converso com a maioria dos segmentos do PT. Acho que a única dificuldade ainda que tenho é com alguns setores da DS. Se bem que em alguns momentos, como nesta briga com o Tarso (referência a escolha do secretariado da prefeitura em 2000), todos vieram conversar”. (Barrionuevo, 2000). Este acesso é confirmado por Júlio Quadros: “Há pessoas do PT que tentam fazer a disputa interna via PÁGINA 10. A maioria os episódios importantes do PT relatados na PÁGINA 10, se a gente vai atrás, descobre que a fonte original é alguém do partido”. (Quadros, 2001).

A PÁGINA 10 mostra-se, assim, como um espaço que propõe discussões políticas, que são aceitas pelo PT, ao respondê-las, revelando capacidade de agendamento do campo jornalístico em relação ao político. Da mesma forma que a política necessita do jornalismo para se fazer ver e ouvir, o jornalismo precisa da política para inserir-se na sociedade, para gerar a polêmica, produzir efeitos de sentido e, desta maneira, vender jornal.

6. CONCLUSÃO

A observação sobre a relação entre o colunismo político de jornal e a política foi feita através da comparação entre os tópicos publicados na PÁGINA 10 referindo-se ao PT do Rio Grande do Sul e as respostas do partido aos tópicos. Pode-se ver nesta relação a existência de um espaço de debate e disputa política de dois campos sociais tentando dirigir-se ao público. A cada resposta oficial, ou informação fornecida, o PT – mesmo quando denuncia preferências eleitorais do colunista – destaca a importância dos espaços de análise política na imprensa.

A PÁGINA 10 procura informações do PT por razões semelhantes: sabe que simpatizantes e adversários do PT querem conhecer o partido, muito além das versões oficiais. O colunismo especula, propõe pauta – como foi o caso da troca de candidato, que só recebeu atenção do noticiário dos jornais quando o vereador Hélio Corbellini discursou na Câmara – faz repercussão do noticiário e de suas próprias proposições e também analisa a conjuntura.

A diferença do colunismo com o resto do jornal estende-se aos aspectos gráficos e de linguagem: diagramação exclusiva, texto personalizado, “liberdade” de opinião (não há um editor supervisionando). Mesmo assim a autonomia é relativa, por diferentes circunstâncias. Na entrevista para este trabalho, Barrionuevo avaliou: “Tenho uma máxima: a força de um colunista é a consciência do seu limite e sua fraqueza.

Não é dona do jornal. Ele tem que ter noção do limite de sua fraqueza e avançar até onde pode” (Barrionuevo, 2000). Este avanço não está dado previamente, mas é construído, segundo Barrionuevo, no dia-a-dia. É, portanto, uma autonomia relativa.

O colunismo político do Rio Grande do Sul, além disso, caracteriza-se majoritariamente pelo uso de informações em tópicos. Desde os pioneiros Spectator (que, pelas informações de contemporâneos tinha diferentes responsáveis sob o mesmo pseudônimo) e Wilson Müller, nos anos 1950 no *Diário de Notícias*, passando Carlos Fehlberg (*Jornal do Dia* e *Zero Hora*), Hilário Honório (*Folha da Tarde*) nos anos 60 e 70, chegando a Carlos Terlera (*Zero Hora*) anos 70 e 80, e Barrionuevo no *Correio do Povo* (anos 80) e *Zero Hora* (anos 90)- os colunistas de política gaúchos apresentaram estilo e conteúdos semelhantes. O estilo é o de notas curtas, frases rápidas e informações exclusivas. Não segue os modelos históricos de analistas como Carlos Castelo Branco (*Jornal do Brasil*), Villas-Boas Correia (*Jornal do Brasil*), Murilo Mello Filho (*Manchete*), Jânio de Freitas (*Folha de S. Paulo*) ou Raimundo Faoro (*Carta Capital*), que, a partir de informações, optaram por textos longos tratando de um único tema. Exceções no caso nacional são os espaços *Painel*, da *Folha de S. Paulo* e *Informe JB*, objetos de trabalho de José Luiz Braga, que, ao contrário dos colunistas gaúchos, têm “indiferenciação de autores” (Braga, 1999). Os autores de textos monotemáticos são raros no Estado, e mais

recentes: Carlos Fehlberg na segunda fase de *Zero Hora*, Ana Amélia Lemos e Rosane Oliveira, ambas de *Zero Hora*.

Viu-se que a PÁGINA 10 seguiu a tradição majoritária do colunismo político gaúcho, ao utilizar tópicos, ironia e seguir ideologicamente o pensamento dominante. Assim como Hilário Honório engajou-se na defesa do regime militar, José Barrionuevo engajou-se no pensamento hegemônico dos anos 90, o neoliberalismo, e não deixou dúvidas que considerava o projeto representado por Britto como melhor para o Estado. Se a opção majoritária pela vertente conservadora no colunismo político durante o regime militar encontra justificativa na censura prévia e na Lei de Segurança Nacional – que impediam qualquer manifestação mais contundente de oposição – a justificativa para ela continuar majoritária posteriormente só pode ser encontrada na identificação – dos colunistas e das empresas jornalísticas – com o pensamento hegemônico.

É de acordo com este contexto que devem ser vistas as contribuições da PÁGINA 10 ao colunismo gaúcho. Não tendo

muito o que mudar quanto ao tamanho dos tópicos, a coluna soube utilizar alguns recursos pouco explorados anteriormente: título em cada tópico, uso constante da ironia, informações exclusivas, fotos, fotomontagens, charges, abertura de espaço para o debate entre figuras públicas, declarações e transcrições de textos de outras publicações.

Retomando Vattimo (1991), vemos na relação entre PÁGINA 10 e o PT a proposta da “sociedade de comunicação” em plena potencialidade. Tanto a PÁGINA 10 procura centralizar as principais informações, tornar-se pauteira e dirigente do debate político, até entrando diretamente nele com o PT, quanto o PT busca ocupar espaços na PÁGINA 10 com informações que lhe interessem e propõe fazer debate direto com a própria coluna. Também se identifica, através dos exemplos apresentados, o alerta de Rubim sobre a necessidade de não aceitar as proposições que colocam um campo subsidiário de outro, mas trabalhar com o conceito de uma

permanente disputa entre os dois campos, nem sempre através do conflito.

Uma proposição interessante, para denominar o resultado desta disputa, é a de Maria Cristina Mata (1992). Utilizando a alegoria da ágora grega, ela define a Praça como espaço onde tradicionalmente se desenvolveu a política, e a Platéia como espaço que representaria o público. A imprensa está na Platéia, que cada vez mais incide sobre a Praça buscando dar aos sujeitos da Praça a sua (da Platéia, da mídia) formatação. Mas não consegue dar completamente esta formatação. Ou seja, ainda os sujeitos da Praça têm vontade e iniciativa e lutam para impor a sua lógica. Daí que o espaço que se cria para o desenrolar da ação política não é nem o da Praça, como era na ágora grega, nem o da Platéia, como desejaria a mídia. Mas um novo espaço resultado desta disputa, chamado “entre”.

O “entre” surge quando a Platéia intervém na Praça e modifica o andamento do que acontecia. Uma TV que interrompe uma assembléia de trabalhadores para entrevistar seus líderes, exemplifica Mata. No caso, a assembléia parou por que a TV daria mais visibilidade ao seu movimento. Quando a PÁGINA 10 noticia uma crise interna na campanha eleitoral da Frente Popular na campanha de 98 está fazendo intervenção semelhante. O protesto da Frente Popular, liderada pelo PT, através de notas e cartas oficiais foi um movimento diferenciado da programação original. No caso, o espaço construído foi no conflito. Ou quando noticia o lançamento de um escritório político para Olívio Dutra e ele responde negando a possibilidade, ou quando um vereador, ou o prefeito escreve **fazendo correções**. São espaços construídos depois de intervenções da mídia na política.

São situações que, para Rubim (1995), demonstram a capacidade dos meios de comunicação de agendar temas e têm motivado novas pesquisas: “Ao invés do papel de impositores e manipuladores, sem mais, os novos estudos de recepção destacam a capacidade da comunicação em agendar temas, forçando o seu debate e, simultaneamente (quase?) circunscrevendo a discussão pública às fronteiras das temáticas originárias dos ‘media’” (Rubim, 1995).

A relação entre PT e PÁGINA 10 ilustra claramente esta capacidade de agendamento e a tentativa de delimitar a discussão pública. E também a tentativa do PT em destacar que a disputa política não se limita à mídia, mas está também “nas ruas, nas casas, nas fábricas e nos campos” (nota de 4 de setembro).

Vale recordar alguns dos episódios relatados como exemplo desta constante intenção de agendamento político do PT, proposto pela PÁGINA 10. A escolha do candidato petista à eleição para a Prefeitura de Porto Alegre em 1996 teve acompanhamento já em 1995, quando um tópico provocou carta de resposta do Prefeito Tarso Genro. Em seguida, a coluna relacionou o movimento do PT com o do PMDB e conjecturou o lançamento do ex-prefeito Olívio Dutra. De fato, agendou o debate, pois a partir daí, outros líderes partidários fizeram declarações públicas via coluna, apresentando outros pré-candidatos. Em 96, a tendência interna ligada a José Fortunati e a ligada à Luciana Genro trocaram acusações via coluna.

Em 97, a disputa foi mais acentuada, depois que a coluna fez uma previsão dos votos das principais tendências do partido para a escolha do candidato a governador. As tendências mandaram faxes, cartas e telefonemas esclarecendo suas opiniões. Foram momentos em que a PÁGINA 10 propôs uma discussão e as

diferentes facções aproveitaram não para contestar o colunista ou outros partidos, mas para discutir entre si.

Desta forma, a PÁGINA 10 não foi apenas veículo de agendamento da política, não ficou no limite de interferir na ação política, mas foi também espaço para a disputa política interna do PT. Há críticas do PT ao governo Britto (estadual) e ao governo FHC (federal) e seus aliados na PÁGINA 10, mas elas não merecem tanto destaque quanto as discussões entre as tendências internas. O presidente do PT no período 1997-2001 (dois mandatos), Júlio Quadros, revela que muitas das informações que deveriam circular apenas dentro do partido chegam à coluna graças aos próprios petistas (“Quando a gente investiga bem, descobre que a origem da informação foi alguém do partido”) o que é confirmado pelo colunista (“Todos me ligam, passam informações”) e pelas notas enviadas para divulgação com citação de fonte. Assim, a coluna tornou-se, em muitas oportunidades, veículo de informação interna do PT.

Os exemplos selecionados revelam o tipo de tópico que provoca mais interesse. Quanto mais polêmico, mais debatedores origina, mais gente procura entrar no debate. Quanto mais “privado” for o seu conteúdo, mais impacto tem no público, quanto mais desvendar segredos, histórias surpreendentes, maior será o interesse e também de maior intensidade será o protesto.

Não há convergências aparentes. Para a PÁGINA 10, o que importa é o detalhe, a informação de bastidores, as brigas internas entre grupos e pessoas, o que pode gerar polêmica.

A relação entre PÁGINA 10 e PT apresenta as características da sociedade de comunicação. A dinâmica “revelar bastidores da política, contestar a veracidade das revelações, divulgar informações polêmicas, utilizar o espaço da página para fazer a disputa política interna, colocar correligionários em debate, contestar a mídia como único espaço da política, fazer a disputa ideológica” descrita neste trabalho é o resultado de um tipo de sociedade que cada vez mais se estrutura e se posiciona através dos meios de comunicação. Na verdade, é um exemplo do embate que fazem o campo da comunicação e o campo da política.

Esta importância da mídia remete a um debate central que é a democratização dos meios de comunicação e a constituição de instrumentos da sociedade que atuem sobre eles, coibindo a veiculação de uma única ideologia e fortalecendo a democracia política e econômica.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Perseu. **Um trabalhador da Notícia**. 1ª edição. Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, São Paulo, 1997.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística política**. In: RUBIM, Antonio Albino C; BENTZ, Ione Maria; PINTO, Milton José (org.). **Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**. 1ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. 1ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. 3ª edição, Fortaleza, Tempo Brasileiro, 1982.

ANDRÉ, Alberto. Entrevista em 12 de agosto de 1999

BARRIONUEVO, José. Entrevista em 4 de dezembro de 2000.

BARRIONUEVO, José. **Tarso Genro é o maior adversário de Olívio Dutra. Não é a oposição**. Press, Porto Alegre, páginas 6 a 16, junho, 2001.

BARROS, Jefferson. **Golpe Mata Jornal**. 1ª edição, Porto Alegre, Já Editores, 1999.

BARROS Fº, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. 1ª edição, São Paulo, Moderna, 1995.

BASTOS, Carlos. Entrevista em 15 de junho de 1999.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 1ª edição, Porto Alegre. Editora da Universidade – UFRGS, 1998.

BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Agir, 1959.

BOURDIEU, Pierre. **A Influência do Jornalismo**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. 1ª reimpressão, São Paulo, Papyrus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, José Luiz. Varejo. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. I nº 1, páginas 99 a 119, dezembro, 1999.

- CASSÍGOLI, Armando. VILLAGRÁN, Carlos. **La Ideologia en los textos**. 1ª edição, Marcha Editora, México, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 1ª edição, 43ª reimpressão, Editora Brasiliense, São Paulo, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. Entrevista concedida a revista **Caros Amigos** nº 29, Editora Casa Amarela, agosto, 1999, pp.24 a32).
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. 1ª edição, L&PM Editora, Porto Alegre.
- DARNTON, Robert. **Rede de intrigas**. In: **Mais** suplemento do jornal **Folha de S. Paulo**. São Paulo, julho, 2000.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 81-** 3ª edição, São Paulo, 1986.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998** – 1ª edição, São Paulo, 1998.
- DUVERGER, Maurice. **Sociologia Política**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1968.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. 1ª Edição, São Paulo Boitempo Editorial e Fundação Editora da Unesp -, 1997.
- FERREIRA, Paulo Adílio Prestes – **13 Leituras Petistas** - 1ª edição, RM& L Indústria Gráfica Ltda, Porto Alegre, 1999.
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano; **Pra que PT – Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores**. 1ª edição, Cortez, São Paulo, 1989.
- GALVANI, Walter. **Um Século de Poder**. 2ª edição, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1995.
- HABERMAS, Jürgen - **Do Jornalismo Literário aos Meios de Comunicação de Massa**. In: **Imprensa e Capitalismo** - Ciro Marcondes Filho (org). Ed. Kairós, 1984.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna** - 6ª edição - Edições Loyola -1996- São Paulo.
- HOHLFELDT, Antônio. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento**. Revista Famecos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, novembro, 1997.
- HONÓRIO, Hilário. Entrevista concedida em 17 de fevereiro de 1999.

KEUNECKE, Jayme Ricardo Machado. Entrevista concedida em 15 de outubro de 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica** – 1ª edição – Editora Fundação Perseu Abramo- 1998 – São Paulo.

LANDOWSKI, Eric. **A Sociedade Refletida – Ensaio de Sociosemiótica** - 1ª edição – Editora da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP – 1992 – São Paulo.

LENIN, Vladimir. **Obras Escogidas**. 1ª edição, Editorial Progreso, Moscou, s.d.

LENIN, Vladimir. **Qué Hacer?** In: CASSÍGOLI, Armando. VILLAGRÁN, Carlos. **La Ideologia en los textos**. 1ª edição, Marcha Editores, México, 1982.

DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES **-Linha Direta nº15**, Porto Alegre, dezembro,1991, 12p. Informativo quinzenal do PT/RS.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Simon & Schuster Inc., New York, USA, 1997.

LOPES, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial**. Mercado Aberto, 4ª edição, Porto Alegre, 1988.

LULA, Luís Inácio da Silva. **Programa, Manifesto, Estatuto e Discurso da Convenção de 81-** Diretório Nacional do PT, 3ª edição, São Paulo, 1986.

LULA, Luís Inácio da Silva. **Lula além da nossa imaginação**. Entrevista concedida à revista Bundas, nº31, ano 1, fevereiro de 2000, pp. 6 a 13.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política**. Coleção Primeiros Passos – Editora Brasiliense, 14ª edição 16ª impressão, São Paulo, 1998.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. 1ª edição, Revan, Unicamp, Campinas, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich - **A Ideologia Alemã**. 2ª edição, Martins Fontes, São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **Prefácio de Para a Crítica da Economia Política**. In: **Os Pensadores**. 2ª Edição, São Paulo, Editora Abril, 1978.

MATA, María Cristina. Entre la plaza y la platea. In: SCHMUCLER, Héctor e MATA, María Cristina. **Política y Comunicación**, 1ª edição, Buenos Aires, Argentina, 1992.

MENDES Jr., Antônio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História, Texto e Consulta**, 4ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1983.

- MENEGUELO, Rachel -PT, **a Formação de um Partido** - 1ª edição, editora Paz e Terra, São Paulo, 1989.
- MOUAILLAUD, Maurice . DAYRELL, Sérgio (org). **O Jornal – Da forma ao sentido**. 1ª edição. Paralelo 15, Brasília, 1997.
- MÜLLER, Wilson. Entrevista em 21 de junho de 1999.
- PALMEIRA, Vladimir - São Paulo, 1993. Entrevista concedida a revista Teoria & Debate, n ° 20 (fev/mar/abr)
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul** - 1ª edição, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1980.
- PONT, Raul. **PT- Breve História** – 1ª edição, Câmara dos Deputados, Brasília, 1992.
- PONT, Raul. **Da crítica ao populismo à criação do PT** – 1ª edição, editora Siriema, Porto Alegre, 1985.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O Jornal, da Forma ao Sentido**. 1ª edição, Editora Paralelo 15, Brasília, 1997.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta**. 2ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação Política e Sociabilidade Contemporâneas**. In: RUBIM, Albino Canelas (org.). **Idade Mídia**. 1ª edição, Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação & Política**. 1ª edição, Hacker Editores, Rio de Janeiro, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**. 1ª edição, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1999.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 1ª edição, Editora da Universidade, Porto Alegre, 1993.
- SINGER, André. **O PT – Folha explica**. 1ª edição, Publifolha, São Paulo, 2001.
- SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. **Evolução Histórico-Sociológica dos Partidos Políticos no Brasil Imperial** [online]. Florianópolis, 1998. Disponível em . Capturado em 15 mai 2001.
- SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa Brasileira**. 3ª edição, Martins Fontes, São Paulo, 1983.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. 1ª edição, Martins Fuentes, São Paulo, 1992.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. 1ª edição, Vozes, Petrópolis, 1995.

VATTIMO, Gianni. **A Sociedade Transparente**. 1ª edição, Edições 70, Lisboa, 1991.

VOIGT, Léo. **A Formação do PT – Esboço de Reconstrução Histórica**. Defesa de dissertação para Mestrado em Ciência Política, UFRGS, 1990.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculo da política**. 1ª edição, Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

ZERO HORA.**Editorial**, Porto Alegre, editora Flan, edição nº1, maio, 1964.